INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Ministério da Cultura

IPHAN

2

PATRIMÔNIO: PRÁTICAS E REFLEXÕES

ANAIS DA I OFICINA DE PESQUISA: A PESQUISA HISTÓRICA NO IPHAN

A série Patrimônio: Práticas e Reflexões, criada pela Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência do IPHAN (Copedoc), visa à publicação de debates contemporâneos acerca do patrimônio cultural e das práticas de preservação no Brasil, na forma de coletâneas de artigos, fruto de encontros, seminários e oficinas organizados pela Instituição, bem como dos trabalhos monográficos desenvolvidos no âmbito do Programa de Especialização em Patrimônio do IPHAN.

Nesta edição publicamos os Anais da I Oficina de Pesquisa: a pesquisa histórica no IPHAN, organizada pela Copedoc em novembro de 2007, que teve como foco a prática da pesquisa histórica na instituição, priorizando o olhar sobre a ação da preservação do patrimônio cultural no tempo, assim como valorizando e problematizando a utilização do acervo documental do IPHAN.

Reunimos as comunicações de historiadores e cientistas sociais do IPHAN e de outras instituições, convidados a debater o tema da pesquisa com um público diversificado e multidisciplinar, formado por pesquisadores do corpo técnico do Instituto. Nesses debates foram abordados aspectos como a construção das narrativas historiográficas; os diálogos da história com outras disciplinas centrais nesse universo temático; e a importância da pesquisa histórica na própria constituição da noção de patrimônio, focando as peculiaridades da relação entre a História e o campo do patrimônio cultural.

Apresentamos também um breve estudo sobre a Praça XV de Novembro, local da visita técnica do encontro, com a reprodução de fotografias

2

PATRIMÔNIO: PRÁTICAS E REFLEXÕES

ANAIS DA I OFICINA DE PESQUISA: A PESQUISA HISTÓRICA NO IPHAN

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Cultura
João Luiz Silva Ferreira

Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Luiz Fernando de Almeida

Procuradora Chefe
Lúcia Sampaio Alho

Departamento de Planejamento e Administração
Maria Emília Nascimento Santos

Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização
Dalmo Vieira Filho

Departamento do Patrimônio Imaterial
Márcia Genésia de Sant'Anna

Departamento de Museus e Centros Culturais
José do Nascimento Junior

Coordenação-Geral de Promoção do Patrimônio Cultural
Luiz Phillippe Peres Torelly

Coordenadora-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência
Lia Motta

Gerente de Pesquisa
Márcia Regina Romeiro Chuva

Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

2

PATRIMÔNIO: PRÁTICAS E REFLEXÕES

ANAIS DA I OFICINA DE PESQUISA: A PESQUISA HISTÓRICA NO IPHAN

Rio de Janeiro, Copedoc/IPHAN, 2008

Patrimônio: Práticas e Reflexões nº 2

Anais da I Oficina de Pesquisa:
a Pesquisa Histórica no IPHAN

Organização
Coordenação-Geral de Pesquisa,
Documentação e Referência do IPHAN

Projeto Gráfico
Marcela Perroni - Ventura Design
Oswaldo Ulhoa - IPHAN

Foto Capa
Oscar Henrique Liberal

Revisão
Claudia Feierabend Baeta Leal
Evandro Domingues

Impressão
Imprinta Espress Gráfica e Editora Ltda.

I59a Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência. Oficina de Pesquisa (1.: 2008 : Rio de Janeiro, RJ)

Anais da I Oficina de Pesquisa: a pesquisa histórica no IPHAN / Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência. - Rio de Janeiro ; IPHAN, Copedoc, 2008.
148 p. .: il.; 16x23 cm. - (Patrimônio: Práticas e Reflexões; 2)

ISBN 978-85-7334-110-2

1. Pesquisa histórica. 2. Patrimônio. 3. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). I. Título.

IPHAN / RJ

CDD - 907.2

Sumário

Programação da I Oficina de Pesquisa:
a pesquisa histórica no IPHAN 7

Apresentação 9

A pesquisa histórica no IPHAN

A fala de um "antigo"
Adler Homero Fonseca 13

O ofício do historiador:
sobre ética e patrimônio cultural
Márcia Regina Romeiro Chuva 27

Narrativas e história

Narrar, pensar o detalhe: notas à margem
de um projeto de Carlo Ginzburg
Henrique Espada Lima 45

Diálogos na história

O IPHAN e o desenvolvimento turístico nos conjuntos
urbanos preservados
Leila Bianchi Aguiar 71

História e sociologia: notas sobre trocas disciplinares
Maria Letícia Corrêa 89

Palestra

A pesquisa histórica na promoção do Patrimônio
Maria Cecília Londres Fonseca 105

Visita técnica

Praça XV de Novembro
Analucia Thompson e Bettina Grieco 129

Documento

Carta da Pesquisa Histórica no IPHAN 135

Índice ilustrado das imagens 145

Programação da I Oficina de Pesquisa: a pesquisa histórica no IPHAN

Local: Palácio Gustavo Capanema e Paço Imperial, Rio de Janeiro
Data: 26 a 30 de novembro de 2007
Organização: Gerência de Pesquisa e Referência da Coordenação-geral de Pesquisa, Documentação e Referência (Copedoc)

Segunda-feira, 26/11 – Salão Portinari, Palácio Gustavo Capanema – 2º andar	
14:00	Recepção, credenciamento dos participantes e entrega de material
15:00-18:00	Visita técnica ao Palácio Gustavo Capanema e às dependências da Copedoc: Arquivo Central Biblioteca Noronha Santos Laboratório de Conservação e Restauração Laboratório de Fotografia
Terça-feira, 27/11 – Auditório Muniz Aragão, Palácio Gustavo Capanema – 7º andar	
9:00	Abertura: Lia Motta – Coordenadora-geral da Copedoc
10:00	Mesa-redonda: *A pesquisa histórica no IPHAN* Participantes: Kátia Bogéa – 3ª SR/MA – IPHAN Márcia Chuva – Copedoc/RJ – IPHAN Adler Homero Castro – DEPAM/ RJ – IPHAN Jaelson Trindade – 9ª SR/ SP - IPHAN
12:30	Almoço
14:00	Apresentação Copedoc Márcia Chuva – Gerência de Pesquisa e Referência Francisca Helena Barbosa Lima – Gerência de Documentação Arquivística e Bibliográfica
16:00	Palestra: Sidney Chalhoub – Unicamp/Arquivo Edgard Leuenroth (AEL)
Quarta-feira, 28/11 – Salão Portinari, Palácio Gustavo Capanema – 2º andar	
9:00	Apresentação Copedoc Projetos: PEP – Beatriz Landau e Juliana Sorgine Patrimônio e Leitura – Mª Beatriz Resende Dicionário IPHAN – Mª Beatriz Resende e Claudia Leal Guia de Fontes – Fátima Pinheiro Biblioteca Básica – Luciano Teixeira Documentação Arqueológica – Catarina Eleonora
10:30	Palestra: Manoel Salgado – UFRJ
12:30	Almoço

14:00	Mesa-redonda: *Narrativas e História* Participantes: Verena Alberti – CPDOC Henrique Espada - UFSC
16:30	Grupos de trabalho
Quinta-feira, 29/11 – Salão Portinari, Palácio Gustavo Capanema	
9:00	Apresentação Copedoc Projetos: Memória Oral – Analucia Thompson Assentamentos Jesuíticos – Aline Menezes e Luciano Teixeira Entorno – Lia Motta e Analucia Thompson Consultores UNESCO – Claudia Leal e Juliana Sorgine Rotas da Alforria – Renata Sá e Rafael Winter Ouro Preto (inventário Sílvio Vasconcelos) – Juliana Sorgine e Bettina Grieco
10:30	Mesa-redonda: *Diálogos na História* Participantes: Adriana Barreto Viana – Museu Nacional/ UFRJ Maria Letícia Correa – FFP/ UERJ – São Gonçalo Leila Bianchi – Uni LaSalle
12:30	Almoço
14:00	Palestra: Cecília Londres – Conselho Consultivo do IPHAN
16:30	Grupos de trabalho
Sexta-feira, 30/11 – Sala dos Archeiros, Paço Imperial	
9:00	Grupo de trabalho – debate final
13:00	Almoço
15:00	Visita técnica à Praça XV coordenada por Analucia Thompson (Copedoc-IPHAN) e Bettina Grieco (Copedoc-IPHAN) – Roteiro e visita
18:00	Encerramento

Apresentação

Lançamos, com esta publicação, os Anais da I Oficina de Pesquisa do IPHAN, organizada pela Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência do IPHAN (Copedoc) no Rio de Janeiro, de 26 a 30 de novembro de 2007. Fato inédito na Instituição, esse encontro foi fruto do empenho de toda a equipe da Gerência de Pesquisa da Coordenação que, desde a sua criação em 2004, tem se dedicado a estruturar esse novo setor no IPHAN, voltado para a reflexão sobre a história das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil, priorizando o olhar sobre essa ação no tempo e a utilização do acervo documental do IPHAN como fonte privilegiada de pesquisa.

O tema central desse primeiro encontro foi o papel da pesquisa histórica no IPHAN. Nele optamos por privilegiar a presença dos historiadores da Instituição, formação essa que somente constituiu um corpo significativo de profissionais após o concurso público realizado em 2005, quando foram integrados ao órgão cerca de 25 historiadores. Circunscrevendo, desse modo, o ofício do historiador, pretendemos contribuir com a reflexão sobre a prática da pesquisa no IPHAN e, paralelamente, com a consolidação do espaço de atuação desse profissional na Instituição. Contamos, ainda, com a presença de técnicos de outras áreas profissionais como historiadores da arte, cientistas sociais, arquivistas, museólogos e arquitetos das diversas unidades do IPHAN distribuídas no território nacional.

Essa participação diversificada, além de promover uma maior interação entre os pesquisadores da Casa, possibilitou debates mais abrangentes, estimulando o diálogo interdisciplinar, especialmente nos Grupos de Trabalho, instituídos com a finalidade de sistematizar as discussões e os diagnósticos, bem como redigir a Carta da Pesquisa

Histórica no IPHAN – aprovada pela plenária final do encontro e reproduzida nesta publicação –, a qual estabelece parâmetros para o aprimoramento da pesquisa histórica na Instituição.

Nas mesas redondas realizadas, convidamos historiadores e cientistas sociais de diferentes instituições, que colaboraram com reflexões acerca da natureza do ofício do historiador, considerando as especificidades da sua relação com o tempo histórico; a sua tarefa peculiar de construção e crítica às fontes históricas (desde as mais tradicionais textuais, até aquelas apropriadas na lida do próprio campo do patrimônio cultural, como monumentos, edificações, traçados urbanos, os registros orais etc.) e, ainda, as particularidades de sua narrativa, que não deixa de contemplar uma reflexão historiográfica acerca do seu objeto de estudo. Contamos, também, com palestras de historiadores do IPHAN, convidados a relatarem sua experiência de trabalho, que tem sido voltada para a produção de narrativas visando à construção e gestão do patrimônio cultural brasileiro, e seus relatos focaram as especificidades da investigação científica dentro de uma instituição não-acadêmica.

Nesse sentido, considerando seus diferentes lugares de fala, os vários palestrantes foram convidados a refletir sobre 3 temas principais: Arquivo e Patrimônio, para debater a constituição dos arquivos e sua importância como patrimônio cultural; Narrativa e História, com a finalidade de discutir questões de metodologia relacionadas à narrativa historiográfica e à pesquisa histórica; e Tempo, História e Patrimônio, por uma reflexão acerca de noções como autenticidade, continuidade histórica e diferença na construção do patrimônio histórico.

O caráter reflexivo assumido pela I Oficina de Pesquisa sobre a história das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil vem ao encontro, enfim, da nossa intenção de subsidiar a formulação das políticas públicas no âmbito da preservação cultural, com o desenvolvimento

de estudos sobre a extensa e intensa trajetória da ação institucional, a sistematização de informações e conhecimentos e sua disseminação por meio da produção de obras de referência e do acesso ampliado ao rico acervo documental dos arquivos do IPHAN.

A Oficina de Pesquisa do IPHAN tem se configurado em um espaço de intercâmbio técnico vigoroso e renovador, capaz de confrontar políticas setoriais e estimular a integração dos trabalhos técnicos. Esperamos, com a continuidade desses encontros, que este espaço de reflexão livre seja amadurecido e legitimado nesta Instituição que, desde sua origem, tem a pesquisa dentre suas atribuições essenciais para o desenvolvimento de suas ações, destinadas à preservação do patrimônio cultural. Reforçamos assim a importância da produção de conhecimento para a excelência dos trabalhos institucionais e para a transparência dos critérios adotados na rotina institucional, bem como de sua disseminação junto à sociedade, por meio da publicação desses estudos.

Márcia Chuva
Gerente de Pesquisa da Copedoc

A fala de um "antigo"

Adler Homero Fonseca de Castro[1]



[1] **Adler Homero Fonseca de Castro** é historiador, graduado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com mestrado em história social pela Universidade Federal Fluminense, pesquisador no IPHAN desde 1983, inicialmente em um projeto de pesquisa, depois como historiador do Museu Histórico Nacional e atualmente no Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização.
Autor de quatro livros e diversos artigos, sobretudo na área de história militar.

Colegas,

Saudações

Serei breve, pois não gosto de falar em público – apesar de ser licenciado em história, tenho horror a sala de aula. Como a COPEDOC não especificou bem o que deveria ser apresentado para os colegas presentes ao encontro de historiadores, resolvi elaborar uma pequena apresentação de caráter eminentemente pessoal, o que talvez seja de pouco interesse para todos, mas não deixa de ser um testemunho de um trecho pequeno de uma certa história mais recente do IPHAN.

Antes de iniciar, gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui com os colegas de profissão e notar duas coisas de que gostei muito quando as percebi no programa do encontro. Primeiro, que somos 44 historiadores inscritos nesse grupo e, como nem todos puderam vir ao encontro, imagino que o pessoal da "categoria" no IPHAN seja ainda maior do que isso. Para mim, isso é muito significativo de uma mudança de mentalidade, não radical, mas ainda assim importante. O DEPAM – Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização –, no início da década de 1990 (quando ainda era chamado de "Departamento de Proteção"), tinha o costume de fazer relatórios sobre a situação do Instituto, listando as obras em execução, os sítios arqueológicos, os processos de tombamento e outras atividades de preservação sob a responsabilidade de cada regional. Isso para subsidiar os trabalhos da área de Proteção, pois uma regional que tinha apenas um funcionário não teria condições de ser tão solicitada quanto outras, com uma infraestrutura que não fosse tão deficiente. Como fazia os levantamentos de tais relatórios, me lembro bem que os historiadores do IPHAN, naquela época, eram a terceira categoria mais numerosa de profissionais da área fim, só perdendo para os arquitetos (178) e museólogos (78). Éramos 26 historiadores (!), a maior parte lotada em museus. Daquela época para hoje, houve um aumento razoável na categoria, crescimento que é mais

significativo quando comparado com o quadro geral do pessoal da Instituição, que hoje é menor do que era em 1995.

O segundo ponto que me agradou muito – e pelo qual agradeço a COPEDOC – foi o fato de esta não ter caído na armadilha, que é cada vez mais comum na Instituição, de excluir das discussões os colegas da área de museus, já pensando no IBRAM, o projetado Instituto Brasileiro de Museus. Para mim, isso é muito importante, pois boa parte da minha carreira foi na área de museus. Além disso, na área de tombamento do DEPAM de hoje, somos seis pessoas, três oriundas de museus. Do meu ponto de vista, considerando as grandes possibilidades de troca de informações e idéias com o pessoal de museus, que se perderá com a criação do IBRAM, o IPHAN, longe de estar aumentando sua abrangência, como gosta de apregoar, só está se restringindo, "largando" um aspecto da preservação do patrimônio em função de outro. Isso para perda de todos nós da Instituição e, no final de tudo, para perda da preservação do patrimônio.

Tendo feito meus agradecimentos à COPEDOC, vou deixar registrado um protesto: quando me chamaram para estar aqui com os colegas historiadores, fui convidado como representante dos profissionais com mais experiência no IPHAN, os "antigos". Aceito a realidade dos fatos, mas nem por isso tenho que gostar dela e me insurjo um pouco.

Para mim, é muito fácil me ver ainda no lugar da maioria de vocês há pouco tempo, entrando em uma instituição estranha, cheia de pessoas com idéias estranhas e talvez problemáticas. Foi isso que aconteceu comigo há vinte e poucos anos atrás. Para mim, o "pessoal antigo" é o que entrou na instituição antes de 1979. E, antes que digam que é difícil encontrar pessoas assim na casa hoje em dia, devo dizer que no DEPAM do Rio de Janeiro (dezessete pessoas), há quatro funcionários importantes que estão na Instituição desde antes de Aloísio Magalhães (um ainda se lembrando da época de Rodrigo de Melo Franco). Se al-

guém é "antigo", para mim, é esse pessoal que é a memória de uma transformação que não vivi. Já sou da geração "Pró-Memória", que não é uma realidade tão diferente assim da que vocês conhecem.

Apesar dessa distinção poder parecer um pouco menor, olhando-se para um passado de mais de vinte anos, para mim não é. Os funcionários que entraram nos museus quando esses eram autarquias, entidades de administração independente, e no IPHAN antes de 1979 enfrentaram uma situação tenebrosa: naquele ano, o Instituto – ele próprio uma pequena autarquia – tinha menos de 180 funcionários em todo o Brasil, e destes apenas um número muito reduzido era de profissionais de nível superior: aproximadamente quinze arquitetos e o número de historiadores podia ser contado nos dedos de uma só mão. O dinheiro era muito mais escasso do que nos anos seguintes e o universo a ser cuidado não era insignificante, já contando com milhares de edificações em cidades tombadas. Com essa situação, muito pouco podia ser feito pelo Instituto – um fato que muitas pessoas esquecem ao criticar as falhas do "antigo" IPHAN.

No entanto, muito do que se faz hoje em dia em termos de patrimônio material, como uma maior reflexão sobre a questão dos entornos (uma abordagem que ainda é revolucionária, quando comparamos com alguns órgãos de preservação, como os britânicos), a incorporação de "novos" tipos de patrimônio a serem protegidos, novas formas de abordagem com relação ao que já se trabalhava e assim por diante tiveram origem nesse período.

Essas mudanças foram importantes. Aloísio Magalhães, aproveitando-se de uma situação favorável no final da ditadura militar, teve o apoio do Ministro da Educação e Cultura, General Ruben Ludwig, para tomar uma medida de extremo autoritarismo, de fundir as diferentes autarquias da área da cultura em uma só entidade, a Fundação Nacional Pró-Memória. Uma atitude que hoje seria impensável, mas que foi boa

para as diferentes entidades, que estavam muito esvaziadas. E, nessa circunstância, que poderia ser vista como traumática, foi esse pessoal "antigo", que entrara na Instituição antes de Aloísio, que transmitiu ao grande número de funcionários que entrava no IPHAN as bases do que era o Patrimônio e como ele funcionava – isso tanto dentro do que hoje consideramos como IPHAN quanto na área de museus.

Do meu ponto de vista, trabalhando na área de tombamento, com a leitura constante de processos abertos desde a fundação do Instituto (há cerca de um terço de todos os processos abertos até hoje em andamento, inconclusos), isso é muito evidente, pois é possível ver uma certa continuidade de pensamento na área de tombamento, apesar da grande expansão e mudança em métodos de trabalho e objetos de estudo no período após a criação da Fundação Nacional Pró-Memória, que deu condições de a Casa funcionar. Deve-se dizer que, da minha parte, tendo ido trabalhar na área de proteção após os desastrosos acontecimentos da era Collor, o que vi não foi a implantação de novas idéias ou a ampliação de conceitos, mas sim uma certa retração com relação às experiências feitas, algumas com sucesso, outras nem tanto, que tinham sido ensaiadas nas décadas de 1970 e 1980 pelo pessoal que considero como "antigo", aqueles que deram a feição que o IPHAN tem hoje.

Bom, antes de começar a dizer as bobagens que sempre digo com relação ao que faço hoje, vou falar quem sou.

Sou historiador (se não, não estaria aqui na mesa) formado na UERJ e com mestrado na UFF, com uma dissertação na área de história militar; atualmente, além de trabalhar na Gerência de Proteção do DEPAM, sou curador do Museu de Armas Conde de Linhares, conselheiro do Museu de Armas Históricas Ferreira da Cunha e membro da representação brasileira no Comitê Científico Internacional do ICOMOS de Fortificações Militares. Tenho publicado alguns artigos e quatro livros.

Como dá para ver, é um especialização na área de história militar, com um forte viés para história das técnicas – se quiserem saber alguma coisa sobre canhões, a pessoa indicada para se falar no IPHAN sou eu, mesmo porque não há mais ninguém que tenha escolhido seguir por essa estranha linha de pesquisa.

Comecei a trabalhar em 1980, fazendo pesquisas sobre esse campo, numa época em que isso era visto como meio estranho – estávamos ainda na ditadura militar, como disse antes, o Ministro da Educação e Cultura era o General Rubem Ludwig (conhecido entre seus colegas como "Rubão"), tudo que era relativo aos "milicos" era negativo. Mesmo naquela conjuntura negativa, sempre considerei o campo da história social da guerra importante, de forma que decidi seguir essa linha de pesquisas, como venho fazendo até os dias de hoje.

Do ponto de vista de minha história profissional, o meu interesse se consolidou por causa de uma oferta exótica que tive em 1980: uma empresa da Irlanda do Norte precisava de um pesquisador para trabalhar aqui no Brasil, que soubesse inglês, para pesquisar uniformes militares para a produção de uma linha de soldadinhos de chumbo (o mundo é estranho). Naquela época fui contratado mais porque sabia inglês do que propriamente por minhas qualidades de pesquisador, que inexistiam.

Por causa dessa atividade estranha, que durou dois anos, fui chamado para trabalhar em um projeto da Pró-Memória (a Pró-Memória de Aloísio tinha uma proposta de funcionar na base de "projetos", mas isso logo acabou) de estudo de fortificações, tendo ficado mais dois anos como pesquisador autônomo, trabalhando em um escritório que funcionava no Museu Histórico Nacional (MHN). Como o projeto foi sendo lentamente desativado, os pesquisadores passaram a dar apoio ao Museu e, quando as atividades se encerraram definitivamente, com a perda de todo o trabalho feito até então, passei a trabalhar para o Museu

como responsável pela área de armaria e na conservação de metais.

Fiquei no MHN por dois anos como autônomo, até ser contratado há vinte anos atrás. A experiência no museu foi bem diferente da minha atual. A dinâmica do MHN era muito diferente da que vejo hoje: primeiro, havia uma estrutura de trabalho muito grande. Naquela época, havia lá 128 funcionários (não sei quantos são hoje, mas o Museu Nacional de Belas Artes, um museu nacional de porte semelhante, tinha 143 e hoje tem apenas 57 funcionários). Esse quadro numeroso permitia um trabalho realmente interdisciplinar com os colegas: na área de pesquisa, trabalhavam uma antropóloga (um luxo na época), uma museóloga (depois dois) e dois historiadores e meio (eu era o "meio", já que tinha que trabalhar também com a coleção de armas). Era possível fazer atividades muito interessantes. Além disso, na época, a dinâmica de trabalho da Instituição era de montagem do circuito permanente do Museu, que levava a pesquisas mais profundas, de prazo mais prolongado. A reforma do Collor acabou com isso, a área de pesquisa no MHN simplesmente acabou, já que todos os pesquisadores de lá foram demitidos ou transferidos.

Sendo um dos "sobreviventes", durante algum tempo fiquei no Museu, trabalhando na fundamentação histórica e conceitual de projetos de exposição. Por discordância com a Direção, fui para o DEPAM.

O trabalho na área de tombamento tinha seus interesses. No início, havia a proposta de se dar continuidade aos estudos que eram desenvolvidos antes, estabelecendo normas e conceitos para o trabalho de proteção. Eram estudos como o de formas de proteção culturais de grandes áreas, o trabalho com bens da cultura popular, a valoração e proteção de bens da cultura indígena ou quilombos.

Isso, contudo, praticamente acabou. Há uma incrível resistência das direções do IPHAN, até hoje, em tentar resolver qualquer assunto mais polêmico. Por exemplo, na década de 1980, por causa da Constituição

Federal, foi pedido o tombamento da Floresta Amazônica e do Pantanal Sul-matogrossense. O pedido de tombamento da Floresta não resultou em nada, mas foi aberto um processo de tombamento para o Pantanal e colegas da Instituição, não ligados à área de tombamento, chegaram a fazer um parecer favorável à proteção de 200.000 km2 – incluindo um pedaço do Paraguai! Era uma proposta absurda, que seria impossível de implantar – imaginem tentar fiscalizar uma área correspondente a nove estados de Sergipe. Mesmo assim, esse assunto ainda não foi concluído e há resistência em o arquivar. Afinal, a "importância do Pantanal é evidente", como gostam de dizer. Só não dizem o que isso tem a ver com o IPHAN.

Em face dessa dificuldade política em se resolverem os problemas da Instituição – ou mesmo em se refletir sobre eles – atualmente me concentro nos estudos de tombamento na Gerência de Proteção (GProt) do DEPAM. Do ponto de vista da pesquisa, isso é um ponto mais frustrante, pois é um trabalho mais de curto prazo, voltado para atender demandas políticas, que não permite o desenvolvimento de pesquisas de maior fôlego. O que é ruim, em termos de localização de novos tipos de bens que poderiam ser objeto da ação do IPHAN, uma atividade que caberia ao DEPAM coordenar junto com as regionais.

Outro problema, fundamental, é a carga de trabalho: há cerca de quatrocentos processos inconclusos; quando conseguimos, são concluídos perto de vinte por ano. São tombados seis ou sete bens por ano (a média histórica do IPHAN), os restantes seriam arquivamentos, mas recentemente a direção do Instituto passou a ter uma grande resistência em fazer arquivamentos. Como há cerca de vinte pedidos de abertura de novos processos por ano, isso cria um déficit crescente, mesmo se desconsiderarmos uma política que sabemos ser comum, em que o pedido é engavetado antes de ser aberto um processo administrativo ou de tombamento. O número de conclusões sendo igual ou inferior ao de

aberturas, o nosso passivo, os tais quatrocentos processos, não diminui muito, mudam os processos, mas ainda temos coisas muito antigas em andamento, inclusive um processo de 1938.

Essa massa de processos não tem perspectiva de ser concluída a médio prazo, especialmente porque as direções do IPHAN têm apresentado, cada vez mais, interesses particulares, de forma que sempre estão surgindo novas prioridades, em detrimento das antigas. Há não muito tempo, um presidente do Instituto queria tombar coisas em São Paulo. A prioridade hoje é por tombamentos "de impacto", que possam gerar notícias políticas, com uma ênfase adicional em trabalhar com áreas pouco trabalhadas do Brasil, como os estados do Norte, Centro-Oeste e alguns do Nordeste, e com bens da cultura popular, especialmente afro-brasileira e indígena.

São prioridades louváveis. O que é negativo é que se esquece das outras áreas ou das prioridades antigas: os processos de São Paulo, abertos por uma gestão recente, estão parados e não andarão, já que agora são considerados como "não prioritários", gerando um acúmulo de problemas não resolvidos. Por exemplo, a 6ª Superintendência Regional do IPHAN no Rio de Janeiro tem cerca de cem processos em estudo e recebe um pedido de tombamento por mês. Mas o Rio de Janeiro não é considerado como um estado que deva ser tratado com mais atenção, pelo contrário, de forma que os assuntos de sua jurisdição não andam quando têm que receber encaminhamento da Direção – não por causa da Regional, que está fazendo um grande esforço de solução de problemas: eu mesmo estou com dois processos da 6ª Superintendência Regional do Rio de Janeiro na minha mesa e encaminhei dois outros há pouco tempo. Mas não é uma "área prioritária" do momento.

Em termos de rotina, eis o que se faz na área onde trabalho: de forma ideal, recebemos os processos instruídos da Regional, com todas as informações necessárias à avaliação do Conselho Consultivo do

IPHAN ou do DEPAM (caso de arquivamento); fazemos um estudo para ver se o material enviado atende às normas e, principalmente, se os requisitos necessários para análise do Conselho Consultivo estão presentes. Isso não é só burocrático, é necessário justificar porque tombar (ou porque arquivar), com base em valores nacionais e aí está a posição importante do DEPAM. Cabe à Área Central tentar, na medida do possível, homogeneizar os valores que possam levar ao tombamento, apesar de isso estar ficando cada vez mais difícil, com a crescente capacitação e independência das Superintendências Regionais do IPHAN e com o maior nível de exigência burocrático, tanto da administração quanto da nossa própria área jurídica.

Do meu ponto de vista, que trabalho com os processos de tombamento, tenho uma opinião diferente da corrente. Lendo os processos, fica evidente que o IPHAN sempre teve sedes Regionais com grande autonomia com relação à Área Central – pelo menos no que tange à questão de proposição e encaminhamentos (ou não) dos tombamentos. A Área Central, que tinha um pessoal dedicado exclusivamente a esse assunto, claramente tinha mais condições de conduzir os assuntos e propostas, como a instância logo abaixo do escalão que decide sobre os tombamentos, o Conselho Consultivo. Naquela época, as Superintendências eram realmente "regionais", abarcando diversos estados, de forma que o problema de valores locais, estaduais (ou mesmo municipais) versus aquilo que deveria ser a área de atuação do IPHAN, o patrimônio nacional, não era tão grave quanto é hoje em dia, quando muitos confundem as responsabilidades de um órgão federal com as de uma entidade de preservação de âmbito mais restrito.

Dessa forma, o trabalho de pesquisa que tem que ser feito na Área Central – não o que deveria ser feito – é, muitas vezes, o de inserir o bem em uma conjuntura nacional, justificando, ou não,

a inscrição do mesmo nos Livros do Tombo. Isso além da grande massa de trabalho puramente burocrático, de checar se todos os dados são aceitáveis, se a documentação está de acordo com as normas, se as limitações da lei são respeitadas (por exemplo, não se pode "tombar" um pedaço do Paraguai, como no caso da proposta que foi apresentada por colegas com relação ao Pantanal) e assim por diante. Isso era um tipo de trabalho que praticamente não era feito antes da década de 1970, uma falha pela qual pagamos até hoje, tendo que complementar ou corrigir informações que deveriam ter sido coletadas no momento daqueles tombamentos mais antigos. Todo esse trabalho, que não é propriamente de pesquisa, mas é típico de uma instituição que não pode ser vista como simplesmente "acadêmica", é diversas vezes muito difícil. Não é impossível, apesar de ter que reconhecer que é muito inconveniente para os colegas, para dizer o mínimo, ficar solicitando repetidamente informações complementares para as sedes Regionais, que, tenho certeza, têm a impressão de que "as coisas não andam". Recentemente um Superintendente Regional, ao ser exonerado, reclamou do andamento de um processo que, segundo ele, teria sido concluído em 2005 e ainda não fora examinado pelo Conselho. Mas ele deixou de mencionar os diversos pedidos de informação complementares ao estudo encaminhado pela Seperintendência Regional, que demoraram a ser respondidos, pois demandavam trabalho. E, sem essas informações complementares, exigidas pela Procuradoria Federal ou pelo Conselho Consultivo, o processo não poderia – ou não deveria – ser analisado para tombamento pelo Conselho. Isso para evitar os muitos problemas que existem com os processos antigos, feitos de forma menos cuidadosa.

Essa é a parte "chata" do trabalho, ser responsável por cumprir os ritos que a burocracia exige. Dá muita saudade dos tempos dos

pareceres que resumiam-se a "tombe-se, naturalmente", da "fase heróica".

Nem tudo é ruim, contudo. A vantagem do trabalho na área central é poder tomar contato com os mais diversos tipos de realidades regionais e até tipos de acervo. Trabalho muito com um tipo de objeto que já foi chamado de "patrimônios não tradicionais", ou seja, os bens com que o IPHAN pouco trabalhou na sua história. Daí faço estudos de ferrovias, fábricas, manufaturas, museus, locomotivas, navios e canoas, faróis, pontes, canais, penitenciárias, manicômios, cemitérios, quilombos, sítios arqueológicos e assim por diante. Agora mesmo voltei de uma viagem de 2.200 km de carro, para ver os postos telegráficos de Rondônia. Comecei a trabalhar no IPHAN há 24 anos estudando um forte de Rondônia e finalmente tive a oportunidade de conhecê-lo. Considerando que fica a 700 km de Porto Velho, indo numa estrada de terra, só pelo IPHAN e com o apoio da Superintendência Regional é que eu o conheceria.

É muito difícil – praticamente impossível – especializar-se em qualquer um desses assuntos, mas o trabalho permite um aprendizado muito amplo sobre a proteção de nossa cultura, que, de outra forma, seria muito difícil.

O ofício do historiador: sobre ética e patrimônio cultural

Márcia Chuva[1]



[1] **Márcia Chuva** é historiadora do IPHAN, responsável pela Gerência de Pesquisa da Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência desse Instituto. É doutora em História pela Universidade Federal Fluminense.

A questão que pretendo desenvolver neste artigo diz respeito ao lugar que o historiador tem ocupado no campo da preservação do patrimônio cultural no Brasil, colocando em debate uma aparente ambivalência desse lugar, de onde bifurcam dois caminhos possíveis: o da investigação acerca das práticas de preservação e o da própria ação, i.e., nos quais o historiador atua como um agente de preservação. A primeira pergunta que coloco para refletirmos é se esses dois pólos são antagônicos e excludentes ou se devemos começar a desconstruir essa polaridade. Para dar luz a uma possível resposta, cito o historiador inglês Eric Hobsbawm, com sua acidez na impactante afirmação com que abre o artigo "Etnia e nacionalismo na Europa de hoje":[2]

> "Os historiadores estão para o nacionalismo como os plantadores de papoula do Paquistão para os viciados em heroína: fornecemos a matéria-prima essencial ao mercado. Nações sem passado são uma contradição em termos. O que faz uma nação é o passado, o que justifica uma nação em oposição a outras é o passado, e os historiadores são as pessoas que fazem o passado."

Temos um desafio: pensar nos limites éticos do ofício dos historiadores em geral e daqueles do patrimônio em particular, na atualidade – momento em que ainda se criam representações de nação e narrativas de patrimônio, mas não se tem mais ilusões a respeito da verdade do seu próprio discurso.

Antes de mais nada, vale a pena situar, brevemente, como se dá a inclusão dessa temática no campo científico. Em termos metodológicos, as práticas de preservação cultural são um objeto privilegiado de investigação da História, com o uso de conceitos e instrumentais teórico-metodológicos que operacionalizam a abordagem de bens simbó-

2 Artigo publicado no livro organizado por BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 271

licos, a partir da identificação e tratamento de fontes não tradicionais, tais como monumentos e sítios selecionados como patrimônio nacional, grupos escultóricos comemorativos instalados no espaço público, os emblemas nacionais, as representações iconográficas de Brasil nos livros didáticos, a produção técnico-burocrática dos órgãos criados para executar essa tarefa, entre outros.

Condicionadas por representações acerca da nação, as práticas de preservação cultural, embora associadas à própria formação dos Estados Nacionais, constituem-se hoje num amplo sistema de valores que envolve diferentes visões de mundo e práticas políticas, tendo como lugar privilegiado de ação as instituições de preservação cultural existentes nos três níveis do poder público, mas apropriadas também por setores representativos da sociedade civil e por certos movimentos sociais.

Como veremos, em termos de produção acadêmica, não foi a História quem primeiro observou a preservação do patrimônio cultural como objeto de investigação. Foi do campo da Antropologia, seguido da Sociologia, que surgiram os primeiros estudos sobre as práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil, nos anos 1990. Contudo, essa temática é, no mundo ocidental, tributária da História como disciplina constituída no século XIX, que deu origem a inúmeras narrativas acerca das novas nações que então se constituíam, o que claramente também se operou no Brasil. Das primeiras versões da história nacional surgem inúmeras representações de Brasil.

A fundação das práticas de preservação do patrimônio cultural política e teoricamente no Brasil e a sua efetiva constituição como âmbito de intervenção no mundo social, ocorrem nos anos1930, com a construção da ação pública de proteção do patrimônio cultural por meio da criação, na administração pública federal, de um serviço com essa finalidade: o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional – SPHAN, atualmente Instituto (IPHAN). Ou seja, narrativas acerca da nação, do passado estão sendo forjadas a partir da ação do IPHAN desde os anos 1930. Quem está produzindo essas narrativas? Quem vai se tornar o especialista em patrimônio? Vamos investigar.

A noção de *patrimônio*, embora tenha recebido uma série de adjetivações ao longo do tempo (histórico, artístico, paisagístico, genético, tangível, intangível, material, imaterial, móvel), está relacionada ao seu papel na formação de grupos de identidade, isto é, associada a práticas voltadas para o fortalecimento dos laços de identidade de determinados grupos e de sua afirmação enquanto tal. Ou seja: construir e/ou inventar e preservar o *patrimônio* se constitui na prática cultural de atribuição de valores e significados a objetos e bens, que amalgamam grupos de identidade.

Desde o século XIX, a construção de um *patrimônio* foi articulada à formação dos Estados Nacionais e à construção da identidade da nação. A construção da nação foi um elemento crucial de investimento desses Estados em formação, e inúmeros enfrentamentos se deram (e ainda se dão) no sentido de incorporar cada vez mais grupos dispersos no interior das sociedades, compondo as redes desse Estado.[3] Visando alcançar a coesão com o maior controle sobre esses grupos dispersos, não basta aos grupos dirigentes dentro da sociedade política a implementação de ações para a cobrança de impostos, ou para a incorporação de novos eleitores. É crucial para a estabilidade social e política do Estado que todos os habitantes do território nacional sintam-se progressivamente parte integrante e constituinte da nação, sob a vigilância de um poder – que faz tanto uso da força quanto de uma violência simbólica para manter sua hegemonia.

3 Cf. ELIAS, Norbert. Processos de formação de estados e construção de nações. *In: Escritos e Ensaios 1.* Estado, processo opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

É ainda sobre esse mesmo enfoque que nos referimos, ao tratarmos dessa problemática na atualidade. A prática de preservação do patrimônio cultural remete a essas questões, ainda que com noções diferentes acerca do que deve ser definido enquanto patrimônio cultural, do que represente a nação, bem como sobre os efeitos que isso pode causar no todo social. Se, nos anos 1930, o projeto político estava dirigido para a constituição de uma nação una e indivisível, hoje a retórica vigente passa necessariamente pela noção de diversidade cultural, visando à incorporação de grupos sociais diferenciados, cujas práticas e produção cultural tornam-se patrimônio: falo agora do chamado patrimônio imaterial. Essa política pública de consagração do patrimônio cultural gera uma série de conseqüências, que promovem e suscitam novos interesses, colocando em ação grupos até então não relacionados ao assunto, que se enredam nas malhas do Estado. Tais manifestações ou bens culturais passam a ter a chancela ou o reconhecimento do Estado e isso agrega valor às suas práticas, aos bens que produzem, incluindo muitas vezes tais bens na lógica do mercado da qual era marginal ou fragilmente relacionado, como a viola-de-cocho, o boi do maranhão, entre outros.

Voltando ao tema proposto, isto é, pensar sobre o lugar do historiador do patrimônio, gostaria de retornar aos primórdios da constituição do campo da preservação cultural no Brasil, que se confunde com a sua institucionalização, com a criação do SPHAN, e retomar a pergunta colocada inicialmente: quem produzia as narrativas acerca da nação?

O arquiteto Lucio Costa, trabalhando no IPHAN desde 1937, foi autor de idéias seminais no âmbito da preservação cultural, como figura central na configuração que esse campo ganhou no Brasil. Em relação ao historiador, em 1949 ele afirmava que este profissional não era dado a objetividade, considerada necessária no exercício diário da proteção

ao patrimônio histórico e artístico nacional. Por esse motivo, ele deveria se colocar, apropriadamente, nos espaços reservados à produção discursiva. Dizia ele:

> "não é necessário nem mesmo talvez aconselhável o recurso exclusivo a historiadores de profissão, uma vez que a curiosidade do ofício os conduz insensivelmente a pesquisas laterais demoradas e absorventes com prejuízo dos informes simples e precisos que interessam à repartição. Pode-se recorrer com proveito a estudantes universitários em período de férias e a intelectuais de várias categorias necessitados de amparo."[4]

O arquiteto tornou-se historicamente o especialista em patrimônio e a profissionalização do arquiteto, a definição do seu papel sócio-profissional em distinção ao do engenheiro vai se dar nesse mesmo contexto, e de modo interrelacionado à definição das práticas de proteção do patrimônio no Brasil, com mais uma peculiaridade, que não se repete em outros países: a de que o mesmo profissional que indica o que deve ser conservado como patrimônio nacional é aquele que vai formular as bases da nova arquitetura – a arquitetura moderna e seus princípios estéticos e políticos, que marcarão profundamente os currículos das escolas de Arquitetura no Brasil.[5]

Além do arquiteto, outras três profissões também se formaram dentro dos limites do campo do patrimônio e adonaram-se de objetos determinados, próprios de sua especialidade, nos dois sentidos do termo, isto é, objetos de estudo e investigação ou objetos passíveis de se tornarem patrimônio. São elas:

4 Plano de Trabalho para a Diretoria de Estudos e Tombamento da DPHAN - 1949" de Lucio Costa (Arquivo Central do IPHAN, Seção Rio de Janeiro -Pasta de Personalidades).

5 Cf. CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória:* a construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil, nos anos 1930-1940. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, 1998, especialmente o capítulo 4, e KOATZ, Eduardo. O processo de Criação da Faculdade Nacional de Arquitetura e de seu Currículo. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Educação) - UFRJ, 1996.

a) o museólogo, cuja disciplina, a Museologia, surge dentro do Museu Histórico Nacional como um curso técnico nos anos 1940 e é absorvida pela universidade,[6] na década de 1970. Os museus nacionais eram instituições autônomas até os anos 1980, quando foram incorporados à então SPHAN[7] por meio da Fundação Nacional Pró-Memória, que os salvou da franca decadência em que se encontravam, mantendo-se até hoje vinculados ao IPHAN.[8] A museologia foi regulamentada pela lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984, e estes profissionais têm lutado politicamente para garantir o seu nicho de mercado.

b) o arqueólogo e a Arqueologia, cuja origem remonta às pesquisas desenvolvidas no Museu Nacional, hoje ligado à UFRJ. O debate em torno da formulação da Lei da Arqueologia (lei nº 3924, de 1961), que instituiu um controle sobre as pesquisas arqueológicas e a atuação desse profissional pelo IPHAN, torna evidente que a problemática que envolve essas pesquisas, no Brasil, remete à discussão da preservação do patrimônio cultural. Por outro lado, essa lei estabelece uma série de normas que fazem essa temática ter uma significativa autonomia, mantendo-se isolada das demais questões do campo do patrimônio e no IPHAN. Essa formação não tem, até a atualidade, uma rede consolidada em nível de graduação no Brasil.

---

6 O Curso originado no Museu Histórico Nacional foi incorporado em 1977 à Federação das Escolas Federais Isoladas do Rio de Janeiro – FEFIERJ – continuando a funcionar, no entanto, nas instalações do MHN. Pelo Decreto-lei nº 66.655, de 5 de junho de 1979, a FEFIERJ passou a denominar-se Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNI-RIO – e, em agosto desse mesmo ano, o curso foi transferido do MHN para o antigo prédio do CCH, na Urca. <http://www.unirio.br/museologia/nummus/75anos.htm> Acessado em 20 de dezembro de 2008.

7 Na ocasião, o IPHAN era a Sub-Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ligado à Secretaria de Cultura no Ministério da Educação e Cultura (MEC), e, em seguida, Secretaria dentro da estrutura do mesmo Ministério. Para maiores detalhes, ver o *Caderno de Estudos do PEP*. Cronologia e Bibliografia das Práticas de Preservação do Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro: IPHAN, 2008.

8 O Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, criado em dezembro de 2008 junto ao Ministério da Cultura, encontra-se em fase de implantação, e absorverá os museus até então vinculados ao IPHAN.

c) o antropólogo, por sua vez (como veremos mais adiante), tem se dedicado ao tema do patrimônio imaterial, dando continuidade, em certa medida, à sua relação tradicional com os estudos do folclore e da cultura popular, temas priorizados nas políticas de Inventário e Registro do Patrimônio Imaterial. Tais estudos, que tiveram também origem nas idéias fecundas de Mário de Andrade, em 1936, sobre o patrimônio cultural brasileiro, tomaram distância desse assunto e seguiram caminhos distintos e paralelos em relação ao campo do patrimônio, até os anos 1990.

Como vimos, essas três formações ocuparam, historicamente, campos distintos de ação por várias décadas e sem vínculos significativos com as políticas públicas relativas ao campo do patrimônio cultural, dominada pelos arquitetos, e que tratava estritamente do chamado "patrimônio material" nas ações de proteção, tombamento e gestão.

Por sua vez, constata-se, desde os anos 1990, a capacidade aglutinadora que a temática do patrimônio cultural passou a exercer sobre todas essas frentes e fronteiras, agregando-se em torno da noção de patrimônio cultural e tornando este campo muito mais amplo e complexo, obrigado a enfrentar problemas bastante diversificados. É também nesse momento que a questão nacional é recolocada em novas condições: tratando-se de um movimento de descentração do nacional, em favor do local e da diversidade de identidades, como aborda Stuart Hall,[9] se as fronteiras dos Estados-nação não desaparecem, estes, por sua vez, precisam formular novas e inusitadas soluções para lidar com os problemas advindos da globalização e da pressão do mercado global de bens para o seu efetivo apagamento.[10]

9 Cf. HALL, Stuart. *Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

10 Para uma análise em perspectiva história acerca dos possíveis efeitos da globalização, inclusive em relação aos problemas de homogeneização cultural delas advindos, ver o capítulo intitulado "Décadas de Crise" in HOBSBAWM, Eric. *Era do Extremos*. O breve século XX. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

Os sinais dessa globalização começam a aparecer na década de 1970, quando a afirmação de Lucio Costa sobre os historiadores poderia ser feita ainda sem estranhamentos, de forma reconhecida por aqueles que compunham o campo da preservação. Vivia-se, contudo, um processo de expansão do campo em escala global, já bastante significativo. Desde 1972, a UNESCO instituiu a Convenção do Patrimônio Mundial para incentivar a preservação de bens culturais e naturais considerados de valor universal, como parte do esforço de integração entre os povos por meio da cultura, inserindo-a de diferentes formas ao âmbito das relações internacionais dentro do sistema ONU, com o reconhecimento e valorização de bens materiais da produção cultural como referência para toda a humanidade. Os países signatários dessa Convenção podem indicar bens culturais e naturais a serem inscritos na Lista de Patrimônio Mundial que, após avaliação por comissões técnicas e severa concorrência técnico-política, tem sua aprovação final feita no Comitê do Patrimônio Mundial. Obviamente que a partir desse momento de internacionalização da proteção do patrimônio, deu-se uma ampliação das disputas entre Estados que passaram a envolver negociações de recursos internacionais.[11]

No Brasil, é possível percebermos, desde então, algumas transformações relacionadas a dois aspectos interligados. O primeiro deles diz respeito à própria participação do Estado e à ampliação da participação das

11 Nos anos 1970, programas de financiamento para o países do terceiro mundo, relacionando preservação cultural e desenvolvimento social começam a ser concebidos por meio de instituições internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID; o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD; o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD, integrado ao Banco Mundial. Sobre programas desse tipo, formulados no Brasil, relacionando desenvolvimento urbano e preservação ver SANT'ANNA, Márcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento:* A Trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990). Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, 1995. Especialmente relacionado à questão do turismo, ver AGUIAR, Leila Bianchi. *Turismo e patrimônio nos sítios urbanos brasileiros:* o caso de Ouro Preto. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, 2006.

outras duas esferas do poder público, que passam a dividir com o poder federal o monopólio desse assunto, reproduzindo, na maior parte das vezes, as legislações federais para os estados e municípios. Esse processo deve ser compreendido como uma ampliação dos interesses voltados para esse campo de ação política, com significativa ampliação da participação da sociedade política, acompanhada também de uma participação mais direta de setores organizados da sociedade civil, associando a questão da preservação aos planos de desenvolvimento econômico e social. Por sua vez, o turismo é percebido com grande otimismo como alternativa para o desenvolvimento de regiões decadentes. Movimentos sociais urbanos surgem em defesa do direito à memória, à qualidade de vida e à moradia, concedendo um caráter de luta política a ações de preservação cultural, quando se fazem novas apropriações da noção de patrimônio, novos usos para o tombamento, apropriado então como arma no combate à especulação imobiliária nas grandes cidades.

O segundo aspecto refere-se à ampliação da noção de patrimônio, passando a atingir uma gama de bens, ultrapassando no Brasil a perspectiva de uma identidade nacional una para se construírem valores com base na noção de diversidade cultural brasileira e de seus diferentes grupos de identidade, fundando um novo paradigma e, a partir daí, novas estratégias de ação.

A principal mudança, naquele momento, ocorreu com a formulação da categoria de referência cultural pelos trabalhos desenvolvidos no Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), sob a direção de Aloysio Magalhães, em seguida incorporado ao IPHAN, com a criação da Fundação Nacional Pró-Memória.[12] A noção então intro-

12 Sobre o CNRC e a gestão de Aloysio Magalhães no IPHAN, ver FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo.* Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997. Sobre a criação da Fundação Nacional PróMemória, ver *Proteção e revitalização do patrimônio histórico e artístico no Brasil - um trajetória.* Brasília: PróMemória, 1980 (integralmente reproduzido no portal do IPHAN: www.iphan.gov.br).

duzida desloca o poder de atribuição de sentidos e valores aos bens culturais para os próprios sujeitos produtores desses bens culturais – e passa a valorizar as práticas culturais em processo e não somente os produtos dele resultantes. Exemplo curioso desse processo refere-se ao modo de fazer o vinho de caju na Fábrica Tito Silva, em João Pessoa, inventariado por meio de entrevistas, registros áudio-visuais e fotográficos, pelo CNRC. Visando a preservação do sistema tradicional de fabrico do vinho de caju, a referida fábrica foi tombada em 1981.[13] Contudo, o tombamento demonstrou-se instrumento ineficaz para salvaguarda do processo, pois ele atingiu apenas a edificação. Sem condições de sustentabilidade, aquele processo produtivo acabou por entrar em decadência, fechando as portas da fábrica logo em seguida.[14] Esse caso coloca em evidência, por um lado, uma visão de patrimônio cultural mais ampla, calcada nas novas concepções de cultura que se colocavam no campo da Antropologia,[15] preocupadas em focar não apenas o produto ou os objetos culturais, mas os processos. Com isso, enfatizava-se um olhar sobre as práticas cotidianas, assim como as manifestações e saberes culturais diversos, conferindo importância às particularidades de grupos étnicos, trazendo questões que passaram a ser obrigatoriamente tratadas no campo do patrimônio cultural, pois tais práticas passam então a ser percebidas como a expressão relevante e significativa dos traços culturais referenciais de um grupo de identidade. É então no processo de produção – e no sa-

13 Cf. o artigo de Maria Cecília Londres Fonseca "Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural", no livro organizado por Mário Chagas e Regina Abreu intitulado *Memória e Patrimônio:* ensaios contemporâneos. (Rio de Janeiro: DP&A, 2003)

14 Em 1995, a Oficina-Escola de João Pessoa foi instalada no prédio da antiga fábrica, quando o imóvel foi recuperado e lhe foi dado uso relacionado à formação profissionalização de operários para a restauração de monumentos arquitetônicos.

15 Marco importante na consolidação dessa nova perspectiva antropológica foi o trabalho de Clifford GEERTZ intitulado *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ber a ele associado – que se encontra o valor de patrimônio. Essa nova perspectiva traz à tona um amplo espectro de bens que valorizam a diversidade cultural brasileira.

Os melhores exemplos dessa diversidade e das lutas e novos usos dos instrumentos disponíveis são alguns tombamentos realizados nas décadas de 1980 e 1990: desde vilas operárias até terreiros de candomblé. Essas transformações e lutas levaram à consolidação da noção de bens intangíveis, cuja vitória ficou consagrada no texto da Constituição brasileira de 1988.

Também podemos situar nos anos 1970 e 1980, a chamada virada antropológica no âmbito da História, quando novos temas relativos à vida cotidiana passaram a ser incorporados como objeto de investigação da disciplina.[16] É também esse o momento em que a perspectiva historiográfica começa a ser embrionariamente introduzida em alguns estudos de tombamento feitos no IPHAN.[17]

No entanto, o reconhecimento desse processo de expansão do patrimônio cultural propriamente pela categoria dos historiadores somente se tornou evidente anos mais tarde, quando verificamos que a Associação Nacional de História – ANPUH –, a entidade mais representativa da categoria, contou, nos compromissos de campanha da chapa vencedora nas eleições para a diretoria nacional em 2003, com "a ampliação da participação do historiador em fóruns que tratem do patrimônio cultural", dentre os quais, o Conselho Consultivo do IPHAN. Essa tomada de posição é perceptí-

16 Cf. BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989):* a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: UNESP, 1997.

17 Nos anos 1980, sob a coordenação da arquiteta Dora Alcântara, foram iniciados estudos de tombamento numa perspectiva serial, sobre teatros, caixas-d'água; vilas operárias, dentre outros temas, bem como novos estudos sobre sítios urbanos com características distintas daqueles tradicionalmente tombados pelo Instituto. Um dos desafios colocados então era ultrapassar a noção de excepcionalidade, em favor da valorização da história processual. Alguns desses estudos foram publicados nos *Caderno de Documentos nº 2. Estudos de Tombamento.* Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.

vel também quando verificamos a presença do tema nas diretrizes curriculares do Ministério da Educação – MEC, para a formação em História, enunciadas em 2003.

Curiosamente, isso ocorre após a assinatura do Decreto 3551, de 2000, que trata do Registro do Patrimônio imaterial, momento em que se dá uma ampliação brutal das atribuições do Estado e as ações de um modo geral relacionadas à preservação cultural obrigam a uma ampliação de quadros, que precisava ser pensada estrategicamente pelas categorias profissionais, suas associações, agências de fomento à pesquisa, e programas de pós-graduação. Não somente ampliação de quadros com novos concursos, mas formação de quadros em uma área de atuação nova, cujas formações de base, em nível de graduação, não dão conta isoladamente.

Tudo é passível de se tornar patrimônio hoje. Mas, como salvaguardar? Como fazer a sua gestão?

A preservação cultural vem se constituindo num tema de estudos das Ciências Sociais - em especial da História e da Antropologia - de forma mais consistente a partir dos anos 1990. Contudo, ao comparar a ação política das duas áreas disciplinares da História e da Antropologia, vemos que o historiador se furtou a atuar no campo da preservação do patrimônio cultural – sem investimentos de peso para construí-lo como um objeto próprio de investigação. O antropólogo, por sua vez, preocupou-se claramente em investir numa atuação própria, buscando definir tarefas exclusivas ao profissional, à semelhança do que essa categoria conseguiu impor, por exemplo, no campo indigenista, com a exigência de um "laudo antropológico" como parte imprescindível do processo de demarcação das terras indígenas. É perceptível o investimento dessa categoria no sentido de ocupar esse espaço com uma atuação precisa, consistente e organizada, legitimando-se progressivamente no campo do patrimônio

cultural, até então praticamente monopolizado pelo arquiteto.[18] No âmbito do poder público, houve um conjunto de ações dirigidas, nos anos 1990, para consolidar as conquistas da Carta Constitucional, que tiveram início com a Carta de Fortaleza, de 1997 e a criação do Grupo de Trabalho junto ao Ministério da Cultura.[19] Com atuação intelectual e política sólida e marcante na temática da cultura popular e do patrimônio cultural, o antropólogo Antonio Augusto Arantes[20] foi convidado a formular uma metodologia de identificação de referências culturais, tendo por base uma série de trabalhos já realizados no IPHAN. Foram então utilizados como base os trabalhos realizados para a preparação do Dossiê de Patrimônio Mundial da Cidade de Goiás, que desenvolveu uma série de entrevistas com os moradores com papel de liderança junto à população do sítio urbano tombado, visando mapear as referências culturais da cidade para a população local, em 1997; e também o trabalho realizado em 1998, para compor o Dossiê de Patrimônio Mundial da cidade de Diamantina. Neste último, foi iniciado um inventário de referências culturais com base em formulários produzidos especialmente para a ocasião, aplicados nos vários distritos da cidade, com apoio da Prefeitura local.[21]

18 É significativo que a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) tenha publicado o livro *Antropologia e patrimônio cultural:* diálogos e desafios contemporâneos (Blumenau: Nova Letra, 2007), organizado por Manuel Ferreira Lima Filho, Jane Felipe Brandão e Cornélia Eckert, no qual a temática é circunscrita como objeto de investigação da Antropologia, apresentando importante panorama do assunto, além de estudos de caso e de questões metodológicas bastante pertinentes aos estudos de patrimônio.

19 A Carta de Fortaleza, que resultou do encontro realizado em novembro de 1997, em comemoração aos sessenta anos de criação do IPHAN, tornou-se marco inicial para a formulação das estratégias e formas de proteção do patrimônio imaterial, que resultaram, posteriormente, no Decreto 3551, de 2000. Todo esse processo está documentado na publicação *Patrimônio Imaterial:* o registro do Patrimônio Imaterial. Dossiê Final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: MINC/IPHAN, 2a.ed, 2003.

20 O antropólogo Antonio Augusto Arantes tornou-se presidente do IPHAN em 2004, permanecendo no cargo até 2006.

21 Os referidos dossiês encontram-se arquivados no Arquivo Central do IPHAN, sendo que o de Diamantina encontra-se na Seção Rio de Janeiro e o de Goiás na Seção Brasília, bem como parte do material bruto produzido na ocasião.

Antonio Augusto Arantes coordenou, então, a implementação e execução do projeto-piloto em Porto Seguro em 1999, que deu origem à metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais do IPHAN, e que serviu como a experiência necessária para a formulação dos termos do Decreto nº 3551, de 2000, acerca do Registro do Patrimônio Imaterial.[22]

Analisando essa metodologia de inventário, verificamos a presença de regras disciplinares da Antropologia, prescrevendo a necessidade de produção de estudos etnográficos, as técnicas de registro de trabalhos de campo, as técnicas de entrevistas, os estudos singulares numa perspectiva do presente, em que a História, porém, entra de modo secundário para a coleta de dados históricos sobre o bem, perdendo, com isso, a dimensão diacrônica e sua associação com o trabalho de construção da memória.

O texto do Decreto nº 3551/2000 também sugere alguns aspectos relevantes nesse debate. Para o Registro de um bem de natureza imaterial, o Decreto determina a necessidade de se verificar a "continuidade histórica do bem" e sua "relevância para a memória e identidade de grupos formadores da sociedade brasileira".

A noção de continuidade histórica naturaliza o tempo e percebe a história a partir de uma linearidade inexistente na realidade social, como um tempo homogêneo e vazio, tal qual falou Walter Benjamin.[23] Com isso, não dá conta de trabalhar a construção da memória como um processo plural e conflituoso, nem tampouco com as diversas temporalidades que podem atravessar uma prática cultural, suas contradições e transformações, sem supor, necessariamente, uma coerência com a linha do tempo.

22 A metodologia do INRC tem sido distribuída para órgãos dos poderes estaduais e municipais, bem como para países vizinhos latino-americanos, para aplicação ampla nessa tarefa de inventário de identificação do patrimônio cultural, não somente mas especialmente o chamado patrimônio imaterial.

23 BENJAMIN, Walter. *Sobre o Conceito de História.* Obras Escolhidas. São Paulo: Brasiliense, [1940] 1985.

Por isso, insisto em afirmar que o historiador ingressa tardiamente nessa discussão. No entanto, a História sempre esteve presente, apropriada de modo naturalizado, por várias disciplinas.

A questão nacional também se faz presente no Decreto 3551/2000, sob nova roupagem, ao propor a distinção de práticas culturais mais ou menos relevantes para a formação da sociedade brasileira. Aqui, vale à pena retomar Hobsbawm: aos historiadores cabe a construção do passado; nação é o seu passado e a nação só existe se tiver um passado.

A polaridade ou antagonismo entre a ação e a reflexão, entre teoria e prática é, na verdade, um falso dilema. Ao historiador cabe tomar para si a História ocupando um espaço de ação profissional próprio no campo do patrimônio cultural, considerando as especificidades de sua formação disciplinar e aquilo com que pode contribuir para a interdisciplinaridade necessária ao campo.

Conforme Michel de Certeau, na construção do texto histórico, o historiador fabrica o passado, por meio da uma operação historiográfica, em que correlaciona três aspectos distintos: o lugar social do qual o historiador fala, as regras disciplinares às quais está submetido; e a própria construção da narrativa mediada pela escrita. Com base num sistema de referências do presente, a intenção do historiador é conferir verossimilhança a esse passado, controlando-o e, para isso, atribui significados e sentidos aos documentos.

Para a construção e manutenção dos bens culturais preservados, são necessários argumentos que lhes confiram sentido, valor, significados. São narrativas acerca do patrimônio, as quais cabem também (mas não exclusivamente) ao historiador fazer, como próprias do seu ofício.

Não seria, de modo análogo, exatamente esse o trabalho do historiador do patrimônio: a construção do patrimônio cultural, que implementa políticas de salvaguarda a bens, práticas e manifestações culturais que visam também controlar o passado e forjar a nação no presente?

Narrar, pensar o detalhe: Notas à margem de um projeto de Carlo Ginzburg

Henrique Espada Lima[1]



1 Henrique Espada Lima é doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina e pesquisador do CNPq.

A inquietude de pensamento que marca a trajetória de Carlo Ginzburg produz em seus leitores uma sensação de deslocamento constante: esperando reencontrar o especialista na história da cultura das classes subalternas no início da era moderna, descobre-se o autor de uma erudita monografia sobre a obra pictórica de Piero della Francesca. Para além da História da arte, a discussão, às vezes críptica, com o "pós-modernismo". Entremeado a isso, o diálogo com a Literatura e a Crítica literária.

O tempo que separa *O queijo e os vermes*, sua monografia mais conhecida, publicada em 1976, dos trabalhos mais recentes – e em especial da discussão presente em livros como *Olhos de madeira, Relações de Força* e *Nenhuma Ilha é uma Ilha* – marca uma transformação radical nos tópicos de pesquisa, mas não esconde completamente a continuidade de algumas questões de fundo cuja análise mereceria atenção.[2] A pergunta difícil sobre a coerência possível se impõe e é sobre ela que pretendo me debruçar nas páginas seguintes.

O queijo e os vermes é um dos resultados de um esforço de investigação que Ginzburg começa ainda nos tempos de sua formação universitária. Se contarmos apenas os textos publicados, ele inicia em 1961 com um artigo publicado na revista da *Scuola Normale* de Pisa,[3] e conclui, de modo aparentemente definitivo, trinta anos depois, com *História Noturna*. Não há dúvida que essa constitui a obra de fôlego de Ginzburg como especialista, isto é, como *scholar* da história européia no início da Ida-

2 GINZBURG, *Carlo. O queijo e os vermes.* O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Cia. das Letras, 1986; IDEM. *Olhos de Madeira.* Nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Cia. das Letras, 2001; IDEM. *Relações de Força.* História, retórica, prova. São Paulo: Cia. das Letras, 2002; IDEM. *Nenhuma Ilha é uma Ilha.* Quatro visões da literatura inglesa. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

3 IDEM."Stregoneria e pietà popolare. Note a proposito di un processo modenese del 1519", *Annali della Scuola Normale Superiore di Pisa. Lettere, storia, filosofia,* s. II, XXX, 1961, pp. 269-287 (Agora em GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais.* Morfologia e história. São Paulo: Cia. das Letras, 1989, pp. 15-39)

de Moderna. Trata-se de um contexto no qual sua contribuição erudita foi inegável para o desenvolvimento de um campo de estudos em torno da história da feitiçaria e dos sistemas de crenças compartilhados pelo mundo camponês europeu até a Reforma. Seu trabalho propôs, além de tudo, novas hipóteses sobre a autonomia relativa e as relações que se estabeleciam entre a "alta" e "baixa" cultura, bem como uma interpretação original da emergência da imagem do "sabá" demoníaco no interior das concepções eruditas dos inquisidores, em sua relação com um substrato muito antigo de crenças religiosas camponesas, largamente difundidas no tempo e no espaço, entre a Europa e a Ásia.[4]

Entretanto, extrapolando de longe o campo de especialização em que os seus primeiros trabalhos se engastavam, a principal intervenção de Ginzburg no debate historiográfico foi, certamente, de natureza teórica e metodológica. O modo de abordar as fontes, a forma da exposição e da narrativa, a atenção às anomalias da documentação e ao detalhe revelador (com a conseqüente análise intensiva, em escala reduzida, de fontes de natureza muito diversa), bem como o uso experimental de uma abordagem "morfológica", foram os aspectos mais evidentes dessa contribuição, que era acompanhada pelo esforço em pensar sistematicamente as conseqüências cognitivas dessas escolhas de método.[5]

O lugar do livro sobre Domenico Scandella neste contexto é conhecido: o caso do moleiro friulano perseguido pelo Santo Ofício é utilizado não para ilustrar um argumento anterior ou exemplificar uma hipótese construída em outro lugar: é a própria análise minucio-

4 GINZBURG, Carlo. *História noturna.* Uma decifração do sabá. São Paulo: Cia. das Letras, 1991; IDEM.. "Feiticeiras e xamãs", In: *O fio e os rastros.* Verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Cia. das Letras, 2007, cap. 15.

5 Sobre estas questões em especial, e sobre a trajetória de Ginzburg em sua relação com a micro-história italiana, ver LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana:* escalas, indícios e singularidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006 (especialmente o terceiro capítulo da segunda parte).

sa dos processos inquisitoriais que tinham o moleiro como objeto que permitiu a Ginzburg reconstruir o contexto em que o "caso Menocchio" poderia ser compreendido. A análise detalhada dos depoimentos inscritos nos processos lançava mão de recursos pouco usuais, como a análise filológica e o confronto intertextual, para explorar a grade de leitura a partir da qual o moleiro construía sua cosmologia. Ao interpretar as idéias e os livros que lhe chegavam às mãos, lidos através do filtro de um mundo de referências culturais que ele compartilhava com o mundo camponês iletrado do qual também fazia parte, Ginzburg procurava explicitamente reconstruir as características essenciais de uma cultura que não havia deixado muitos traços. A idéia de fazer ouvir vozes silenciadas que não deixaram registros diretos, através da via indireta do estudo sobre uma história individual, era uma das questões centrais do livro.

As conseqüências epistemológicas desse "modo de fazer história" foram exploradas por Ginzburg em um artigo publicado pouco tempo depois, chamado "Sinais, raízes de um paradigma indiciário",[6] que, entre outras coisas, pode ser lido como uma reflexão *a posteriori* sobre alguns dos aspectos centrais da abordagem escolhida por ele em *O queijo e os vermes*. Um desses aspectos, em especial, é desenvolvido em "Sinais" (mas, como veremos, não completamente): o problema da exposição e das conseqüências implicadas nas escolhas "narrativas" feitas pelo historiador.

Sem discutir isso diretamente no corpo do texto, não havia dúvida que uma das dimensões implícitas de *O queijo e os vermes* era a sua preocupação com a forma da exposição. Como disse Ginzburg anos

6 O artigo, intitulado inicialmente "Spie. Radici de un paradima scientifico", foi publicado em 1978 na *Rivista di storia contemporanea* (VII, 1978, pp. 1-14) e depois ampliado em "Spie. Radici di un paradigma indiziario", publicado pela primeira vez na coletânea organizada por Aldo Gargani *(Crisi della ragione. Nuovi modelli nel rapporto tra sapere e attività umane,* Turim: Einaudi, 1979). Em português: "Sinais: raízes de um paradigma indiciário" In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais.* op. cit., pp. 143-179.

depois, o livro não apenas reconstruía uma história individual: contava-a.[7] Uma afirmação que, para alguém como ele, oriundo de um ambiente familiar marcado pela criação e a reflexão literária, nada tinha de banal: implicava uma consciência clara de que uma história como a de Menocchio poderia ser narrada de muitas formas distintas, com resultados diversos. Uma consciência tornada mais aguda, no sentido da experimentação, pela leitura, durante a redação de *O queijo e os vermes,* dos *Exercícios de estilo,* de Raymond Queneau.[8]

O livro de Ginzburg compunha-se então como um quebra-cabeças, um jogo de montar: o "narrador" acompanha as vicissitudes de Menocchio, tentando compreender como a sua cosmologia peculiar havia sido possível. Cada peça é analisada e testada – será o moleiro anabatista ou suas idéias correspondem a um genérico "luteranismo"? – e aproveitada ou descartada conforme sua relação às outras "peças" adjacentes. O resultado que emerge daí, mesmo depois de montado diante do leitor, revela-se menos armado do que se poderia esperar: algumas perguntas e hipóteses permaneciam convivendo com respostas mais seguras. O resultado final se assemelhava a um vaso cerâmico escavado por um arqueólogo, cujos fragmentos sobreviventes tivessem sido juntados cuidadosamente, mas cujas alças, ou o fundo, tivessem sido completados com outra argamassa, deixada aparente pelo restaurador. Nenhum artifício a esconder os remendos que ajudavam, de um modo ou de outro, a manter o vaso em pé. O

7 Cf. "Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito", In GINZBURG, C. *O fio e os traços,* op. cit. p. 264. Este balanço da micro-história foi inicialmente publicado em *Quaderni Storici,* em 1994.

8 A respeito das influências familiares sobre os interesses intelectuais de Ginzburg, ver LIMA. op. cit. pp. 282-284. Para a referência a Queneau, ver GINZBURG, C. "Micro-história...", op. cit., p. 265. O livro de Queneau, uma sucessão de noventa e nove narrativas breves que recontam, de modo sempre inteiramente diverso, um acidente banal que acontece em um ônibus lotado em Paris, foi publicado pela primeiras vez pelas edições Gallimard em 1947. Ginzburg há de ter lido o livro na edição francesa, já que a edição italiana, em tradução de Umberto Eco, é da Einaudi (Turim, 1983). A tradução em português é de João Almeida Flor (*Exercícios de estilo.* Lisboa: Edições Colibri, 2000).

narrador reluta, expõe suas dúvidas, argumenta, conjectura, ora se colocando sobre os ombros do seu personagem, ora sobre os de seus acusadores. Em termos narrativos, tanto a linearidade quanto o onisciência do narrador saem do livro abalados. O ganho interpretativo, entretanto, é inegável.

A legibilidade do livro, que conversava em diferentes níveis tanto com o especialista quanto com o leitor menos armado, permitiu que ele fosse identificado como um exemplo de "história narrativa",[9] a despeito do pouco gosto do seu autor por este termo genérico.

Os nexos entre história e narração faziam parte do argumento desenvolvido em "Sinais", onde Ginzburg ligava diretamente a História a outras formas de inteligibilidade da realidade: o historiador, como o caçador primitivo, aprendia a capturar – a partir de pistas, rastros muitas vezes fugidios – os fios de uma narrativa.[10] Narrativa e conhecimento a partir dos indícios estavam, então, intimamente conectados numa ligação que se perdia no tempo, na origem comum da História e da Literatura.

A ênfase nas proximidades, no compartilhamento de estratégias e de instrumentos, sugeria também a presença de objetivos comuns, mesmo de natureza cognitiva. Assim, por exemplo, após ter discutido o caráter distintivo dos procedimentos que ligavam a história aos saberes venatórios e à medicina, Ginzburg afirmava que mesmo a construção da *A la recherche du temps*

9 O primeiro a apontar – ao menos em chave crítica – o "retorno da narrativa" à escrita histórica foi Lawrence Stone em "The Revival of Narrative: Reflections on a New Old History" (*Past and Present*, n. 85, nov. 1979, pp. 3-24). Neste artigo, Stone arrola o livro de Ginzburg sobre Menocchio, ao lado de outros exemplos famosos publicados durante a década de setenta, como exemplos de uma "nova história" que se movia em direção à narrativa, de um modo distinto das histórias narrativas do passado. Um movimento que marcaria, de algum modo, "o fim de uma era: o fim da tentativa de produzir uma explicação científica coerente da mudança no passado" (p. 19). Apesar de reconhecer o mérito intelectual da tentativa, não era um diagnóstico otimista.

10 Cf. GINZBURG, C. "Sinais. Raízes de um paradigma indiciário". op. cit., p. 152.

perdu, de Proust – "o maior romance da nossa época" – podia ser considerada como exemplo da aplicação de um "rigoroso paradigma indiciário".[11] Uma observação sobre a qual valerá retornar mais adiante.

Retrospectivamente, Ginzburg aponta uma ausência na argumentação que levantava em "Sinais", que era exatamente a antecipação do argumento que interpretava a relação entre a História e a Literatura em uma chave diametralmente oposta, hiper-construtivista, que enfatizava o caráter fabuloso das formas de exposição adotadas pela historiografia e que dizia não haver fronteira estável entre os textos produzidos pelos historiadores e os textos ficcionais[12] – uma chave de leitura que vinha sendo elaborada em paralelo por críticos literários, filósofos e mesmo historiadores naqueles mesmos anos.[13]

Ora, "Sinais" polemizava com o racionalismo e com a pretensão da História em moldar seus modos de conhecimento no paradigma intelectual que, na ciência moderna, apontava para a necessidade de eliminar o conhecimento do individual em nome das regularidades – uma pretensão presente nos modelos "fortes" da História social, da História econômica e da Demografia. Assim, o problema complementar de pensar o "rigor" de um paradigma indiciário levantava-se, naquele contexto, antes de tudo, contra o argumento "cientificista" de que esse rigor era impossível. A afirmação – provisória – de que era preciso "renego-

11 Ibid, p. 178. PROUST, M. A *la recherche du temps perdu* foi publicado em 7 tomos, saídos entre 1913 e 1927 (a primeira edição de *Du côté de chez Swann*, primeiro tomo, sai pela editora parisiense Grasset – a segunda edição revista do mesmo tomo sai em 1919, pela Gallimard, de onde saem todos os outros).

12 Cf. GINZBURG, Carlo. "Introdução" a *Os fio e os rastros*. op. cit., p. 8.

13 Uma lista completa seria impossível, mas nela não faltariam: BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Brasiliense, 1988; DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982; FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992; VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70, 1987; WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso*. Ensaios sobre a crítica da cultura. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2001.

ciar" os termos dessa "cientificidade sui-generis" aceitava de saída o princípio de que, além de possível, o rigor era uma condição necessária para o conhecimento a partir dos indícios.

A tentativa de pensar o uso "objetivamente controlável" de métodos de tipo "indiciário" havia sido, na verdade, muito precoce nas discussões teóricas de Ginzburg e era um dos tópicos principais do balanço que fez, em 1966, sobre o "método warburguiano" de Aby Warburg, Fritz Saxl, Erwin Panofsky e Ernest Hans Gombrich.[14] Por outro lado, a afirmação categórica – inspirada em Marc Bloch – de que era possível "extrair de um passado relutante" os "testemunhos involuntários de 'mentalidades' e estados de espírito", lendo seus documentos contra as próprias intenções de seus autores, continha também a clara consciência de que o risco (evitável) de construir argumentos "circulares" era uma constante.[15]

Retrospectivamente, quando da redação de "Sinais", o que parece ter escapado à argumentação de Ginzburg é que a sua defesa do paradigma indiciário não enfrentava um, mas dois ceticismos de natureza muito diversa. O primeiro deles, reconhecido no texto, era o ceticismo que o modelo "galileano" poderia lançar sobre um modelo de conhecimento

14 Cf. GINZBURG, Carlo. "De A. Warburg a E.H. Gombrich. Notas sobre um problema de método". In: *Mitos, emblemas, sinais*. op. cit., pp. 41-93.

15 Cf. Ibid, p. 63. A crítica aos riscos da interpretação "selvagem" também estava presente nas próprias páginas de *O queijo e os vermes*. No prefácio à edição italiana do livro, Ginzburg afirmava a possibilidade de investigar as idéias e crenças populares na "imagem mais ou menos deformada" que dava dela a documentação produzida pela cultura erudita, e mesmo pelos documentos judiciários, defendendo-se de um argumento semelhante àquele contido na crítica de Jacques Derrida à *História da loucura* de Michel Foucault: "Não se pode falar da loucura numa linguagem historicamente participante da razão ocidental e, portanto, do processo que levou à repressão da própria loucura. O ponto em que se apóia a pesquisa de Foucault – disse Derrida, em poucas palavras – não existe, não pode existir. A essas alturas, o ambicioso projeto foucaultiano de uma 'arqueologia do silêncio' transformou-se em silêncio puro e simples – por vezes acompanhado de uma muda contemplação estetizante" (GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. op. cit., pp. 22-23). Contra essa crítica paralisante, que havia sido de algum modo absorvida pelo próprio Foucault, Ginzburg afirmava a possibilidade de ler mesmo um documento profundamente contaminado, como um processo inquisitorial, a contrapelo, isto é, contra as intenções e os desejos de quem o produziu.

que se assumia logo de saída como "conjectural". O outro ceticismo, entretanto, colocava em dúvida não apenas o conhecimento indiciário, mas o acesso cognitivo à realidade *tout court*.

De certo modo, esse último argumento participava, a contragosto do autor, da forma como o livro sobre Menocchio e, especialmente, o ensaio sobre os "Sinais" foi recebido por parte do público.[16] Em consonância com um clima intelectual novo em confronto àquele onde Ginzburg iniciou as pesquisas e discussões que deram origem ao seu trabalho (isto é, por exemplo, em oposição a uma história "serial" que ignorava o individual em nome de um modelo de cientificidade mais próximo ao das ciências naturais), os argumentos de Ginzburg foram considerados uma espécie de confirmação de uma postura relativista e a sua obra – incluindo *O queijo e os vermes* – como co-responsável por levar mais água ao moinho do "pós-modernismo".[17]

Podemos entender alguns dos desdobramentos do trabalho de Ginzburg a partir de "Sinais" como um esforço de se desembaraçar das armadilhas dos dois ceticismos que o seu trabalho enfrentava, construindo em positivo um esforço de investigação sobre as possibilidades cognitivas da narrativa, em contraposição explícita ao ceticismo epistemológico.[18]

16 Isso está implícito nos argumentos levantados por Ginzburg na sua intervenção no debate acontecido em 14/03/1980 na Casa da Cultura de Milão, publicados em "Paradigma indiziario e conoscenza storica. Dibattito su 'Spie' di Carlo Ginzburg", *Quaderni di Storia*, n. 12, a. VI, julho-dezembro 1980. Há uma tradução em espanhol da intervenção de Ginzburg em "Intervención sobre el 'paradigma indiciario'", In GINZBURG, Carlo. *Tentativas*. Rosario: Prohistoria ediciones, 2004, pp. 115-127.

17 Ver, por exemplo, a menção de Eric Hobsbawm em sua autobiografia (HOBSBAWM, E. *Tempos interessantes*. Uma vida no século XX. São Paulo: Cia. das Letras, 2002, p. 324), bem como o comentário de GINZBURG, Carlo. "No rastro de Israël Bertuccio", In: *O fio e os rastros*. op.cit., pp. 154-157.

18 Uma tendência que Ginzburg, no prefácio de seu *Mitos, emblemas, sinais*, identificava retrospectivamente como um ponto de partida pelo seu interesse pela literatura e os estudos literários, já nos anos 1950, onde dizia pensar que "gostaria de me dedicar a textos literários, subtraindo-me à aridez do racionalismo e aos pântanos do irracionalismo". A despeito de também considerar (de modo igualmente retrospectivo) o "projeto", "ingenuamente ambicioso", afirmava então a continuidade da sua dívida para com ele (Cf. *Mitos, emblemas, sinais*. op. cit., p. 7).

É o próprio Ginzburg que sugere a cronologia desse novo projeto no qual se engaja no início dos anos 80 (durante e depois, portanto, da escrita de *Indagações sobre Piero* e *História Noturna*):[19] em primeiro lugar, a reação ao artigo de Arnaldo Momigliano sobre Hayden White, escrito em 1981,[20] que Ginzburg comenta pela primeira vez no posfácio ao livro de Natalie Zemon Davis, *O retorno de Martin Guerre,* publicado em italiano em 1984.[21] Este texto é, aliás, considerado por Ginzburg o esboço do "programa de pesquisa" que orienta suas investigações no quadro da contenda com o que ele chamava de "ceticismo pós-moderno".[22]

O livro da historiadora americana era um tipo de "experimento" historiográfico que mobilizava de uma forma modelar as questões teóricas que Ginzburg vinha pensando sobre o seu próprio trabalho. Davis conseguia ilustrar dois diálogos disciplinares que engajavam diretamente o historiador: por um lado, com a investigação judiciária (*O Retorno de Martin Guerre* se debruçava, a propósito, sobre um julgamento de impostura e explorava exatamente a "parcial" e às vezes "embaraçosa contigüidade" entre as perspectivas do juiz e do historiador, bem como sua divergência de métodos e objetivos);[23] por outro lado, o diálogo e o confronto com a narrativa ficcional, literária ou cinematográfica. O

19 Tentei mostrar a concordância intelectual desses dois livros com uma exploração das possibilidades cognitivas do "paradigma indiciário" em LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana:* op. cit.

20 O ensaio de Momigliano chamava-se "The rhetoric of history and the history of rhetoric: on Hayden White's Tropes", *Comparative Criticism,* 3, 1981, pp. 259-268. op. cit., pp. 465-486., pp.344 - 363.

21 GINZBURG, Carlo. "Prove e possibilità" In: DAVIS, Natalie Zemon. *Il ritorno di Martin Guerre.* Col. "Microstorie", Turim: Einaudi, 1984. A primeira tradução em português deste artigo está em GINZBURG, C. *A micro-história e outros ensaios.* Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand/DIFEL, 1991. Também está publicado no último livro de Ginzburg, *O fio e os rastros.* op.cit., pp. 311-335.

22 Cf. GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros.* op. cit., p. 9.

23 IDEM. "Apêndice: Provas e possibilidades". In: *O fio e os rastros.* op. cit., p. 313.

primeiro eixo colocava em evidência o problema do estatuto da "prova" na investigação histórica (e, como contraponto e complemento, o estatuto da incerteza e do contexto);[24] o segundo articulava a dependência do trabalho histórico do uso da linguagem e de formas de exposição, apontando para as "implicações cognitivas dos vários tipos de narração" utilizados pelos historiadores.[25]

O posfácio a *O Retorno de Martin Guerre* identificava diretamente as posições do hiper-construtivismo e do relativismo epistemológico com a atitude a combater. Ginzburg encontrava essas posições abundantemente nos argumentos do crítico americano Hayden White, publicados em *Meta-história.* No livro, White propunha-se explicitamente a tratar o "trabalho histórico como ele manifestamente é: uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa", um pensamento que permaneceria por isso irremediavelmente dependente das formas lingüísticas e estilísticas que o condicionam, e que definem não apenas a forma daquilo que diz, mas também e sobretudo aquilo que ele é capaz de dizer.[26]

A inspirar esse combate estava o ensaio de Arnaldo Momigliano sobre a "retórica da história", citado antes, que examinava com cuidado os argumentos de White e, de acordo com Ginzburg, que o fez perceber as "implicações morais e políticas, além de cognitivas, da tese que na sua essência suprimia a distinção entre narrações históricas e narrações ficcionais".[27]

---

24 O tema da incerteza, em particular, revelava "a divergência entre a ótica do juiz e a ótica do historiador". "Para o primeiro", continua Ginzburg, "a margem de incerteza tem um significado puramente negativo e pode desembocar num *non liquet* – em termos modernos, numa absolvição por falta de provas. Para o segundo, ela deflagra um aprofundamento da investigação, que liga o caso específico ao contexto, entendido aqui como lugar de possibilidades historicamente determinadas." (Ibid, p. 315-316).

25 Ibid, p. 320.

26 Publicado originalmente em 1973. WHITE, Hayden. *Meta-história.* A imaginação histórica do século XIX. (trad. de José Laurênio de Melo). São Paulo: Edusp, 1992, p. 11.

27 GINZBURG, Carlo. "Introdução" a *O fio e os rastros.* op. cit., p. 8. Sobre isso, ver também LIMA, Henrique Espada. "A 'crise' da história e os dilemas da representação", *Humanitas,* Vol. 18, n. 2, Belém: 2002, pp. 77-106.

Momigliano de fato expunha as razões do seu desacordo com White (que vinha elegantemente reconhecido na primeira página como "um amigo que admiro, e com o qual sempre aprendo muito") de modo contundente: a falta de familiaridade de White com os meandros e os desafios enfrentados pelos praticantes da disciplina que pretendia analisar tornava seu pretenso estudo de "historiografia" um empreendimento intelectualmente insustentável.[28] Por outro lado, Momigliano não deixava de reconhecer que os historiadores utilizavam "categorias retóricas" para comunicar suas descobertas, mas isso era um aspecto subordinado ao fato mais importante: "Aos historiadores se pede serem descobridores da verdade. Não há dúvida que, para poderem ser chamados historiadores, eles devem organizar a sua pesquisa em alguma forma de história. Mas as suas histórias devem ser histórias verdadeiras".[29]

Essa afirmação direta marcava uma linha divisória clara entre duas posições inconciliáveis. Entretanto, poderia implicar uma atitude um pouco simplificadora, não apenas com relação às implicações cognitivas das opções narrativas, mas, como reconhecia Ginzburg, também sobre as relações ambíguas entre as escolhas ideológicas feitas pelos historiadores e o confronto com as suas fontes:

"O próprio Momigliano mostrou melhor do que qualquer outro", diz Ginzburg, "que princípio de realidade e ideologia, controle filológico e projeção no passado dos problemas do presente se entrelaçam, condicionando-se reciprocamente, em todos os momentos do trabalho historiográfico – da identificação do objeto à seleção dos documentos, aos

28 MOMIGLIANO, Arnaldo. "La retorica della storia e la storia della retorica". op.cit. pp. 465 e ss. Na introdução à coletânea, ele afirmava: "... me encontro empenhado em um fronte novo, o da defesa da objetividade da pesquisa histórica, contra a tendência, que se difunde cada vez mais de modo proteiforme, de reduzir os historiadores a ideólogos, ou pior, a retóricos." (p. vii)

29 Ibid, p. 466.

métodos de pesquisa, aos critérios de prova, à apresentação literária".[30] A despeito disso, a resposta de Momigliano acabava não levando a sério o desafio que a posição de White representava: a de que as escolhas narrativas dos historiadores não eram pacíficas e sem conseqüência. O problema do entrelaçamento, na narrativa do historiador, de elementos literários – atestado não apenas nos recursos narrativos e retóricos, mas também no uso (controlado ou menos) da invenção, do apelo ao "provável" e ao "verossímil" para a construção do seu argumento – era, por outro lado, central no argumento de Ginzburg em sua própria resposta não só a White, mas a Michel de Certeau e François Hartog, que haviam discutido questões semelhantes em seus próprios trabalhos.

A posição extrema de White comportava, de todo modo, um aspecto adicional que tornava o debate proposto por Ginzburg, no mínimo, historiograficamente mais interessante. White reivindicava explicitamente, na origem do argumento e do instrumental intelectual de seu livro, a precedência de dois autores e duas obras fundamentais: *Mimesis:* A representação da realidade na literatura ocidental, de Eric Auerbach, e *Arte e ilusão:* um estudo da psicologia da representação pictórica, do crítico e historiador da arte alemão Ernest Hans Gombrich.[31] Mais propriamente, White reconhecia que os argumentos dos dois autores – a análise que Auerbach fazia do "realismo" literário e a de Gombrich sobre a representação "realista" na arte ocidental – não apenas eram muito diferentes entre si, como tinham objetivos diferentes do seu próprio argumento. Além de abordar o "conceito crucial de representação histórica", White reconhecia ter "invertido a formulação" de ambos: "Eles perguntam: quais são os componentes 'históricos' de uma arte

30 GINZBURG, C. "Provas e possibilidades", op. cit. p. 328

31 AUERBACH, Eric. *Mimesis:* A representação da realidade na literatura ocidental (1947). São Paulo: Perspectiva, 2ª ed. 1987; GOMBRICH, Ernest Hans. *Arte e ilusão:* um estudo da psicologia da representação pictórica (1959). São Paulo: Martins Fontes, 1986.

realista? Eu pergunto [diz White]: quais são os elementos 'artísticos' de uma historiografia 'realista'?"[32]

De modos distintos e com objetivos diferentes, tanto Auerbach quanto Gombrich exploravam os modos pelos quais os "estilos" narrativos e pictóricos moldavam os modos de ver e de interpretar a realidade que a literatura e a pintura forneciam ao seu próprio tempo. O uso da palavra "representação", presente no título e no argumento dos dois livros, não implicava de modo algum, nos dois casos, uma atitude, como a de White, epistemologicamente cética sobre a possibilidade de conhecer a realidade, ainda que a tornasse, de todo modo, muito mais complicada.

A "inversão" operada por White sobre esses argumentos não deixava de ter conseqüências: na verdade, sacrificava, como lembrou Ginzburg, algo fundamental nos dois livros, já que ambos eram "fundados na convicção de que é possível decidir, após verificação da realidade histórica ou natural, se um romance ou um quadro são mais ou menos adequados, do ponto de vista da representação, do que outro romance ou outro quadro". "A recusa" – continuava Ginzburg – "essencialmente relativista, de descer a esse terreno, faz da categoria 'realismo', usada por White, uma fórmula carente de conteúdo."[33]

Essa observação de Ginzburg em particular deve ser lida tendo no horizonte a importância crucial que haviam tido para o desenvolvimento das suas próprias ferramentas de análise a obra de Gombrich e, especialmente, Auerbach.[34]

A reflexão de Auerbach em *Mimesis* atravessava os modos de representação literária no cânone ocidental, partindo da Odisséia de Home-

32 WHITE, cit. p. 19 (nota 4).

33 GINZBURG, Carlo. "Provas e possibilidades". op.cit., p. 327.

34 A leitura atenta feita por Ginzburg de *Arte e ilusão* de Gombrich – que testemunha sua interpretação diametralmente oposta à de White – está documentada em De A. Warburg a E.H Gombrich, op. cit. pp. 71-93.

ro, passando por Rabelais, Cervantes, Shakespeare, Balzac, Stendhal, chegando a Marcel Proust e Virginia Woolf. É sobretudo a análise do "realismo" do século XIX que constituía o tema e o "conceito" de que se havia apropriado White, para analisar a historiografia "realista" do mesmo período: Michelet, Ranke, Tocqueville, Buckhardt.

Para Ginzburg, entretanto, o método de Auerbach tinha um caráter particularmente sugestivo, por motivos muito diferentes. É certo que a interpretação do romance do século XIX o interessava – e a forma, por exemplo, com que o crítico havia analisado como o estilo de Stendhal em *O vermelho e o negro* revelava, nas suas entrelinhas, as sutilezas psicológicas da sociedade francesa após a Restauração mostra isso.[35] Porém, mais do que isso, interessava-o também as reflexões de método que Auerbach retirava da literatura moderna do século XX – tão distante das pretensões "realistas" do XIX. A leitura de *To the Lighthouse [Rumo ao farol],* de Virginia Woolf, feita no último capítulo de *Mimesis* era eloqüente.[36]

Auerbach se debruçava sobre um breve trecho do livro, que retrata uma cena familiar banal, em que Mrs. Ramsay, ao mesmo tempo em que se preocupa em dar a medida certa a uma meia que tricotava para o filho do guarda do farol, protagonizava uma seqüência errática de imagens subjetivas. O tempo da cena se amplia na narrativa, todo o movimento que se vê nela é interior, realiza-se "na consciência das personagens", presentes ou não à cena. Os pontos de vista se multiplicam, a narrativa se desdobra, o "escritor, como narrador de fatos objetivos, desaparece quase completamente". O texto parece cancelar a existência de qualquer realidade objetiva controlável pelo narrador que, por sua

35 Esse interesse fica claro, por exemplo, em GINZBURG, C. "A áspera verdade – Um desafio de Stendhal aos historiadores", In *Os fio e os rastros,* cit. pp. 170-188.

36 WOOLF, Virginia. *To the Lighthouse* é publicado em Londres pela Hogarth Press, em 1927. O artigo de AUERBACH intitula-se "A meia marrom", publicado em *Mimesis.* op. cit., pp. 471-498.

vez, coloca-se a si próprio no texto "por vezes, como quem duvida, interroga e procura".[37] Auerbach deriva daí uma conclusão sobre a natureza da investigação proposta pela obra de Woolf:

> "Da pluralidade dos sujeitos pode-se concluir que, apesar de tudo, trata-se da intenção de pesquisar uma realidade objetiva, ou seja, neste caso concreto, de pesquisar a 'verdadeira' Mrs. Ramsay. Embora seja um enigma, e assim se mantenha fundamentalmente, é como que circunscrita pelos diferentes conteúdos de consciência dirigidos para ela (inclusive o dela mesma); tenta-se uma aproximação a ela de muitos lados até atingir a menor distância ao alcance das possibilidades humanas de conhecimento e de expressão. A intenção da aproximação da realidade autêntica e objetiva mediante muitas impressões subjetivas, obtidas por diferentes pessoas, em diferentes instantes, é essencial para o processo moderno que estamos considerando."[38]

No livro de Woolf, bem como na *Recherche* de Proust, Auerbach encontrava mais do que uma marca estilística do romance moderno – muito diferente daquela do romance dos séculos XVIII e XIX, de Goethe, Dickens, Balzac ou Zola, que "nos comunicavam, partindo de um conhecimento seguro, o que as suas personagens faziam, o que pensaram ou sentiam ao agirem, de que forma deveriam ser interpretadas as suas ações ou pensamentos", que "estavam perfeitamente informados acerca de seus caracteres".[39] Tratava-se de um modo diverso da literatura interrogar uma experiência histórica também diversa, marcada por uma dúvida crescente sobre a homogeneidade e a coerência do mundo, uma consciência profundamente modificada e violentamente acelerada a partir do início do século XX, que tornava cada vez mais difícil interpretar o mundo a partir de balizas simples ou critérios de ordenação da realidade que

37 AUERBACH, Eric. op.cit., pp. 477, 481, 482.

38 Ibid, p. 483.

39 Ibid, p. 482.

fossem dignos de confiança.[40] Os recursos desse romance moderno – "a representação consciente pluripessoal, a estratificação temporal, o relaxamento da conexão com os acontecimentos externos, a mudança de posição da qual se relata"–[41] eram sintomas de uma consciência do próprio tempo:

> "Durante e após a Primeira Guerra Mundial," dizia Auerbach, "numa Europa demasiado rica em massas de pensamentos e em formas de vida descompensadas, insegura e grávida de desastre, escritores distinguidos pelo instinto e pela inteligência encontram um processo mediante o qual a realidade é dissolvida em múltiplos e multívocos reflexos da consciência. O surgimento do processo nesse momento do tempo não é difícil de entender."[42]

A operação de Woolf e Proust, que se dedicavam a examinar à exaustão um acontecimento quotidiano, uma situação corriqueira e aparentemente desimportante, e extrair daí uma realidade mais profunda – era o procedimento que o próprio Auerbach reivindicava colocar em operação em *Mimesis:*

> "(...) o método de me deixar dirigir por alguns motivos de forma paulatina e despropositada e de pô-los à prova mediante uma série de textos que se me tornaram conhecidos e vivos durante a minha atividade filológica, parece-me fecundo e factível; pois estou convencido de que aqueles motivos fundamentais da história da representação da realidade, se os vi corretamente, devem poder ser encontrados em qualquer texto realista escolhido ao acaso."[43]

A inspiração do método "indiciário" que Auerbach havia aprendido da leitura de Woolf e Proust foi reconhecida por Ginzburg sempre que

40 Ibid, p. 496.

41 Ibid, p. 492.

42 Ibid, p. 496.

43 Ibid, p. 494.

comentou sobre suas leituras universitárias e sobre suas influências mais precoces na direção do que iria chamar mais tarde "micro-história".[44] A reivindicação da intuição metodológica de Auerbach carregava, de todo modo, duas dimensões complementares: aquela que enfatizava o potencial cognitivo da leitura da realidade a partir dos fragmentos e a ênfase na capacidade da literatura em se apropriar e "representar" seu próprio tempo. Duas questões que se tornaram cada vez mais articuladas nos ensaios de Ginzburg a partir do início da década de 1990, acrescidas, por outro lado, com uma preocupação enfática em marcar diferenças claras com o que ele identificava como o "ceticismo epistemológico".

A articulação entre essas preocupações colocou no centro das discussões de Ginzburg a reflexão sobre algumas das categorias presentes e várias outras que estavam ausentes no debate sobre as relações entre História e Literatura naqueles anos. A mais importante delas: prova – uma noção que havia sido deixada em desuso, abandonada como uma sorte de relíquia positivista, sobretudo à luz da crítica filosófica às idéias de "verdade" e "realidade".

A noção de prova – que o próprio Ginzburg reconhecera haver deixado fora das suas considerações sobre o paradigma indiciário – aparece como eixo central de uma longa discussão que colocava, mais uma vez, as dimensões políticas e cognitivas do trabalho do historiador em evidência.

Um episódio muito distante do mundo dos enfrentamentos teóricos dos historiadores acabou colocando em causa de um modo eloqüente o entrelaçamento entre os desafios teóricos que mobilizavam Ginzburg

44 Entretanto, foi apenas mais recentemente que esta reivindicação se tornou de fato enfática, em parte, talvez, para realçar o contraste com a leitura "cética" (e, deste ponto de vista, equivocada) que a obra de Auerbach poderia produzir. Ver, por exemplo, GINZBURG, Carlo. "Latitude, Slaves, and the Bible: An Experiment in Microhistory". In CREAGER, Angela N. H. et alli. *Science Without Laws*. Model Systems, Cases, Exemplary Narratives. Durham e Londres: Duke University Press, 2007, pp. 243, 255-6.

e os riscos políticos de uma postura intelectual que subestimasse os temas da prova, da verdade e da realidade. Trata-se das circunstâncias que deram origem ao ensaio publicado pelo historiador italiano em 1991, à margem de um outro processo judiciário, desta vez muito mais próximo, tanto no plano temporal quanto afetivo: *Il giudice e lo storico [O juiz e o historiador]*.[45]

Neste livro, Ginzburg se dedica a analisar em detalhe o inquérito que instruiu o processo contra seu amigo de longa data, o militante do grupo de esquerda radical, ativo na Itália dos anos 1970, *Lotta continua,* Adriano Sofri, acusado, com dois outros companheiros – Ovidio Bompressi e Giorgio Pietrostefani –, como mandante do assassinato do comissário de polícia de Milão em 1972, Luigi Calabresi.[46]

A dupla motivação de Ginzburg, por outro lado, ajuda a compreender o lugar do livro no argumento deste texto: *Il giudice e lo storico* não é um "testemunho" de um amigo que pretenda usar seu prestígio intelectual (e a autoridade moral daí advinda) para convencer os juízes da inocência de Sofri: "Da inocência de Sofri", dizia Ginzburg no livro, "estou absolutamente certo. Mas a certeza moral não tem valor de prova".[47]

A forma adquirida pela sua intervenção é outra: o confronto no campo metodológico com a própria construção do processo judicial. Um confronto que serve como oportunidade para discutir as "relações, intrincadas e ambíguas", entre o ofício do historiador e os desafios que o trabalho do juiz instrutor – encarregado, no processo penal italia-

45 GINZBURG, Carlo. *Il giudice e lo storico.* Considerazioni in margine al processo Sofri. Turim: Einaudi, 1991.

46 Os detalhes do processo não serão explorados aqui. O processo estendeu-se por vários anos, com contestação pública dentro e fora da Itália. Sofri foi condenado pela justiça italiana. As tentativas de revisão do processo e da condenação de Sofri não tiveram sucesso, e a pena foi suspensa em 2005 por motivos de saúde. Para mais informações sobre o caso, a *internet* é a fonte mais facilmente disponível: para os documentos sobre o caso, ver http://www.sofri.org

47 GINZBURG, Carlo. *Il giudice e lo storico.* op.cit., p. 110.

no, de construir o inquérito e levantar as provas – implica enfrentar a necessidade de rever "indícios, provas, testemunhos".[48] O exame das conseqüências epistemológicas e políticas da distância relativa que separa e aproxima o juiz do historiador torna-se o eixo do livro, dedicado a demonstrar que a peça judiciária construída contra Sofri e seus companheiros – valendo-se de testemunhos indiretos, de indícios prováveis, informações não documentadas e de provas circunstanciais em abundância – acabava transigindo aquelas diferenças fundamentais que existiam entre as exigências que historiadores, por um lado, e juízes/promotores, por outro, deveriam ter diante dos casos que investigavam. O ponto fulcral do argumento pode ser resumido na discussão que Ginzburg faz sobre o lugar do "erro" na investigação:

> "Errar, sabe-se, é humano. Mas, para um juiz, como para qualquer um que esteja envolvido profissionalmente na busca da verdade, o erro não é apenas um risco: é uma dimensão na qual se está continuamente imerso. O conhecimento humano não é apenas intrinsecamente falível: progride através do erro, tentando, equivocando-se, auto-corrigindo-se. Erro e verdade se implicam reciprocamente, como sombra e luz. Ora, nem todos os erros têm as mesmas conseqüências. Existem erros catastróficos, erros inócuos, erros fecundos. Mas em âmbito judiciário, este última possibilidade não subsiste. O erro judiciário, mesmo quando é revogável, traduz-se sempre em uma perda fatal para a justiça".[49]

Essa divergência tinha um papel fundamental. Para Ginzburg, que havia se ocupado largamente dos "erros fecundos" que podiam dirigir a pesquisa histórica,[50] reconhecer que o trabalho do historiador implicava

48 Ibid, p. VIII.

49 Ibid, pp. 93-94

50 Um tema constante, por exemplo, em GINZBURG, Carlo, e PROSPERI, Adriano. *Giochi di pazienza*. Un seminario sul 'Beneficio di Cristo'. Turim: Einaudi, 1975. Esse é também o tema de GINZBURG, Carlo. "Conversar com Orion", *Esboços*, Vol. 12, nº 14, Florianópolis: 2005, pp. 163-170.

lidar todo o tempo com o erro significava também reconhecer que a sua busca por eliminá-lo estava profundamente conectada com os próprios limites da investigação histórica. Uma das conquistas da História no século XX havia sido a possibilidade de investigar as dimensões escondidas do passado (porque insuficientemente documentadas), utilizando-se de modo controlado do entrelaçamento entre as lacunas documentais e os elementos tirados do contexto. Uma operação (ou um conjunto delas) onde o "plausível" e o "provável" tinham um lugar quase inevitável.[51] O caráter intrinsecamente conjectural de parte do conhecimento indireto sobre o passado (um dos temas da sua discussão em "Sinais") revelava também a diferença fundamental entre o historiador e o juiz: para o último, confundir os limites entre as provas e as possibilidades, aceitar a plausibilidade como argumento judiciário significava colocar em xeque a própria possibilidade da justiça. "As estradas do juiz e do historiador", afirmava Ginzburg, "coincidentes até certo ponto, divergem em seguida inevitavelmente. Quem tenta reduzir o historiador a juiz, simplifica e empobrece o conhecimento historiográfico; mas quem tenta reduzir o juiz a historiador, envenena irremediavelmente o exercício da justiça".[52]

Os riscos do erro judiciário lançavam luz sobre a dimensão fundamental que a noção de verdade e prova carregava não apenas para a justiça, mas a toda forma de investigação da realidade. O argumento epistemologicamente cético – esgrimido sem conseqüências no campo da especulação teórica – mostrava bem seu limite ao ser confrontado com os seus efeitos práticos.[53]

51 Cf. GINZBURG, Carlo. *Il giudice e lo storico, op.* cit., capítulo XVIII (pp. 101-110). Esse é também o eixo da discussão de GINZBURG, C. "Provas e possibilidades", op. cit.

52 GINZBURG, Carlo. *Il giudice e lo storico.* op. cit., p. 109-110.

53 Ginzburg retorna ao problema central das conseqüências políticas e humanas de se levar à sério o ceticismo epistemológico em GINZBURG, Carlo. *"Unus testis* – O extermínio dos judeus e o princípio da realidade" In: *O fio e os rastros.* op.cit., pp. 210-230, no qual confronta diretamente os argumentos de Hayden White. Em uma estrada paralela, Ginzburg escreveu igualmente sobre os usos políticos da mentira, o discurso falso e o mito em "Mito. Distância e mentira" In: GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira.* op.cit., pp. 42-84 (o artigo, contudo, foi publicado primeiramente em 1994).

Entre o fim dos anos 1980 e os dez anos seguintes, a atenção sobre o problema da "prova" acompanhou outras discussões que vão montando – em um quadro que se tornou mais claro ao longo dos anos –[54] um entrelaçado de reflexões sobre cada um dos aspectos que ponteavam o debate sobre a implicação mútua entre o recurso à narrativa e as exigências da prova e da verdade. Em *Olhos de madeira (1998)* e *Relações de força* (2000), as duas coletâneas que reúnem quase todos estes artigos, Ginzburg revisita alguns conceitos-chave deste debate – como "representação" e "retórica" – com a intenção explícita de mostrar como o uso pouco refletido dessas categorias acabava por esconder algumas das suas dimensões mais importantes.[55]

O caso da retórica em especial – palavra-chave freqüentemente utilizada para desqualificar as pretensões do discurso histórico em construir afirmações verdadeiras sobre o passado – vinha retomada em um diálogo com Aristóteles e Nietzsche. A Nietzsche, como se sabe, remonta a interpretação da retórica como a forma do discurso eficaz, não apenas separada, mas oposta à prova – daí ter se tornado, não por acaso, uma das referências fundamentais do debate.[56] Ginzburg, por outro lado, montava um contra-argumento à luz da longa tradição da retórica – que remetia a Aristóteles, passando, entre outros, por Lorenzo Valla –, demonstrando como, em seu sentido original, a retórica carregava uma forte carga cog-

54 A recepção às vezes antipática desses livros, em especial do primeiro, mostra algo dessa dificuldade em reconhecer de imediato o empreendimento intelectual que estava por trás deles. Um exemplo disso para o Brasil está na resenha publicada por Mary Del Priore quando da publicação da tradução brasileira (*O Globo,* Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2001), em que *Olhos de Madeira* vinha classificado como o trabalho de um "diletante que se compraz em complicadas elaborações interdisciplinares".

55 GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira.* op.cit. (editado na Itália em 1998); IDEM. *Relações de força.* op.cit. (editado na Itália em 2000). Os outros artigos mais importantes, que tratam destes temas neste período, foram publicado juntos em italiano apenas em *O fio e os rastros* (op.cit.), editado na Itália em 2006.

56 Cf. GINZBURG, Carlo. "Introdução" a *Relações de força.* op.cit., p. 15. O mesmo argumento é desenvolvido em "Sobre a história e Aristóteles, mais uma vez" In: *Relações de força.* op.cit., p. 48

nitiva, que a entrelaçava de modo claro com a idéia de "prova". Para Ginzburg, "as provas, longe de serem incompatíveis com a retórica", constituíam "seu núcleo fundamental".[57]

A reflexão sobre formas que tinham uma grande dívida com a retórica clássica, como a *demonstratio,* a *ekhfrasis,* e as *fictiones* lógico-jurídicas, explorava intensamente – e, com freqüência, com um cuidado filológico e erudição difíceis de acompanhar – o mútuo entrelaçamento entre a narrativa e as formas de demonstração baseadas na prova.[58] Do mesmo modo, Ginzburg se dedicou a explorar alguns dos recursos produzidos no âmbito da narrativa: a perspectiva como uma poderosa metáfora cognitiva, as implicações cognitivas (bem como morais e políticas) da distância no tempo e no espaço, e por fim, mas não menos importante, o estranhamento.

A longa história do "estranhamento", em especial, é tomada como uma oportunidade para discutir em detalhe – através da tradição que remonta às reflexões escritas pelo imperador Marco Aurélio, passando pelos textos de Maquiavel, os *Ensaios* de Montaigne e de Voltaire, *Guerra e Paz* de Tolstoi e a *Recherche* de Proust – como a escolha de um recurso estilístico poderia potencializar a capacidade de explorar narrativamente a própria realidade em que se vive. Aqui, mais uma vez, Ginzburg reencontra Auerbach, mesmo que indiretamente: mostrando as diferenças dos usos do estranhamento entre o século XIX e o século XX, entre Tolstoi e Proust, ele investiga o modo como o recurso utilizado é pelo escritor de *Em busca do tempo perdido* – onde o estranhamento serve para marcar a "am-

57 IDEM. "Sobre a história e Aristóteles..." op.cit. p. 63. Ver também IDEM. "Lorenzo Valla e a doação de Constantino" In: *Relações de força.* op. cit. pp. 64-79.

58 Ver GINZBURG, Carlo. "Descrição e citação" In: *O fio e os rastros.* op.cit., pp. 17-40 (publicado pela primeira vez em 1988); IDEM. "Sobre a história e Aristóteles..." op.cit.

bigüidade" da voz daquele que narra, ao tratar de seus personagens fragmentados, cujas razões e motivações são ocultas ao próprio narrador. Uma técnica literária marcante da literatura proustiana (e moderna) que, utilizada como um instrumento de cognição, tentava capturar – através do texto – uma realidade que era também opaca e contraditória.[59]

Estranhamento, distância, perspectiva. Recursos intelectuais e narrativos que marcam a longa história dos entrelaçamentos mútuos entre História e Literatura. Poderíamos ainda acrescentar também a pintura, a fotografia e o cinema nesta lista. O ponto de união é a necessidade ineliminável de pensar e representar a realidade, com todos os equívocos e ambigüidades que isso comporta.

Seguindo de perto seu projeto original de explorar "o núcleo cognitivo" das formas narrativas e da própria literatura – na trilha, como vimos, de Auerbach, mas também de Gombrich, Leo Spitzer e mesmo de Marc Bloch –, Ginzburg afirma com suas investigações o exato oposto daqueles que gostariam de diluir a História na Literatura, abolindo de ambas qualquer relação com a realidade: ao contrário, ele reivindica que "uma maior consciência da dimensão narrativa não implica uma **atenuação** das possibilidades cognitivas da historiografia, mas, ao contrário, a sua intensificação".[60] Essa preocupação filia-se, entretanto, a um projeto mais ambicioso, que está também no coração de suas preocupações como historiador desde os tempos de *O queijo e os vermes:* uma crítica da linguagem historiográfica que seja

59 Cf. GINZBURG, Carlo. "Estranhamento. Pré-história de um procedimento literário" In: *Olhos de madeira.* op.cit., especialmente pp. 35-41. Ginzburg volta ao tema do estranhamento em outras ocasiões; ver, por exemplo, IDEM. "Tolerância e comércio. Auerbach lê Voltaire" In: *O fio e os rastros.* op.cit., pp. 112-138.

60 GINZBURG, Carlo. "Provas e possibilidades" op.cit., p. 329. É importante notar aqui, entretanto, que há um equívoco de tradução na versão brasileira, que traduz a palavra "attenuazione" (no original italiano) por "acentuação" (que corrijo por "atenuação", em negrito na passagem citada).

capaz de incorporar, aos recursos dos historiadores, as lições contidas no desafio que a literatura moderna e o cinema – as conquistas narrativas do século XX – fizeram e fazem às formas de raciocinar e comunicar que forjam os trabalhos dos historiadores hoje. Acredito que, a despeito de sua ambição e dificuldade (ou por causa delas), não há dúvida que um projeto como esse tem uma enorme capacidade de mobilizar a imaginação histórica – no sentido amplo do termo.

O IPHAN e o desenvolvimento turístico nos conjuntos urbanos preservados

Leila Bianchi Aguiar[1]



[1] **Leila Biachi Aguiar** é doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense, professora da Unilasalle-RJ e coordenadora do Laboratório de Estudos sobre o Patrimônio Cultural (LEPAC) da Unilasalle- RJ.

Neste trabalho, para compreender a transformação dos sítios urbanos em atrativos turísticos, acompanharemos a trajetória do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN –[2] que, ao longo de sua existência, transformou bens móveis, imóveis e conjuntos urbanos em objetos de conservação, restauração e demais atos de salvaguarda. Para além das ações tradicionalmente realizadas por essa Instituição, seria importante destacar também o seu esforço na promoção e divulgação do patrimônio cultural brasileiro. Para grande parte dos intelectuais do IPHAN, não bastava apenas proteger esses importantes símbolos da nacionalidade e da cultura brasileira; era necessário, além disso, promover sua proteção e divulgação, ampliando a visitação dos conjuntos urbanos preservados e das instituições culturais de memória.

Como conseqüência desse projeto, desde fins da década de 1930, o IPHAN apoiou sistematicamente a construção de hotéis, a publicação de guias e a abertura de museus e instituições do gênero[3] nos sítios urbanos patrimonializados. Mesmo em um período no qual o mercado turístico brasileiro ainda não possuía uma organização de tipo industrial, as políticas de divulgação do patrimônio cultural brasileiro, elaboradas e executadas pelo IPHAN, incluíam necessariamente o apoio ao desenvolvimento do turismo nos espaços preservados como forma de promovê-los e dar ainda mais legitimidade à atuação do Serviço.

A primeira referência ao termo patrimônio, nos moldes como este vinha sendo entendido nacional e internacionalmente, oriunda da legislação turística brasileira, ocorreu no ano de 1960, com a criação da Comissão Brasileira de Turismo (Combratur), primei-

2 Optamos por utilizar a atual sigla do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, mesmo para os períodos em que este era um Serviço (SPHAN) ou uma Diretoria (DPHAN).

3 Dentre os novos museus criados durante os governos de Getúlio Vargas podemos citar o Museu da Inconfidência em Ouro Preto, em 1938; o Museu das Missões em Santo Ângelo, em 1940; o Museu do Ouro em Sabará, em 1945 e o Museu do Diamante em Diamantina, em 1954.

ro órgão incumbido da coordenação, planejamento e supervisão da política nacional de turismo, desde sua criação no ano de 1958. No estatuto de criação desta comissão, os patrimônios naturais e outros "motivos semelhantes" foram classificados como "atrações turísticas".[4] O que poderia parecer, em um primeiro momento, apenas um preciosismo em relação aos termos e conceitos do campo da preservação, tornou-se, para nós, uma pista sobre as origens das relações entre patrimônio cultural e turismo nos sítios urbanos, em um quadro maior das transformações nas políticas culturais de preservação no Brasil. A "paisagem e outros motivos" foram descritos como atração turística. Sendo assim, a gestão de tais espaços deveria visar à maximização desses atrativos, transformando-os em matérias-primas para o turismo, processo que já ocorria em importantes cidades européias desde o fim da 2ª. Guerra Mundial.

A expansão mundial do turismo gerou grandes reflexos para o campo da preservação a partir da década de 1960. Nesse momento, muitos dos intelectuais presentes no interior das agências de salvaguarda dos patrimônios culturais e mesmo nas recém criadas agências de promoção do turismo passaram a defender sistematicamente o desenvolvimento turístico nos conjuntos urbanos como a principal alternativa capaz de gerar os recursos necessários para a manutenção e conservação dos bens móveis, imóveis e conjuntos urbanos que integravam os patrimônios culturais nacionais. Tal argumentação fortaleceu-se principalmente em países como o Brasil, nos quais os financiamentos estatais mostravam-se insuficientes para a manutenção da integralidade do patrimônio cultural nacional. A alternativa do "turismo cultural" aparecia como solução para os problemas relativos à preservação do patrimônio

4 BRASIL. Decreto número 48126, de 19 de abril de 1960.

cultural brasileiro, conforme verificamos em um dos principais documentos aqui analisados: um relatório da UNESCO elaborado no ano de 1968.[5] A conservação dos bens culturais brasileiros, até então subsidiada pelo governo, deveria, de acordo com essa influente agência internacional, integrar os projetos de desenvolvimento nacional, e, dentre eles, o turismo, com altos índices de crescimento anuais, destacava-se como um setor altamente promissor. Conforme aconselhavam as "Normas de Quito", definidas em 1967, os bens culturais representavam "valores econômicos" e deveriam ser utilizados como "instrumentos de progresso".[6]

A defesa do turismo enquanto uma importante via para o desenvolvimento econômico brasileiro e para a "auto-sustentabilidade" ou geração de recursos para a preservação do patrimônio cultural resume a argumentação principal da UNESCO nos documentos produzidos por essa agência a partir de fins da década de 1960. Mesmo com uma breve advertência de que o turismo de massa poderia contribuir para a degradação dos bens culturais brasileiros, o sedutor argumento de que essa atividade poderia financiar as urgentes obras de restauração dos bens imóveis e conjuntos urbanos do patrimônio cultural nacional, captando recursos da iniciativa privada e não somente do Estado, foi amplamente utilizado ao longo das 128 páginas do relatório da UNESCO de 1968, segundo o qual esta era uma tendência entre os países europeus mais desenvolvidos. Nesse novo contexto, os bens deveriam ser preservados porque eram **atrações turísticas** e, conseqüentemente, capacitavam-se novos agentes sociais aptos a defini-los, geri-los e desenvolver novas formas de salvaguarda.

---

5 UNESCO. *Protection et mise em valeur du patrimoine culturel brésilien dans le cadre du développement par M. Parent.* Paris: mars 1968. mimeo.

6 *NORMAS de Quito.* Reunião sobre conservação e Utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico – Organização dos Estados Americanos, novembro e dezembro de 1967 In: http://www.iphan.gov.br/cartaspatrimoniais.

De acordo com esse documento, a condição excepcional do Brasil para o "turismo cultural" advinha de sua diversidade cultural, da existência de sítios urbanos preservados e também de sua "aptidão à modernidade" comprovada em sua arquitetura moderna, especialmente em Brasília, o que facilitaria a construção de equipamentos turísticos.[7] Após enumerar os benefícios do desenvolvimento turístico brasileiro, o relatório de Michel Parent analisa o potencial de algumas das regiões brasileiras para o desenvolvimento dessa atividade e lista algumas das medidas necessárias para seu aproveitamento. Dentre elas, destaca-se o estímulo à aviação comercial, ao transporte marítimo e fluvial e à construção de novas rodovias e ferrovias.[8]

Apesar da argumentação favorável ao turismo nos sítios urbanos preservados, podemos notar ainda no relatório da UNESCO uma preocupação em mostrar que essa não era a sua posição, mas o necessário para salvaguardar a cultura dos diversos povos do planeta naquele momento. Buscava-se, dessa forma, amparar a penetração de interesses privados na área da conservação do patrimônio, legitimando tal proposta pela "escassez de recursos públicos" ou pelo alto custo de sua preservação. Em contrapartida, o turismo seria a fonte de ingressos (e de lucros) sob a proteção tanto dos setores públicos, quanto dos organismos internacionais. Como o argumento das agências de preservação dirige-se aos "viajantes" ou "turistas", o empresariamento das atividades fica secundarizado em tais discursos, obscurecido pela disponibilização dos bens preservados para o "grande público".

Para os especialistas da principal agência internacional atuante na preservação dos patrimônios culturais, a indústria turística brasileira

7 UNESCO. *Protection et mise em valeur du patrimoine culturel brésilien dans le cadre du développement par M. Parent.* doc.cit.,p.24.

8 Ibid, p. 25

até esse momento era pouco organizada e "o Brasil não estava verdadeiramente consciente desse setor de atividade, o qual é o que se desenvolve mais rapidamente no plano internacional, constituindo, portanto, uma fonte de divisas para os países".[9] Seguindo as orientações da UNESCO, foi criada em Salvador, no ano de 1967, a Fundação do Patrimônio Cultural da Bahia, responsável pela elaboração de projetos de re-funcionalização da área preservada, destacando-se o plano de 1969, o qual previa a recuperação da área do Pelourinho.[10]

Tal defesa coincidia com o desenvolvimento mundial dessa atividade e com a conseqüente exigência de criação de novos destinos turísticos. Durante o "milagre econômico" brasileiro da década de 1970, ampliaram-se os investimentos e financiamentos nesse setor e em grandes rodovias nacionais que facilitaram o acesso a cidades, até então, praticamente isoladas: casos de Porto Seguro, na Bahia, e Parati, no Rio de Janeiro. O chamado "turismo cultural", produto que já era largamente comercializado nas antigas cidades européias, também passaria a ser comercializado no Brasil a partir do aproveitamento do patrimônio cultural nacional, posição veementemente defendida no interior dos órgãos oficiais de turismo, especialmente na EMBRATUR. Durante a Reunião Oficial de Turismo,[11] realizada no ano de 1972, com a participação de associações empresariais do setor de transporte, hospedagem e agências de viagens, afirmava-se a necessidade de "tornar possível o aproveitamento de pontos turísticos ainda inexplorados" e "utilizar métodos de ensinamentos práticos no aproveitamento e divulgação dos encantos naturais, culturais e históricos".[12]

9 UNESCO. *Conservation de quartiers ancien et développemen touristique a Salvador.* Paris: janvier 1969. Mimeo, p. 35.

10 SANT'ANNA, Márcia. *A cidade-atração:* a norma de preservação dos centros urbanos do Brasil dos anos 90. Salvador, 2004. Tese. Universidade Federal da Bahia. (Faculdade de Arquitetura). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2004, p.66.

11 EMBRATUR . *Reunião do Sistema Nacional de Turismo,* 1977. mimeo

12 Ibid, p. 3.

A primeira ação conjunta entre a EMBRATUR e o IPHAN ocorreu no ano de 1975 quando foi criado o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste. Inicialmente previsto para se desenvolver nessa região do Brasil, esse plano visava prioritariamente a "conservação e a restauração do acervo cultural para uma utilização economicamente viável".[13]

Para tanto, priorizou a recuperação de monumentos existentes em núcleos possuidores de infra-estrutura turística ou em suas áreas de influência, e, no interior desses espaços, os monumentos em vias de destruição.[14] A restauração de bens culturais em áreas com potencialidade para o turismo seria uma forma de atrair investimentos e valorizar pequenas cidades ou mesmo bairros de grandes cidades até então marginais dentro do processo de acumulação capitalista brasileiro, então com grandes índices de crescimento, ao mesmo tempo em que seguia à risca as recomendações da Conferência de Quito.

Criado pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN), o programa tinha como meta principal a preservação e o desenvolvimento econômico de alguns conjuntos urbanos que, de acordo com as avaliações realizadas por órgãos como EMBRATUR, SUDENE e IPHAN, pudessem oferecer retornos financeiros aos investimentos realizados ou mesmo se tornassem rentáveis, conforme podemos verificar nos documentos referentes à valorização dos núcleos urbanos de Icó e Aracati no Ceará.[15]

Tal premissa orientou a atuação do programa que avaliaria a viabilidade do desenvolvimento do turismo nos conjuntos urbanos preser-

13 TELLES, Augusto Carlos da Silva. *Planos Regionais e definição de prioridades para o programa integrado de reconstrução das cidades históricas do Nordeste. Mimeo. in* Arquivo Noronha Santos Caixa 79M69P1Pasta 31.08

14 *Exposição de motivos 076-B de 31 de maio de 1973 dos ministros do planejamento e da Educação e Cultura apud.* TELLES, Augusto Carlos da Silva.op.cit.

15 Ibid.

vados, principalmente em relação aos acessos rodoviários e distância das grandes capitais, antes de liberar verbas para a revitalização dos patrimônios culturais. Dessa forma, a "viabilidade econômica", algumas vezes apresentada como "função útil à sociedade" ou "interesse comunitário",[16] havia se tornado uma prioridade para as políticas preservacionistas mundiais, com grandes reflexos no caso brasileiro.

A recuperação do casario na região do Pelourinho, em Salvador, e o conseqüente incremento do turismo na região, a partir de um projeto envolvendo o IPHAN, a Fundação do Patrimônio Cultural da Bahia e a EMBRATUR, tornou-se a maior vitrine do programa. O estímulo ao desenvolvimento turístico dessa área como forma de preservação dos antigos imóveis vinha sendo sistematicamente defendido há pouco mais de dez anos, com a elaboração de um relatório[17] da UNESCO sobre a cidade, e tornou-se possível através da liberação de verbas oriundas desse programa, que incentivava a valorização de conjuntos urbanos preservados em cidades com "potencial turístico". Com a extensão do PCH para as cidades do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais em 1977, cada estado envolvido deveria apresentar um projeto de restauração e preservação, indicando monumentos a serem preservados e os roteiros turísticos a serem divulgados.[18] Ao mesmo tempo, nas políticas de desenvolvimento urbano executadas pelo poder público, eram inseridas normas sobre as atividades e serviços turísticos a partir da Lei 6.505 de 13.12.77.[19]

16 *Exposição de motivos 076-B de 31 de maio de 1973 dos ministros do planejamento e da Educação e Cultura* apud. TELLES, Augusto Carlos da Silva.op.cit.p.2.

17 Além de apontar o estímulo à atividade turística como a principal saída para a preservação do patrimônio histórico e artístico baiano, as missões da UNESCO a Salvador levaram à criação da Fundação do Patrimônio Cultural da Bahia que teria um papel central no desenvolvimento de atividades preservacionistas e de valorização dos antigos conjuntos urbanos baianos para o turismo. *Conservation de quartiers ancien et développement touristique a Salvador.* Op.cit.

18 IPHAN/Pró- Memória. *Proteção e Revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória.* Rio de Janeiro: IPHAN/Pró-Memória, 1980.

19 BRASIL. *Constituição da República.* Arts. 179 e 182.

O crescimento do turismo nos sítios urbanos brasileiros preservados foi tão significativo que, no ano de 1977, de acordo a Lei número 6513 de 20 de dezembro, os imóveis, conjuntos urbanos e bens naturais preservados foram também classificados como áreas especiais de interesse turístico. A partir de tal definição, os sítios urbanos preservados, assim como reservas e estações ecológicas, fontes hidrominerais, localidades com condições climáticas excepcionais e outras áreas de especial interesse turístico estariam "destinados por sua adequação ao desenvolvimento de atividades turísticas, e à realização de projetos específicos".[20] A preservação dos bens culturais e naturais enfatizada ao longo dessa legislação justificava-se a partir do momento em que estes foram classificados como áreas especiais de interesse turístico.

Com a lei 6.513 de 1977, a preservação dos bens culturais brasileiros estaria legalmente atrelada à sua potencialidade enquanto atrativo turístico. Na legislação de 1977, foram consideradas áreas especiais de interesse turístico prioritárias as que apresentavam maior facilidade de acesso ou mesmo potencial turístico. Dessa forma, os investimentos estariam atrelados à existência de fluxos de turistas e, conseqüentemente, os "projetos específicos"[21] de preservação dos bens culturais estariam subordinados à lógica de desenvolvimento do turismo. Através de tais critérios para a definição de áreas prioritárias para novos investimentos, a legislação de 1977 legalizava uma prática freqüente dos órgãos oficiais de planejamento e turismo (SEPLAN e EMBRATUR) em relação às áreas preservadas desde 1975 com o Programa Cidades Históricas.

Outro marco foi a criação do Inventário da Oferta Turística e a Identificação do Espaço Turístico no ano de 1979. De acordo com a

20 BRASIL. Lei número 6513, de 20 de dezembro de 1977.p. 167.

21 Ibid.

EMBRATUR, o Inventário possibilitaria a produção de "instrumentos para as atividades de planejamento turístico em nível nacional, regional, municipal e local com vistas à proteção, preservação e divulgação da oferta turística", enquanto a Identificação propiciaria a definição de "municípios e espaços turísticos necessários a uma política de descentralização e estabelecimento de novos núcleos de apoio à expansão turística, além de disciplinar a ocupação territorial visando à preservação e divulgação da oferta turística".[22] Caberia ainda à EMBRATUR, de acordo com a nova legislação, em conjunto com tais órgãos e entidades, definir os bens culturais e naturais protegidos que poderiam ser utilizados turisticamente e as formas através das quais estes poderiam apresentar atividades econômicas compatíveis com a sua preservação.[23]

Ao analisarmos o projeto de identificação de "espaços turísticos",[24] verificamos que esse seguia à risca as indicações do Centro de Capacitação Turística (CICATUR) ligado à OEA, organização sob forte influência norte-americana que também havia organizado a Conferência sobre Preservação Cultural, em Quito, no ano de 1967, no qual foram aprovadas normas para a utilização comercial do patrimônio cultural. O novo inventário buscava selecionar ou inventariar os atrativos turísticos da região visando ao maior aproveitamento dessas áreas, um forte indício de que as aspirações do setor turístico, expressas no regulamento de criação da primeira associação nacional do setor – a Combratur – ganhavam materialidade, já sob o comando da EMBRATUR.

22 EMBRATUR. Inventário da Oferta Turística e a Identificação do Espaço Turístico Nacional apud. PAIVA, M. Op.cit. p. 81.

23 BRASIL. Lei número 6513, de 20 de dezembro de 1977. Art. 6o § 1

24 EMBRATUR. Identificação do espaço turístico nacional. Rio de Janeiro: EMBRATUR, 1979.

Para além da "seleção de espaços turísticos", o projeto almejava ainda disciplinar a ocupação territorial "visando à preservação do patrimônio turístico nacional".[25] Mais uma vez, o termo "patrimônio turístico" substituía o conceito de patrimônio cultural ou mesmo de patrimônio histórico e artístico nacional. Conforme já analisamos anteriormente, tal mudança sinalizava uma distinta concepção não só sobre a definição dos bens culturais preservados, mas principalmente de sua utilização. A função deixou de ser exclusivamente a de monumento ou mesmo de lugar de memória ou documento e os patrimônios culturais transformaram-se ainda em valorizadas matérias-primas para a indústria do turismo.

Ao mesmo tempo, cabia à EMBRATUR a identificação de tais espaços e, dessa forma, essa empresa assumiu um papel fundamental na atribuição de valores dos bens incluídos ou excluídos na classificação de "patrimônio turístico nacional". Para tanto, contava com o trabalho de intelectuais brasileiros consagrados como foi o caso de Aloísio Magalhães, responsável pela elaboração de uma metodologia em prol da utilização de elementos de comunicação visual no turismo e que, posteriormente, assumiria a presidência do IPHAN, além de elaborar uma linguagem própria para a identificação de atrações turísticas.

Verificamos também, nesse momento, a produção da UNESCO, de estudos que enfatizaram as possibilidades apresentadas por cidades brasileiras como Ouro Preto, São Luís, Alcântara, Parati e Salvador para o desenvolvimento de projetos turísticos.[26]

Com a posse de Aloísio Magalhães na presidência do IPHAN em 23 de março de 1979, o Programa Cidades Históricas foi transferido para essa instituição com o objetivo de reforçá-la e descentralizar a admi-

25 Ibid p.79

26 *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil:* uma trajetória. op. cit., p.32-33.

nistração federal. Para além dessas tarefas, o apoio ao desenvolvimento turístico foi marcante ao longo de sua breve e marcante gestão:

> "Veio pelo filão econômico, em parte, a idéia de que, se revitalizarmos certas áreas do Nordeste, a nível de seu valor econômico, nós poderíamos ter maior turismo, fluxo de interesse etc. Então, nasceu esse programa com verbas específicas do Fundo Nacional de Desenvolvimento - portanto, não do MEC, mas da SEPLAN. Esse programa tem realizado um trabalho extraordinário nesses oito anos de existência, porque, na verdade, ele inaugurou dentro do sistema antigo do IPHAN a descentralização."[27]

Desde então, o IPHAN passou a receber dotações anuais desse programa, sofrendo novas influências na realização de suas atividades de salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro. As ações que deveriam ser executadas no interior do PCH para "proteção por meio da legislação adequada da paisagem e de outros motivos considerados como atração turística" apresentavam semelhanças com o modelo de salvaguarda do patrimônio histórico e artístico nacional brasileiro, coordenado pelo IPHAN desde sua criação, em 1937. No entanto, podemos verificar que termos como "patrimônio cultural" e "patrimônio natural", largamente utilizados no campo da preservação cultural, passaram a ser tratados nas legislações e regimentos do setor turístico como sinônimos de "patrimônio turístico".[28]

Dessa forma, podemos observar, durante as décadas de 1960 e 1970, freqüentes estudos, normas, recomendações e encontros organizados pelas principais agências internacionais ligadas à preservação de bens culturais, em defesa do desenvolvimento do "turismo cultural" nos conjuntos urbanos.

No interior do IPHAN, o apoio ao desenvolvimento turístico seria justificado tendo por base, muitas vezes, a nova concepção de patrimô-

27 *Boletim IPHAN/Pró- Memória*. Número 16, jan/fev de 1982.p.3.

28 BRASIL. Decreto número 48126 de 19 de abril de 1960.

nio enfatizada a partir de fins da década de 1970, cujo objetivo principal deveria ser uma maior integração com as comunidades locais, principalmente a partir da criação de um novo órgão que teria alterado os rumos da política cultural brasileira, o Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC).[29] A proposta de democratização do patrimônio que vem à tona nesse momento freqüentemente era associada ao desenvolvimento turístico dos espaços preservados.

Já os organismos de turismo, além de participarem da atribuição de valores, tiveram uma crescente presença nas discussões envolvendo a preservação cultural nos sítios urbanos. As possibilidades de financiamento de programas de conservação em um período em que o IPHAN passou a dispor de escassas verbas aumentaram a importância e conseqüente participação de instituições como a EMBRATUR e o CNTur nas políticas públicas direcionadas aos conjuntos urbanos. A título de exemplo, poderíamos destacar, por exemplo, a matéria publicada no *Boletim do IPHAN*[30] em 1980, afirmando que o CNTur aprovou a proposta apresentada pelo IPHAN de revitalização da Praia Grande em São Luís do Maranhão e que a EMBRATUR iria alocar recursos do Fundo Geral de Turismo para apoiar o programa. Tais participações eram comemoradas por muitos dos intelectuais e dirigentes do IPHAN, que vislumbravam nessas parcerias possibilidades concretas para evitar a ruína e destruição total de alguns dos mais importantes conjuntos urbanos tombados pela Instituição.

A defesa do turismo como geradora de recursos e empregos faz parte de um quadro mais amplo de produção de um consenso sobre a importância de impulsionar essa atividade, envolvendo diversos agen-

29 Cf. MAGALHÃES, Aloísio. "O papel do patrimônio cultural no futuro da nação" in *Boletim IPHAN/Pró-Memória*. Número 17, março/abril de 1982.

30 "Conselho de Turismo apóia programa de Praia Grande" in *Boletim do IPHAN*. número 5, março/abril de 1980, p.17.

tes e instituições brasileiras e internacionais. Presente nos discursos e propostas políticas, o turismo será apresentado como atividade capaz de erguer a economia brasileira e retirar do atraso e estagnação em que se encontravam muitos dos municípios brasileiros – o "toque de Midas" que traria prosperidade para os locais onde se instalaria, oferecendo uma possibilidade de mercantilização dos espaços preservados, conforme podemos verificar na declaração de Miguel Colassuonno, presidente da EMBRATUR, entre os anos de 1979 e 1984:

> "Crescimento e desenvolvimento urbanos não são incompatíveis com a preservação do natural e cultural e, muito menos, com o apelo turístico que ele representa. Em certo sentido, podemos afirmar que quanto mais histórica seja uma cidade, maior o apelo turístico que ela irradia. Bastaria citar os exemplos marcantes de Paris, Londres e Veneza, na Europa, para que se comprove a verdade da afirmação. Nem por serem históricas - e quanto! - essas cidades deixaram de crescer e desenvolver. Imperioso, isto sim, é que a sociedade brasileira no seu todo, não apenas este ou aquele de seu segmentos compreenda, em primeiro lugar, que as duas coisas não são incompatíveis entre si."[31]

A existência de críticas em relação a algumas das conseqüências negativas do desenvolvimento do turismo nos sítios urbanos procedentes de organizações como associações de moradores ou mesmo de intelectuais ligados à preservação cultural ecoavam em alguns encontros, seminários e publicações. Nesse momento, o então assessor do IPHAN e representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), Augusto da Silva Telles, já expressava preocupação com os rumos que a política preservacionista poderia tomar e, para tanto, baseava-se em documentos internacionais anteriores, como a Carta de Atenas, aprovada em 1932, que tratava da necessidade de preservação dos

31 Entrevista de Miguel Colassuonno. Op.cit. p.17.

bens culturais, uma vez que estes representavam obras de arte ou testemunhos históricos:

> "Documentos internacionais sobre conservação e restauração dos monumentos desde a Carta de Atenas de 1932 até a de Veneza de 1964, ou a de Quito de 1967, se por um lado, dizem da conveniência de os monumentos terem uma função útil à sociedade, por outra, afirmam que essa utilização "não pode alterar a disposição dos elementos que o compõe, nem seu ambiente (Carta de Veneza). Além disto, o mesmo documento enfatiza que "a restauração é uma cooperação que deve ter caráter excepcional. A atividade básica, com relação ao monumento é sua conservação para salvaguardar tanto a obra de arte, quanto seu testemunho histórico."[32]

Ao acompanharmos as publicações do IPHAN, observamos dois tipos de argumentação sobre o turismo nos sítios urbanos preservados: a defesa incondicional desse processo, realizada pelo ex-presidente da EMBRATUR, Miguel Colassuonno, explicitada em alguns trechos citados ao longo desse trabalho; e ainda reflexões que apontavam para alguns dos problemas derivados da apropriação desses espaços pela indústria turística e propunham um "turismo de tipo sustentável", cada vez mais freqüente a partir da década de 1980. O artigo de Luiz Octávio Camargo, publicado na coluna "Opinião" do *Boletim do IPHAN*,[33] é exemplar nesse sentido. Após analisar a situação de alguns sítios urbanos patrimonializados e turísticos, o autor conclui: "A partir desse diagnóstico, surgiu um novo conceito de planejamento do turismo, o chamado turismo de desenvolvimento, que valoriza a convivência harmônica dos dois pólos (turistas e comunidades receptoras)".[34]

---

32 TELLES, Augusto Carlos da Silva. *Planos Regionais e definição de prioridades para o programa integrado de reconstrução das cidades históricas do Nordeste .mimeo.* Arquivo Noronha Santos Caixa 79M69P1Pasta 31.08

33 CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. "Turismo, lazer e patrimônio histórico" *in Boletim do IPHAN.* número 10. jan/fev de 1981. p.19

34 CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. "Turismo, lazer e patrimônio histórico" Op.cit.p. 19.

Independentemente da definição de qual seria o modelo de turismo mais adequado aos sítios urbanos, tornou-se hegemônica a defesa de realização dessa atividade nas áreas preservadas. A crença na possibilidade do desenvolvimento de "turismos sustentáveis" generalizava-se, apesar de todas as fragilidades no conceito de sustentabilidade. Na prática, a aplicação desse termo minimizava as críticas ou queixas à atividade turística. No entanto, o crescimento do turismo nos sítios urbanos foi de tal ordem que a defesa da preservação e da atividade turística mostraram-se muito semelhantes em algumas instâncias, sendo o maior exemplo a própria utilização do termo "patrimônio turístico". Muitos dos bens classificados pelas agências federais, estaduais ou municipais ou mesmo pela UNESCO como patrimônios culturais ou naturais passaram a ser classificados dessa forma como reflexo da produção e difusão de discursos em prol do turismo nos sítios urbanos patrimonializados como solução para sua preservação, originados no interior das instituições preservacionistas e em associações empresariais de turismo. Generaliza-se, nesses espaços, o argumento de que as cidades históricas só cumprem seu papel ao tornarem-se atrações turísticas.

A apropriação dos conjuntos urbanos como mais um produto rentável ao desenvolvimento do turismo industrial, o aumento da importância dos organismos internacionais e locais ligados ao patrimônio cultural e a conseqüente transformação do papel central do IPHAN ampliaram o poder da atividade turística na realização (ou mesmo na ausência, em alguns casos) das políticas de preservação cultural. A criação desse espaço de ação foi ainda acompanhada por um "enfraquecimento estrutural" da agência federal de preservação, uma vez que esta não foi constantemente aparelhada e nem mesmo dispunha dos recursos necessários para a salvaguarda do acervo tombado em permanente expansão.

A subordinação da preservação do patrimônio cultural à lógica da rentabilidade abriu as portas para a instalação da indústria turística nos

sítios urbanos preservados, sobretudo a partir da década de 1970, alterando profundamente as relações sociais até então desenvolvidas nesses espaços. A defesa da turistificação desses espaços ultrapassa as agências e agentes tradicionalmente envolvidos com a promoção do turismo, tornando-se um discurso hegemônico inclusive no interior das agências preservacionistas e organizatórias da cultura.

Como um dos marcos mais significativos da apropriação dos conjuntos urbanos tombados como produtos turísticos, observamos que, na Constituição Federal de 1988, os bens de valores histórico e natural, monumentos e paisagens naturais notáveis foram identificados como componentes do "patrimônio turístico nacional".[35] No caso brasileiro, alguns dos sítios urbanos tornaram-se grandes produtos turísticos e, para muitos estudiosos do tema, essa seria a única forma de garantir sua preservação.

A "eficácia" dessa política, no entanto, depende principalmente da continuidade de investimentos tanto na preservação dos bens imóveis, quanto na atividade turística, o que, via de regra, só tem acontecido enquanto os investidores privados - os setores hoteleiros, restauração e comércio em geral - conseguem obter o retorno esperado. No entanto, quando o capital investido não mais traz os lucros esperados, o que ocorreu com maior freqüência foi o abandono da região e o investimento em novas localidades turísticas que apresentam melhores perspectivas de retorno financeiro. Os conjuntos urbanos patrimonializados apresentam apenas mais um produto a ser comercializado para a indústria turística com um diferencial atualmente valorizado: sua suposta "autenticidade". Com a instalação da infra-estrutura turística e a conseqüente transformação desses espaços, observamos a grande expansão das áreas ocupadas nos sítios urbanos e sua descaracterização, o que implica, inclusive, na perda de seu "potencial" enquanto atração turística.

35 BRASIL. *Constituição da República*, Art. 24, 1988.

História e sociologia: notas sobre trocas disciplinares

Maria Letícia Corrêa[1]



1 **Maria Letícia Corrêa** é Professora Adjunta de História do Brasil do Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Formação de Professores (FFP) da Universidade do Rio de Janeiro (UERJ).

Neste trabalho, proponho uma reflexão e alguns encaminhamentos relativos à necessidade de enfrentar certas dificuldades de ordem metodológica com que se deparam os pesquisadores em História quando operam com a utilização e a construção de *memórias* por parte dos atores tomados como objetos de análise, dificuldades essas que se tornam especialmente notáveis no caso das pesquisas que envolvem a consulta a fontes primárias produzidas a partir de programas de história oral.

A motivação para essa reflexão se relacionou, inicialmente, com o imperativo de responder a problemas decorrentes do desenvolvimento de um projeto de pesquisa que tinha por objeto a formação de setores da burocracia técnica no Brasil, originados a partir de um conjunto de ações e políticas de modernização, ampliadas gradativamente ao longo do século XX como resultado da expansão do mercado interno e da indústria, até o início da ditadura militar.[2] Tal pesquisa dava ênfase ao papel dos diversos quadros técnicos na produção de um discurso de formação de consenso em torno dos temas do nacionalismo e do desenvolvimentismo, isto é, às questões relacionadas à inter-relação entre poder e política na história do Brasil recente, sendo notável, nesse contexto, que as medidas relacionadas à fixação de critérios universalizados para o recrutamento de quadros eram tomadas pelos próprios atores e pela historiografia como indicativas de uma ruptura na direção de uma *racionalização burocrática,* na acepção weberiana, em função da substituição de mecanismos predominantemente políticos ou clientelísticos, até então predominantes nas indicações.

No mesmo projeto de pesquisa, a principal dificuldade advinha da leitura e da utilização de um *corpus* de fontes primárias constituído por depoi-

2 Refiro-me ao projeto de pesquisa "Estado e burocracias no Brasil: um estudo sobre engenheiros e economistas do governo JK ao regime militar (1956-1968)", desenvolvido com recursos de bolsa de Fixação de Pesquisador da Faperj junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UERJ entre dezembro de 2006 e novembro de 2007.

mentos do tipo "histórias de vida", cuja análise deveria atender ao objetivo de depurar e explicitar as intenções, expressas pelos diversos depoentes, no sentido de construir a memória que desejavam apresentar, vale dizer, da necessidade de discutir e explicitar as relações entre memória e história.

É sabido que a utilização dos depoimentos de história oral lida com diversos inconvenientes. Em primeiro lugar, trata-se de testemunhos constituídos *a posteriori,* depois de passados o acontecimento ou os contextos investigados, podendo as lembranças dos depoentes serem ora "involuntariamente equivocadas", ora modificadas em função de acontecimentos posteriores, ou ainda, deliberadamente, de forma a "coincidir com o que é pensado [pelos depoentes] muitos anos mais tarde".[3]

Quando as testemunhas são militantes políticos ou altos funcionários das burocracias do Estado, esses inconvenientes são agravados pelo fato de que tais grupos logram estabelecer, ao longo dos anos, uma história específica que reconhecem como a própria memória, dando "ao seu testemunho uma coerência e uma estruturação rígidas que exigem, se quisermos superar o discurso reconstruído ou mesmo estereotipado, muita cautela, pois o indivíduo que aceita dar seu depoimento ao historiador está consciente que tem uma mensagem a transmitir".[4]

Para um militante político ou um alto funcionário da burocracia, "formar para a história um ponto de vista sobre os fatos e permitir estabelecer a sua veracidade é também controlar a posteridade, ter domínio sobre a imagem legada à eternidade: em suma, deter ou

3 BECKER, Jean-Jacques . *"O handicap* do *a posteriori".* In: FERREIRA, Marieta de Moraes Ferreira e AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 28.

4 VOLDMAN, Danièle. "A invenção do depoimento oral". In: FERREIRA, Marieta de Moraes Ferreira e AMADO, Janaína (org.). Op. cit. , p. 257.

acreditar deter a legitimidade de todo o movimento". É perseguindo o mesmo objetivo que esse tipo de testemunha seleciona lembranças "de modo a minimizar os choques, as tensões e os conflitos que possam ter ocorrido no interior da organização [ou do Estado], diminuindo a importância dos oponentes e tentando apresentar um movimento unânime e coeso".[5]

Para Pierre Bourdieu, a própria noção de "história de vida", isto é, de que a vida é uma história concebida ao mesmo tempo como o relato dessa história – correspondendo a acontecimentos que, mesmo sem terem se verificado em ordem cronológica, "tendem ou pretendem se organizar em seqüências segundo relações inteligíveis" – é na verdade uma noção do senso comum, incorporada ao campo das ciências sociais. Assim, pode-se supor que:

> "(...) o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário".[6]

Ainda segundo Bourdieu, esse ganho em coerência estaria na origem do próprio interesse dos investigados por tais empreendimentos biográficos. Por outro lado, a "história de vida" tenderia a aproximar-se de um "modelo oficial de apresentação de si", implicando o objeto do seu discurso – a oficialização de uma representação da própria vida –, um aumento das censuras e coações específicas.[7]

---

5 Ibid. p. 258.

6 BOURDIEU, Pierre . "A ilusão biográfica". In: FERREIRA, Marieta de Moraes Ferreira e AMADO, Janaína (orgs.). Op. cit., p. 184.

7 Ibid, pp. 188-189.

Para o pesquisador que se utiliza das fontes de história oral, dadas tais dificuldades, tornar-se-ia imperativo "duvidar" do conteúdo das narrativas dos depoentes, contribuindo para subverter certas noções da memória coletiva e transcendendo as limitações das representações predominantemente ideológicas.[8]

No caso do projeto de pesquisa a que faço referência, ao lado da cautela necessária à leitura e à utilização desse tipo de fontes, parecia-me que as estratégias narrativas dos atores e as versões de *fatos,* contidas nos depoimentos, haviam se revelado bastante eficazes, uma vez que era evidente a correspondência entre os argumentos dos discursos analisados e o senso comum relativo à *supremacia da competência técnico-burocrática sobre a política em sentido estrito.* Esse entendimento, portanto, levava a abarcar uma espécie de continuidade desde a produção das políticas públicas (as práticas) até a ideologia (os discursos), cujo sentido era a *desvalorização do político profissional* no contexto das lutas pela autonomização dos diversos campos de gestão no Estado.

Era também possível inferir uma apropriação, na produção acadêmica, de certas perspectivas e interpretações contidas nos depoimentos, como ocorria, por exemplo, pela adoção generalizada de uma mesma noção reificada de Estado, particularmente na tradição analítica vinculada à tese da modernização autoritária. O mesmo ocorria no caso dos autores que fundamentaram sua interpretação da ruptura política e institucional de 1964 sobre hipóteses em torno dos temas da "paralisia da atividade parlamentar" e dos "impasses da política de alianças" de João Goulart como indicativos de um impedimento da continuidade

8 THOMSON, Alistair , FRISCH, Michael e HAMILTON, Paula . "Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais". In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (org.). op.cit., pp. 71-76.

do projeto desenvolvimentista iniciado e conduzido pela burocracia técnica do Estado.[9]

Para enfrentar essas questões, e perseguindo-se o objetivo de utilizar instrumentos metodológicos mais eficazes para a análise das relações entre discursos, práticas políticas, construção de memórias e historiografia, impôs-se cada vez mais, no desenvolvimento daquele projeto de pesquisa, a leitura de textos de alguns pesquisadores que participaram ativamente do debate epistemológico e interdisciplinar das Ciências Humanas desde os anos 1980, em especial daqueles que se apresentavam diretamente como tributários, no campo da disciplina histórica, das trocas interdisciplinares com a Sociologia.

História e sociologia

Pode-se tomar como ponto de partida para as trocas disciplinares entre historiadores e sociólogos[10] as críticas avançadas feitas ainda no final do século XIX por François Simiand à escola metódica da historiografia francesa, tendo por alvo a excessiva preocupação dos primeiros com a apresentação cronológica dos fatos da política, que assumia a função de nexo causal, e com o papel dos atores individuais, situando-se esse debate no contexto da autonomização do campo da Sociologia como disciplina universitária.

---

9 A hipótese da modernização autoritária para o caso do desenvolvimento brasileiro foi enunciada de forma pioneira no trabalho de Luciano Martins. *Pouvoir et développement économique: formation et évolution des structures politiques au Brésil*. Paris: Anthropos, 1976. Ver SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *O cálculo do conflito:* estabilidade e crise na política brasileira. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Ed. UFMG, Iuperj, 2003; FIGUEIREDO, Argelina Cheibub . *Democracia ou reformas?* Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993; e FERREIRA, Jorge . "A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular". *In: Revista Brasileira de História*. v. 24, n. 47, jul. de 2004, pp. 181-212.

10 Estas notas priorizam os exemplos do mesmo debate na historiografia francesa, em função da incorporação, nesta, de instrumental oriundo do campo da Sociologia, em especial na contribuição de Pierre Bourdieu – em função da importância deste no encaminhamento do projeto de pesquisa, acima indicado –, não se detendo, por esse motivo, sobre as implicações do debate entre História e Sociologia em outros países onde este foi igualmente importante, como é o caso da Alemanha e dos Estados Unidos.

Para a afirmação da História como ciência, no entender de Simiand, deveria esta dedicar-se à percepção de regularidades e à comparação, fixando-se na economia e na sociedade, sendo essa abertura, como é bastante conhecido, a base programática da "primeira geração" dos *Annales,* quando a disciplina foi definida ao mesmo tempo como História total e História-problema.[11] Essa perspectiva fundava-se numa idéia da Sociologia, fiel ao programa de Émile Durkheim e Marcel Mauss, concebida como "o saber do mundo social" na sua tripla dimensão propriamente sociológica, relacionada às técnicas e conceitualizações; antropológica, relacionada às descrições; e histórica, em suas perspectivas.[12] Mais tarde, com Fernand Braudel, houve a intenção de alçar a História ao papel de disciplina-chave das Ciências Humanas, devendo esta apreender a totalidade, organizando-se, pela conceitualização das temporalidades, a partir da mesma, o campo das Ciências Sociais – restabelecendo-se, portanto, a tensão entre historiadores e cientistas sociais.[13]

De modo geral, como apontado por Roger Chartier, a tendência dominante na historiografia desde o final da década de 1920 se baseou primordialmente no projeto de aplicação do paradigma estruturalista, "abertamente reivindicado ou implicitamente praticado", em razão da preocupação com a identificação de estruturas e relações independentes das percepções e intenções dos indivíduos e separando-se radicalmente o objeto do conhecimento histórico propriamente e a consciência subjetiva dos atores,[14] sendo possível, quanto a este aspecto, uma aproximação dessa perspectiva com o materialismo histórico.

---

11 DELACROIX, Christian, DOSSE, François e GARCIA, Patrick. "L'historiographie française, une mise em perspective". *In: Histoire et historiens em France depuis 1945.* Paris: ADPF, 2003, p. 14.

12 CHARTIER, Roger . "Pierre Bourdieu e a História: debate com José Sérgio Leite Lopes". *Topoi,* Rio de Janeiro, mar. 2002, pp. 148-149.

13 BRAUDEL, Fernand. "Unidade e diversidade das ciências do homem". *In: Escritos sobre a História.* São Paulo: Perspectiva, 1992, pp. 79-89.

14 CHARTIER, Roger. "A História hoje: dúvidas, desafios, propostas". *Estudos Históricos.* Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1994, p. 98.

Seriam essas duas vertentes o alvo da maior parte dos questionamentos que, sobretudo a partir das décadas de 1970-1980, recolocaram as novas demandas em prol da valorização do indivíduo como construtor dos laços sociais e que, de forma ainda mais radical, levaram a uma reaproximação da História com a Literatura, no debate em torno do reconhecimento do discurso da História como narrativa, iniciado na França por Paul Veyne e Paul Ricoeur e nos Estados Unidos por Hayden White.[15]

Como resposta às objeções que se voltavam contra o estatuto da História como ciência, alguns historiadores identificados aos *Annales* buscaram reafirmar a pertinência da História ao campo das Ciências Sociais. No final dos anos 1980, a expressão "virada crítica" passou a ser utilizada para designar as novas tendências da pesquisa histórica, impulsionadas notadamente pela revista segundo as grandes linhas apresentadas em dois editoriais-manifestos:[16] os editores dos Annales permaneceriam fiéis àquilo que constituía o próprio objeto das Ciências Sociais, isto é, ao estudo da sociedade, recusando-se os partidários da "virada crítica" a privilegiar a análise do discurso por ele mesmo. Daí, também, a retomada do diálogo com a própria Sociologia francesa, em especial à contribuição de autores como Jean-Claude Passeron e Pierre Bourdieu, na renovação da disciplina histórica, pela apropriação de instrumental para a construção/desconstrução de categorias, representações e classificações sociais.[17]

---

15 Ibid. 99-100. Ver WHITE, Hayden . *Metahistória.* São Paulo: Edusp, 1995; e *Trópicos do discurso.* São Paulo: Edusp, 1994.

16 "Histoire et sciences sociales. Um tournant critique?" *Annales. Economies, Societés, Civilizations,* 2, mars-avril 1988, pp. 291-293; e "Histoire e sciences sociales: tentons l'experience". *Annales. Economies, Societés, Civilizations,* 6, nov.-déc. 1989, pp. 1317-1323. Indicando o "retorno" ao programa interdisciplinar, o próprio título da revista passaria a expressá-lo diretamente no número de janeiro/fevereiro de 1994, quando foi modificado para *Annales. Histoire, Sciencies Sociales.*

17 NOIRIEL, Gérard . *Sur la 'crise' de l'Histoire.* Paris: Bélin, 1996, pp. 151-152.

A reafirmação do projeto interdisciplinar demandaria, ainda, um novo acordo em torno do conceito de História, estabelecido novamente pelos editores dos *Annales* a partir do seu objeto, a temporalidade. Retomava-se, portanto, como uma continuidade, a reflexão de Fernand Braudel sobre a longa duração, ainda que se incorporasse parte das críticas dirigidas à História social de base quantitativa.[18]

Para Gerard Noiriel, em sua análise do debate que se seguiu à apresentação da proposta associada à "virada crítica" na historiografia francesa, a melhor maneira de aproximar os pontos de vista entre os campos da História e da Sociologia consistiria em traduzir uma linguagem à outra, abandonando-se definitivamente a perspectiva da criação de uma linguagem comum expressa no projeto dos sociólogos durkheimianos do início do século XX, que marcara de forma bastante acentuada a primeira e a segunda geração dos *Annales*. Caberia, entretanto, ainda segundo Noiriel, considerar que, desde Max Weber a Maurice Halbwachs e Norbert Elias, foi a Sociologia compreensiva que logrou integrar a questão da subjetividade da produção do conhecimento no campo de suas preocupações, devendo voltar-se a reflexão dos cientistas sociais para as condições de produção do próprio discurso científico. Seguindo a leitura de Noiriel da Sociologia de Jean-Claude Passeron:

> "Os sociólogos podem ajudar os historiadores a melhor utilizar e controlar os conceitos que eles utilizam. Inversamente, os historiadores estão aí para lembrar aos sociólogos que os conceitos mais gerais que eles propõem são abstrações incompletas, sempre referidas a coordenadas espaço-temporais. (...) podemos afirmar que se os sociólogos estão aí para lembrar os historiadores que todo conhecimento necessita de uma distância mínima com o 'senso comum' e com os poderes vigen-

18 Ibid, p. 151.

> tes, inversamente, os historiadores estão bem situados para lembrar aos sociólogos que nenhuma ciência pode escapar aos constrangimentos puramente sociais".[19]

Para Roger Chartier, a principal contribuição da Sociologia, a partir da obra de Pierre Bourdieu, para a História, estava na possibilidade de superar a dicotomia entre a física social, isto é, a História estruturalista que buscava reconstituir os laços, dependências e dominações que governavam as posições dos atores como dominantes ou dominados – marcante na História demográfica, social e econômica da tradição francesa dos Annales – e a Fenomenologia social, ou seja, a História baseada na análise da linguagem dos atores e de suas percepções, em razão de sua proposta de que:

> "para cada objeto de análise, devemos pensar ao mesmo tempo no espaço, no campo de coerção, de coações, de interdependências que não são percebidas pelos indivíduos, e, ao mesmo tempo, localizar dentro dessa rede de coações um espaço para o que [Bourdieu] chamava "sentido prático", ou estratégia, ou ajuste às situações — e que, inclusive, para indivíduos que têm as mesmas determinações sociais, não funciona de uma maneira homogênea."[20]

No que diz respeito diretamente ao problema metodológico da análise de textos, Roger Chartier, na mesma época, lembraria que toda construção dos interesses pelos discursos é socialmente determinada, dados os recursos desiguais (de linguagem, conceituais, materiais etc.) dos que a produzem. Dessa forma, para Chartier, a construção discursiva deve ser considerada pela referência às posições e às propriedades sociais objetivas, exteriores ao discurso, que caracterizam os diferentes grupos, comunidades ou classes do mundo social. Nas palavras do autor:

---

19 Ibid. p. 170-171. A tradução é da autora deste texto.

20 CHARTIER, Roger . "Pierre Bourdieu e a História: debate com José Sérgio Leite Lopes". Topoi, Rio de Janeiro, mar. 2002. Pp. 151-152.

"Os historiadores (entre os quais me incluo) para quem permanece essencial o pertencimento da história às ciências sociais tentaram responder a essa dupla, e por vezes rude, interpelação. Contra as formulações do *linguistic turn* ou *do semiotic challenge,* segundo a expressão de Gabrielle Spiegel, eles consideram ilegítima a redução das práticas constitutivas do mundo social aos princípios que comandam os discursos. Reconhecer que as realidades passadas só são acessíveis (maciçamente) através dos textos que pretendiam organizá-las, submetê-las ou representá-las nem por isso significa postular a identidade entre duas lógicas: de um lado, a lógica letrada, logocêntrica e hermenêutica que governa a produção dos discursos; de outro, a lógica prática que regula as condutas e as ações. Toda história deve levar em conta a irredutibilidade da experiência ao discurso, prevenindo-se contra o emprego descontrolado da categoria 'texto', com muita freqüência indevidamente aplicada a práticas (ordinárias ou ritualizadas) cujas táticas e procedimentos não são em nada semelhantes às estratégias discursivas. Manter a distinção entre umas e outras é o único meio de evitar 'dar como princípio da prática dos agentes a teoria que se deve construir para explicar sua razão', segundo a fórmula de Pierre Bourdieu".[21]

Funções sociais do discurso e da constituição de acervos

Feitas essas ponderações, seria necessário considerar diretamente a contribuição da Sociologia para a explicitação das relações que podem ser estabelecidas entre História e memória, e entre História e senso comum, como aquelas percebidas a partir da pesquisa de fontes produzidas nos programas de História oral, a que nos referimos acima, neste trabalho.

Para enfrentar esse problema, parto de uma proposição de Paul Ricoeur, lembrada por Chartier, segundo a qual é em primeiro lugar como

21 CHARTIER, Roger . "A História hoje: dúvidas, desafios, propostas". op.cit., p. 102.

herdeiros que nós, pesquisadores, colocamos-nos diante do passado, servindo-se o autor de uma noção de *herança* que pressupõe, de certa forma, que o passado se perpetua no presente, afetando-o. A percepção dessa herança nos obrigaria, de uma parte, a colocar no mesmo campo temporal o sujeito-historiador e o objeto da História, a partir da referência a um sistema de datação, na análise dos objetos, incluindo pelo menos três eventos – o início e o fim do período/objeto considerado, e o presente do historiador. De outra, seria necessário sublinhar o pertencimento do historiador e dos atores que ele estuda a um mesmo campo de práticas e experiências, comum e partilhado, razão pela qual se funda a dependência do "fazer história" ao "fazer" dos agentes históricos registrado nas fontes. É essa mesma perspectiva que torna obrigatória a submissão à crítica, também, ao lado das fontes, dos textos dos historiadores.[22]

Tendo em vista a necessária correspondência entre as representações expressas nas fontes e a própria historiografia, e visando encaminhar a problemática específica da análise de textos, pode-se ainda se recorrer às noções de História reificada e de História incorporada *(habitus),* definidas por Pierre Bourdieu.[23] Segundo esse autor,[24] seria possível distinguir duas posturas principais e opostas no quadro das

22 CHARTIER, Roger . *Au bord de la falaise:* l'histoire entre certitudes et inquietude. Paris: Albin Michel, 1998, p. 17.

23 "Para escapar às alternativas mortais nas quais se encerrou a história ou a sociologia e que, tal como a oposição entre o acontecimento e a longa duração ou, noutra ordem, entre os "grandes homens" e as forças coletivas, as vontades singulares e os determinismos estruturais, assentam todas na distinção entre o individual e o social, identificado com o coletivo, basta observar que toda a ação histórica põe em presença dois estados da história (ou do social): a história no seu estado objetivado, quer dizer, a história que se acumulou ao longo do tempo nas coisas, máquinas, edifícios, monumentos, livros, teorias, costumes, direito, etc., e a história no seu estado incorporado, que se tornou habitus." BOURDIEU, Pierre . *Le mort saisit le vif.* As relações entre a história reificada e a história incorporada. In: *O poder simbólico.* Lisboa: Difel, 1989, p. 82.

24 Sigo em linhas gerais a apresentação de Sérgio Miceli para a coletânea de textos de Pierre Bourdieu publicada em português sob o título *A economia das trocas simbólicas.* MICELI, Sergio . "Introdução: a força do sentido". In: BORDIEU, Pierre . *A economia das trocas simbólicas.* São Paulo: Perspectiva, 1987, pp. VIII-X.

orientações que lidam com os sistemas de fatos e representações comumente encobertos pelo conceito mais abrangente de cultura. Esta poderia ser definida tanto segundo sua qualidade de instrumento de comunicação e de conhecimento, responsável pela forma nodal de consenso – qual seja, o acordo quanto ao significado do mundo, que Bourdieu definiu como "estrutura-estruturada" –, como pela consideração de que os sistemas simbólicos são antes instrumentos de poder, isto é, de legitimação da ordem vigente – ou, ainda segundo Bourdieu, "estruturas-estruturantes".

Acolhendo a contribuição oferecida por aquela primeira perspectiva, Bourdieu recusou entretanto o excessivo privilégio, contido nessa posição, do exame dos modos pelos quais o agente/objeto analisado ordena a realidade que o envolve, assinalando também os riscos do "etnocentrismo" em que se coloca o pesquisador quando este supõe uma coincidência total entre a competência que mobiliza na sua percepção do discurso e da prática do agente/objeto (ou a fonte) e a competência que o próprio agente mobiliza em seu discurso. No caso da História, a constatação teórica enfatizada pela perspectiva pós-moderna de que o saber do pesquisador não podia mais ser tomado como uma pura coincidência ou como a simples equivalência entre o objeto e o discurso científico levou a uma valorização daquela primeira postura,[25] tendo sido essa a razão para a opção preferencial, em muitas pesquisas, pelas diversas técnicas de análises de textos e discursos, incluindo-se aí algumas vertentes ligadas aos projetos da História das idéias e dos intelectuais.[26]

Quanto ao trabalho do historiador, caso seguíssemos essa advertência de Bourdieu, poderíamos imaginar que o risco, neste caso, estaria contido na ilusão da coincidência ou possibilidade da apreensão

25 CHARTIER, Roger . op.cit., p. 17.

26 Ver panorama apresentado em RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François . *Para uma história cultural.* Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

direta do discurso das fontes, já que o privilégio do estudo do texto e do simbólico não resolveu, por si, a problemática da objetividade/subjetividade no trabalho do cientista social/historiador.[27]

Na perspectiva de Bourdieu, retoma-se a ênfase, acima indicada, na apreensão das funções sociais cumpridas pelos sistemas simbólicos, tornando-se necessário conhecer os princípios que sustentam a eficácia dos símbolos e do discurso, conferindo-lhe um poder externo aos mesmos, propriamente político. A diferença principal dessa proposição, em relação ao privilégio à análise do discurso, seria a recusa à tendência, nesta, de eliminar da interpretação tudo o que se refere à prática, como se as representações não fossem elas mesmas práticas, também. Cumpriria ao pesquisador, portanto, integrar tais representações ao âmbito da significação completa do fenômeno a ser estudado.[28]

Em pesquisas abarcando o campo político e a produção de discursos em período mais recente, datando de pouco mais de meio século – como é o caso do projeto de pesquisa a que faço referência –, é pertinente lembrar os riscos advindos de uma possível persistência, na historiografia, das representações expressas nas próprias fontes.

---

27 Embora seguindo um percurso distinto do de Bourdieu para a consideração da questão da objetividade/subjetividade do conhecimento em Ciências Sociais, Carlo Ginzburg encaminha-se na mesma direção, quando aponta, por exemplo, que a teoria pós-moderna partilha com a História positivista a mesma perspectiva acrítica e ingênua sobre as fontes. Para Ginzburg: "É marcante como pós-modernistas, parecendo um tanto a-críticos, adotaram a ingênua idéia positivista da inquestionável e objetiva fonte histórica, uma fonte que é capaz de, uma vez por todas, fincar-se como registro da verdade suprema. Os dias deste conceito há muito se foram. Mesmo assim, permanece o fato de ele continuar no ponto crucial do debate. Algumas pessoas parecem pensar que se é possível demonstrar que não existe uma fonte totalmente objetiva de conhecimento histórico, então todo conhecimento histórico é impossível. É evidente que isto não faz sentido. O que precisamos é de uma noção mais sutil de prova histórica (...)." "On the dark side of History". Carlo Ginzburg talks to Trygve Riiser Gundersen. *Eurozine*, 11/07/2003. Disponível em: <http://www.eurozine.com/article/2003-07-11-ginzburg-en.html>. Acesso em: 31 jun 2008.

28 MICELI, Sérgio Miceli. op. cit., p. X.

Para enfrentar mais essa dificuldade, é preciso ter em conta que um aspecto da luta pela imposição das versões da história e das visões de mundo, de que os diversos atores, como os historiadores e sociólogos, a partir de sua atividade no campo político e no Estado, pretendem-se portadores, é que esta, para além de constituir a produção acadêmica propriamente dita, manifesta-se ainda na sua obrigatória participação nas ações visando à constituição de acervos, arquivos, coleções de documentos e programas de História oral, os quais, seguindo-se a sugestão de sistema temporal proposta por Paul Ricoeur, segundo a leitura de Chartier, poderiam ser também entendidos como atos contemporâneos do pesquisador, inserindo-se este no mesmo campo temporal do objeto.

Caberia aos historiadores explicitar que a constituição desses acervos é também resultado, como já indicado acima, da luta pelo controle sobre a herança dos diferentes grupos, comunidades ou classes do mundo social, na história, materializando-se nas fontes abertas à consulta para um público mais amplo.[29]

29 Idem. "Biografia e cooptação: o estado atual das fontes para a história social das elites no Brasil". In: *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 352.

A pesquisa histórica na promoção do patrimônio

Maria Cecília Londres Fonseca[1]



1 **Maria Cecília Londres Fonseca** é mestre em Teoria da Literatura, doutora em Sociologia, Conselheira do Conselho Consultivo do IPHAN e sócia correspondente do IHGB.

O papel da História como campo de produção de conhecimento foi fundador, nas sociedades modernas, para a constituição dos patrimônios nacionais.[2] Esse processo tinha como referência fundamental o grande projeto político daquele momento no continente europeu: o da construção da nação.

Em cada país do velho continente,[3] a prática de preservação cultural adquiriu contornos específicos, em função, entre outros fatores, do perfil dos protagonistas e dos critérios e valores a que recorreram para selecionar os bens que seriam considerados testemunhos da trajetória, no tempo, de uma "comunidade imaginada", para usar a expressão já consagrada de Benedict Anderson.[4] E, além de historiadores e arquitetos, intelectuais, escritores e artistas plásticos vinculados ao Romantismo, tiveram também uma influência preponderante na definição de prioridades e na leitura dos bens, atuando como porta-vozes, junto à sociedade, da defesa de uma identidade nacional. Dada a grande penetração popular desse movimento artístico, podemos supor que essa influência tenha sido um dos fatores que propiciaram, já nos primórdios da implantação das políticas públicas de patrimônio em vários países europeus, a emergência de um "sentido de patrimônio" junto às sociedades locais.

A questão que nos propomos a abordar neste texto diz respeito às circunstâncias em que ocorreu, no Brasil, um século e meio mais tarde, a emergência e a implantação da questão do patrimônio como tema politicamente relevante, apresentado como de interesse da sociedade. Todos sabemos da dificuldade que enfrentaram, e continuam enfrentando, os atores que se envolvem diretamente com essa questão, no sentido de

2 Durante o século XIX e a primeira metade do século XX os patrimônios culturais eram preferencialmente qualificados como "históricos".

3 POULOT, Dominique. *Une histoire du patrimoine en Occident*. Paris: PUF, 2006.

4 ANDERSON, Benedict. *Imagined communities*. 4.ed. London/New York: Verso, 1987.

conseguirem a adesão da sociedade a uma proposta considerada durante décadas como "elitista" e de interesse de poucos.

Muitas foram as análises já produzidas sobre o tema, mas aqui queremos nos deter num ponto específico e que diz respeito à nossa condição de país colonizado, cujo processo de independência ainda estava em andamento no início do século XX e cuja auto-imagem era ainda fortemente tributária de um "olhar estrangeiro". Que representações e que narrativas de Brasil povoavam, nesse momento, o imaginário social, e como e por quem haviam sido produzidas? Quais os padrões de cultura hegemônicos, e a partir de que escala de valores eram hierarquizados os bens e manifestações culturais? E de que modo esse desafio – o de implantar uma consciência preservacionista no Brasil – foi enfrentado pelos protagonistas desse movimento, integrantes do movimento modernista?

Nossa hipótese é de que a condição de ex-colônia do Brasil e as conseqüências desse fato, não apenas nos campos político, econômico e social, mas também no nível simbólico, foram determinantes no sentido de reforçarem as dificuldades mencionadas acima. Em primeiro lugar, nas primeiras décadas do século XX, as imagens que remetiam a uma "identidade" dessa jovem nação pouco informavam sobre as reais características de nossas vilas e cidades e também de nossas paisagens, na medida em que eram produzidas por um olhar que buscava o exótico nos bens e costumes e o telúrico, na natureza. Ora, como desenvolver uma consciência preservacionista em um território em que a ocupação era feita de forma predatória, com a extração dos recursos naturais e o cultivo desenvolvido a partir da devastação da cobertura vegetal? No entanto, era com essas visões e leituras do país que os "heróis" modernistas e, em especial, os poucos historiadores que integravam a equipe do SPHAN tinham, inescapavelmente, de dialogar.

Uma análise, ainda que rápida, dessa situação talvez possa nos ajudar a compreender as dificuldades que esses poucos atores sociais en-

contraram para difundir o que consideravam uma visão brasileira do Brasil, crítica em relação às idéias, representações e padrões vindos de fora, e que ainda dominavam o gosto, as mentalidades e a própria imagem que se tinha do país. E, quem sabe, talvez possa servir também como base para refletirmos sobre o papel dos historiadores nas ações de preservação e promoção do patrimônio cultural brasileiro nos dias de hoje, quando a idéia de uma "identidade nacional" como referência fundamental vem sendo substituída por uma visão do país – e do mundo – norteada pela noção de "diversidade cultural".

Como introdução e subsídio ao tema, vamos recorrer, mais uma vez, a uma perspectiva comparativa, tomando o caso francês como exemplo. A experiência francesa, além de inaugural em termos de política pública de patrimônio, teve caráter exemplar, não apenas para outros países europeus, como para as nações do Novo Mundo, e, após a Segunda Guerra Mundial, para a própria UNESCO. Descrever sucintamente a experiência francesa a partir da questão que levantamos e dar destaque a fatores ainda pouco estudados podem contribuir para apontar o papel de certos aspectos da dinâmica social que vieram ao encontro, naquele momento fundador, de um projeto do Estado para a nação, em que a identificação e valorização de testemunhos que comprovassem a veracidade das narrativas sobre a história nacional tinha papel relevante.

O patrimônio e a construção da nação

1 - A França vista pelos franceses

Como já foi fartamente estudado, sabemos que a preservação de bens culturais constituiu-se pela primeira vez como questão política, associada a um projeto de nação, no final do século XVIII, durante a Revolução Francesa. Não vamos nos deter nesse ponto, lembrando apenas que o vandalismo que motivou essa iniciativa por parte dos enciclopedistas

tinha como objetivo destruir os vestígios materiais da opressão exercida pela nobreza e pelo clero no Antigo Regime. Mas, se ampliarmos nossa análise para além dos atos administrativos e legais que marcaram esse período e também a primeira metade do século XIX, perceberemos que outros atores que não os políticos, historiadores, arquitetos e "homens de letras" diretamente envolvidos com essa política pública (como o Abbé Grégoire, o historiador Guizot e o escritor Prosper Mérimée) participaram ativamente desse movimento, contribuindo para disseminar a "causa" do patrimônio junto a um público mais amplo.

Uma das vozes mais veementes nesse debate foi a do escritor Victor Hugo, um dos mais populares expoentes do romantismo europeu. Em 1825, o jovem Hugo percorreu a França com seu amigo e também escritor Charles Nodier. Na volta, Hugo escreveu o panfleto *Guerre aux démolisseurs!* (1834), publicado na imprensa francesa e depois em livro. A ênfase do escritor, em tom de oratória ufanista, certamente terá calado fundo na opinião pública da época:

> "Chegou o momento em que não é mais permitido a quem quer que seja ficar em silêncio. É necessário que um grito universal conclame a nova França para vir em socorro da antiga. Todos os tipos de profanação, de degradação e de ruína ameaçam a um só tempo o que nos resta desses admiráveis monumentos medievais, em que ficou impressa a velha glória nacional, aos quais se vinculam ao mesmo tempo a memória dos reis e a tradição do povo. Enquanto se constrói, com grandes custos, não sei que prédios bastardos, que, com a ridícula pretensão de serem gregos ou romanos na França, não são nem gregos nem romanos, outras edificações, admiráveis e originais, caem sem que ninguém se digne tomar conhecimento, e seu único erro, entretanto, é o de serem francesas por sua origem, por sua história e por sua finalidade."[5]

5 HUGO, Victor. *Guerre aux démolisseurs! Pamphlets pour la sauvegarde du patrimoine.* Paris: L'Archange Minotaure, 2006, pp. 13-14.

A valorização das construções medievais podia ser considerada uma extensão da atitude do romantismo de buscar inspiração na Idade Média, em que eram ambientados romances como *Notre-Dame de Paris,* do próprio Victor Hugo, publicado em 1831, e também inúmeras outras narrativas, poemas e folhetins, esses de mais amplo alcance.

Aos argumentos de ordem histórica e estética em favor da defesa dos monumentos medievais, Victor Hugo juntou considerações de ordem econômica, uma vez que, na primeira metade do século XIX, os atos de vandalismo não se deviam a motivos de ordem ideológica e sim à especulação imobiliária: monumentos antigos eram demolidos por empreendedores, com a anuência das autoridades locais, para o aproveitamento do material em novas construções. A esse respeito, Victor Hugo, ao recorrer a argumentos de ordem puramente financeira, revela uma inesperada atualidade.

> "Uma fiscalização ativa deveria ser feita sobre nossos monumentos. Com pequenos sacrifícios, poderíamos salvar construções que, independentemente do resto, representam capitais enormes. A igreja de Brou, apenas, construída em torno da metade do século XV, custou vinte e quatro milhões, em uma época em que a jornada de trabalho de um operário custava dois centavos. Atualmente seu custo seria de mais de cento e cinqüenta milhões. Não são necessários mais que três dias e trezentos francos para botá-la abaixo."[6]

No entanto, é preciso chamar a atenção para o fato de que, à iniciativa combativa de Victor Hugo, aliou-se um trabalho de mais longa duração, e certamente de maior alcance, de Charles Nodier e vários outros escritores e artistas: a publicação da coleção *Voyages pittoresques et romantiques de l'ancienne France,* editada entre 1820 e 1878, sob

6 Ibid, p. 20.

a direção do Barão Taylor.[7] Essa publicação, viabilizada pelo recente progresso das técnicas de impressão gráfica, visava a reabilitar e divulgar, com seus textos e sobretudo suas magníficas gravuras, os monumentos, as paisagens, os costumes e as curiosidades do patrimônio cultural francês espalhado pelas várias províncias. Eram imagens da França feitas por franceses, para divulgar junto à sociedade um retrato da nação que se inaugurava.

Essa e outras publicações voltadas para o mesmo tema eram consumidas por uma nova classe média, proveniente das províncias e composta por militares, banqueiros e comerciantes, fato que motivava artistas e editores a atenderem a essa demanda. A circulação dessas publicações, e muito particularmente sua utilização para fins da instrução pública, contribuiu para viabilizar, junto à população, um contato e uma apreciação dos monumentos antigos, tão presentes na literatura e nas artes plásticas durante o romantismo. A idealização da vida no campo, a estetização das ruínas e da natureza e uma certa nostalgia do passado caracterizavam a sensibilidade romântica, o que propiciou uma valorização dos monumentos como obras de arte e como documentos históricos.

Além disso, entre os historiadores oitocentistas, os monumentos,[8] assim como os costumes e tradições orais, foram considerados fontes privilegiadas da memória do passado, reduzindo a primazia do texto escrito.[9] Nesse sentido, contribuíram as viagens "de formação" que intelectuais e artistas faziam pelo continente europeu, particularmente pela Itália, mas também, mais raramente, para localidades distantes, como o Brasil. Esses relatos de viagens constituíram-se, por sua vez,

7 POULOT, Dominique.op.cit., p. 123; HUGO, Victor. op.cit.

8 Segundo Jacques Le Goff (*História e Memória* - Campinas - Editora Unicamp, 1990, p. 535) "a memória coletiva e a sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos."

9 POULOT, Dominique. op.cit., pp. 22-23.

em documentos preciosos, não apenas dos locais visitados, como do espírito de uma época.

Ou seja, como procuramos demonstrar, não foi apenas uma mera vontade política, ou um arcabouço legal e institucional, que propiciou uma adesão relativamente ampla da população francesa à "causa" do patrimônio, e sim uma conjugação de múltiplos fatores, relacionados ao desenvolvimento tecnológico, à emergência de uma classe burguesa e à influência de um movimento artístico de grande alcance popular, que permitiu a preservação de edificações e paisagens que, com o passar do tempo, converteram-se, para a França, em riqueza única e insubstituível, inclusive para a cada vez mais lucrativa indústria do turismo.

2 - O Brasil visto pelos estrangeiros

Embora a primeira e mais divulgada apresentação da terra que viria a ser chamada de Brasil, e que já a descreve como um "paraíso tropical", tenha sido feita por um português, o escrivão Pero Vaz de Caminha, foram predominantemente europeus de outras origens que nos deixaram as descrições mais minuciosas e diversificadas de nossa terra e de nossa gente durante o período colonial.[10] Essa observação é particularmente verdadeira em se tratando de documentação visual, como nota Rodrigo Melo Franco de Andrade:

> "A pintura da paisagem no Brasil, em sua parte mais valiosa, foi até recentemente obra de estrangeiros. Aos artistas portugueses que vieram ao nosso país, no período do povoamento e da colonização, faltava a tradição de paisagistas. As

10 Para Pedro Correa do Lago (In: AGUILAR, Nelson/ Fundação Bienal de São Paulo (org.). *Mostra do Descobrimento:* o olhar distante. São Paulo: Associação Brasil 500 Anos Artes Visuais, 2000, p. 69), foram sobretudo Debret e Rugendas "os maiores divulgadores da imagem do Brasil recém independente na primeira metade do século XX". Outros artistas, como Thomas Ender e Edouard Hildebrant, que, como eles, visitaram o Brasil também na primeira metade do século XIX, só tiveram seus trabalhos divulgados entre nós bem mais recentemente.

> primeiras representações de aspectos da terra brasileira não são obras de pintura lusitana: são pequenos "prospectos" e panoramas convencionais devidos a cartógrafos e engenheiros. A espessura das florestas virgens do interior e a alva extensão das praias do litoral do Brasil, se foram objeto de descrição dos cronistas na fase seguinte do descobrimento, terão impressionado os pintores vindos da metrópole, mas sem inspirá-los como artistas plásticos."[11]

O estudo feito por Flora Sussekind sobre o narrador da prosa de ficção no Brasil do século XIX vem confirmar a análise do então diretor do SPHAN.[12] Para a pesquisadora, as descrições de nossas paisagens e costumes feitas por brasileiros não se encontram em relatos de viagens ou em documentação visual, mas predominantemente na produção literária, "na composição de um cenário natural bastante obediente às pranchas, ao paisagismo dos pintores e desenhistas que acompanhavam as expedições científicas."[13] Pois, segundo a autora, "é essa rede de notas descritivas, pranchas, mapas, classificações que organiza a própria paisagem brasileira, que define um Brasil aos olhos de literatos e historiadores locais."[14] E, a tal ponto esse "olhar distante" é determinante na "fundação de uma imagem original, singular, de Brasil",[15] que essa passa a ser considerada a única perspectiva verdadeira, autêntica, de nossa realidade. A conseqüência desse processo é o estabelecimento de um cânone que até hoje caracteriza a imagem de Brasil para estrangeiros e também para a grande maioria dos brasileiros. Essa situação foi

11 ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e seus tempos*. Rio de Janeiro: MEC/FNpM, 1986, p. 323.

12 SUSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui*. O narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

13 Ibid, p. 67.

14 Ibid, p. 63.

15 Ibid, p. 32.

marcante no século XIX e no início do XX, com o efeito de exotismo descrito por Flora Sussekind:

> "Não é, pois, a qualquer lugar que se pode chamar de Brasil, a qualquer literatura de brasílica. É necessário que se submetam à malha fina da "originalidade", da "natureza exuberante", dos "costumes peculiares". E, se no que se vê ou no que se lê não se acha exatamente a paisagem esperada, a reação não tarda, assim como a sensação de que, ou aquilo não é tipicamente brasileiro, ou, bem mais inquietante, que há um descompasso entre o que se define como Brasil e o que se vive como tal."[16]

A sensação de descompasso a que se refere a autora é a mesma que Sérgio Buarque de Holanda sintetiza, nos anos 1930, na celebra frase de abertura de Raízes do Brasil: "somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra".[17] Ora, era essa lacuna e esse descompasso que os modernistas queriam, a seu modo, solucionar, na literatura, nas artes plásticas, na música e em outras áreas da vida cultural, com a elaboração de uma visão brasileira sobre o Brasil, objetivo esse assumido também pelo grupo fundador do SPHAN.

3 - O Brasil visto pelo SPHAN

A hercúlea tarefa a que se propunha o pequeno grupo reunido em torno de Rodrigo Melo Franco de Andrade no SPHAN não tinha como desafio apenas enfrentar a forte resistência dos proprietários de imóveis antigos e também os interesses dos prefeitos, que viam na modernização das "cidades mortas" uma forma de atender aos anseios de seus eleitores. Para que houvesse a apropriação, por parte da sociedade brasileira, de uma idéia de "patrimônio", consideravam ser também necessário que essa noção estivesse associada à identificação

16 Ibid, p. 24.

17 HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 6. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971, p.3

de bens a serem apreciados pela população – ou, pelo menos, pela sua parcela mais influente - por seu valor histórico e artístico e também por sua relevância nacional. Ora, do ponto de vista estético, não apenas o gosto predominante entre as elites era o da cópia dos estilos europeus – como comprovam nossas edificações ecléticas do final do século XIX e início do XX –, como o estilo que os modernistas consideravam autenticamente brasileiro e que atestava o surgimento de uma cultura diferenciada em relação à da metrópole – o barroco colonial – era considerado rude e de mau gosto mesmo por habitantes das cidades históricas.

A esse fato, acrescia a falta de levantamento e documentação sistematizada dos principais testemunhos de nossa formação espalhados nesse imenso território. Os próprios funcionários do SPHAN não dispunham de estudos a respeito e tinham dificuldade em ter acesso à documentação esparsa e ainda não referenciada, "escondida" nos arquivos do país. Por esse motivo, em 1938, Rodrigo Melo Franco de Andrade encomendou a Afonso Arinos de Melo Franco uma série de cinco palestras a serem proferidas para os funcionários do SPHAN, publicadas pela própria instituição em 1944, com o título *Desenvolvimento da civilização material no Brasil.*[18]

Como explica José Murilo de Carvalho em prefácio à segunda edição da obra, o objetivo de Rodrigo Melo franco de Andrade era suprir uma lacuna da historiografia brasileira, que "se tinha até então concentrado nos aspectos políticos e sociais da realidade",[19] deixando de lado a história econômica, de que se dispunha apenas do trabalho pio-

18 FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Desenvolvimento da civilização material no Brasil.* 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

19 CARVALHO, José Murilo de. "Prefácio à 2ª edição". In: FRANCO, Afonso Arinos de Melo. op.cit., pp. 9-10.

neiro de Roberto Simonsen, História Econômica do Brasil, publicado em 1937.[20] Somente a partir de 1939, com a publicação de *Evolução Econômica do Brasil,* de João Frederico Normano; A *Evolução Industrial do Brasil,* de Roberto Simonsen; além da monumental *História do Café no Brasil,* de Afonso E. Taunay; e, anos mais tarde, em 1945, com o aparecimento do clássico A *História Econômica do Brasil,* de Caio Prado Júnior, o desenvolvimento da cultura material do Brasil passa a ser objeto de estudo sistemático por parte dos historiadores.

Como disse Rodrigo Melo Franco de Andrade em seu prefácio à 1ª. edição, essas palestras

> "constituíram um pequeno curso destinado privativamente ao pessoal técnico da repartição, que tinha sentido necessidade, para a orientação dos estudos e trabalhos a seu cargo, de um conhecimento maior do aspecto material do processo histórico do desenvolvimento da civilização em nosso país."[21]

Partindo da noção de "civilização como controle da natureza e da técnica",[22] Afonso Arinos considera que se desenvolveram no Brasil culturas de várias origens – européia, indígena, africana – mas apenas uma civilização, a portuguesa. E, ao tomar como base o esquema dos ciclos econômicos, vem reforçar a proposta feita por Mário de Andrade em seu anteprojeto para um Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, de 1936, em que propõe a criação de um Museu das Artes Aplicadas e Técnica Industrial, onde seria apresentado

> "tudo o que a gente criou sobre o café, de científico, de técnico, de industrial, reunido numa só sala. E o mesmo sobre algodão, açúcar,

20 José Murilo de Carvalho, no prefácio citado, levanta a hipótese de que Afonso Arinos não conhecia o livro de Roberto Simonsen, publicado no ano anterior ao curso.

21 ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. "Prefácio à 1ª edição" In: FRANCO, Afonso Arinos de Melo. op.cit., p. 19.

22 FRANCO, Afonso Arinos de Melo. op.cit., p. 14.

> laranja, extração do ouro, do ferro, da carnaúba, da borracha; o boi e suas indústrias, a lã, o avião, a locomotiva, a imprensa, etc., etc."[23]

Também em termos do conhecimento sobre a arquitetura e as artes plásticas desenvolvidas no Brasil desde os primórdios da colonização, pouquíssimo havia sido produzido até os anos trinta do século passado. Nesse sentido, os estudos dos funcionários e colaboradores do SPHAN foram também pioneiros, inclusive no sentido de estabelecer uma relação entre as técnicas construtivas do período colonial e o estilo modernista, de que o prédio do MEC no Rio de Janeiro foi o principal ícone nesse período inicial de funcionamento do SPHAN.[24]

Em termos de justificativa para uma política pública que intervinha no âmbito do direito absoluto à propriedade individual, que só passou a ser limitado a partir da Constituição de 1937, a proteção, pelo Estado, de testemunhos do passado por seu valor histórico e/ou artístico não seria suficiente para conseguir a adesão da opinião pública – dificuldade que, de fato, poderia inclusive comprometer a própria tarefa de proteger e conservar esses bens. Por esse motivo, Rodrigo Melo Franco de Andrade qualifica os bens a serem protegidos como "documentos de identidade da nação brasileira", pois, no seu entender, "a subsistência deles é que comprova, melhor que qualquer outra coisa, nosso direito de propriedade sobre o território que habitamos."[25]

Nesse sentido, a palestra feita por Rodrigo Melo Franco de Andrade em 1968, intitulada *Panorama do patrimônio artístico e histórico*

23 MEC/Sphan/FNpM. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil:* uma trajetória. Brasília, 1980, p. 98.

24 Ao analisar detalhadamente as primeiras décadas do SPHAN, a antropóloga Marisa Veloso Motta Santos usa a expressão "academia SPHAN" para qualificar o papel da "repartição" como produtora de conhecimento (*O Tecido do Tempo:* a idéia de patrimônio cultural no Brasil (1920-1970) -tese de doutorado. Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. Brasília, 1992).

25 ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e o SPHAN.* Rio de Janeiro: MinC/Sphan/FNpM, 1987, p. 57.

de Minas,[26] é um bom exemplo de estudo abrangente de um período histórico – o da mineração nas Minas Gerais no século XVIII – do ponto de vista dos bens culturais que ali foram produzidos e que vieram a constituir o conjunto "em número maior e com feição mais expressiva do que nas demais regiões do país"[27] em termos de nosso patrimônio. Nesse texto, a contribuição dos diferentes grupos que povoaram a região – indígenas, negros escravizados, paulistas, portugueses – é identificada a partir da leitura das obras de arquitetura e de artes plásticas ali produzidas, com destaque para a contribuição dos mulatos, entre os quais sobressai a figura de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. A análise desse conjunto atesta, para Rodrigo Melo Franco de Andrade, a existência de "uma escola mineira, com traços próprios e bem vincados, que permitem identificá-los nas obras de feição erudita ou popular aqui realizadas."[28]

Poderíamos citar inúmeros outros exemplos de publicações e trabalhos realizados no âmbito do SPHAN que contribuíram para o conhecimento da história de nossa cultura material, com destaque para os amplos e inúmeros trabalhos de inventário que vêm sendo realizados sob a coordenação do IPHAN em todo o Brasil.[29]

Mas, ainda que esse empenho tenha se constituído de "pesquisas seguras, estudos sérios e trabalhos honestos e bem documentados acerca do patrimônio histórico e artístico do Brasil",[30] e que estes tenham servido e continuem a servir de base segura para as complexas decisões sobre o que preservar e como conservar e restaurar esse patrimônio, em que medida esse saber acumulado foi ou está sendo incorporado ao tra-

26 Ibid, pp. 73-80

27 Ibid, p. 73.

28 Ibid, p. 74.

29 Informações sobre os inventários realizados sob a supervisão do IPHAN podem ser buscadas no site www.iphan.gov.br .

30 ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e o SPHAN.* op.cit., p. 95.

tamento dos bens, de modo a chegar, de maneira apropriada, à população que com eles convive? Ou seja, até que ponto essa informação está acessível ao público, de modo a favorecer um contato mais proveitoso, uma fruição mais plena, e, conseqüentemente, um real exercício do que hoje se reconhece como os direitos culturais dos cidadãos?

E, atualizando esse debate: na medida em que o conjunto dos bens que compõem nosso patrimônio cultural foi se tornando mais representativo da formação nossa sociedade, em particular a partir a Constituição Federal de 1988 e da edição do Decreto 3.551/2000, que regulamenta a salvaguarda do patrimônio imaterial, como democratizar também o acesso ao patrimônio, em especial aos bens móveis e imóveis?

Essas são questões que dizem respeito a todos os que estão diretamente envolvidos com as políticas de patrimônio, mas nos interessa aqui dirigi-las aos historiadores, que, no nosso entender, contam atualmente com recursos muito mais sofisticados e eficazes não apenas para o conhecimento de seus objetos de pesquisa, cada vez mais diversificados, como para o diálogo com seus potenciais interlocutores.

Patrimônio, memória, história e cidadania

Tal como foi formulada a proposta acima, ela nos remete à questão da recepção dos bens culturais, que não tem sido foco de especial atenção na formulação e implementação das políticas de patrimônio em geral, e em particular no Brasil. Essa abordagem leva necessariamente à consideração do público não como mero espectador contemplativo, passivo, dos monumentos e obras de arte, mas sim como interlocutor ativo, chamado, à luz dos recentes preceitos legais, a participar, junto com Estado, de todos os passos das políticas de patrimônio. E, no caso da promoção do patrimônio, essa constatação implica também a ne-

cessidade de uma especial atenção para o perfil, as características e as expectativas dos potenciais "usuários" dos bens culturais.

Desde o momento inaugural das políticas de patrimônio, no final do século XVIII, sempre foi enfatizada a importância da preservação dos bens culturais para a formação do cidadão. Nesse sentido, a educação formal, via instrução pública, seria a forma privilegiada de atingir esse objetivo, ao se recorrer aos monumentos e bens móveis como documentos históricos, e ao seu potencial como recurso para a difusão de conhecimentos. Ainda que correta em seu objetivo, essa postura reduz o patrimônio a um suporte da ciência histórica, instrumentalizando os bens culturais como recurso didático.

Consideramos que, sem a menor dúvida, o patrimônio cultural pode e deve ser integrado à educação escolar e à formação do cidadão, objetivo partilhado por Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade. Mas como realizar esse objetivo de forma a levar em consideração a especificidade e o potencial desses bens?

Já em 1939, Rodrigo Melo Franco de Andrade considerava que "só do convívio com os monumentos e com a sua história poderá nascer a estima sincera que eles devem inspirar. Esse sentimento será como o de apego às pessoas e às coisas familiares."[31] Ou seja, ele reconhece que a relação com os bens culturais envolve não apenas a dimensão cognitiva, mas também a estética e a afetiva, o que nos leva a reconhecer o seu grande potencial de alcance na comunicação com o público. Mas como, em nossa civilização da imagem e da comunicação instantânea, seria possível promover os bens culturais sem reduzi-los à lógica da indústria cultural? Que tipo de contato as gerações atuais, para as quais as noções de tempo e de espaço foram ressignificadas em função de transfor-

31 ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e o SPHAN*. op.cit., p. 54.

mações tecnológicas e culturais profundas,[32] podem estabelecer com os bens culturais?

Para abordar essas questões, vale recorrer às idéias de Alois Riegl,[33] que, em 1903, ao estudar as diferentes formas de percepção do tempo no contato com as obras de arte, já antecipou traços de nossa sensibilidade contemporânea. Para Riegl, não são os historiadores, arquitetos ou especialistas que definem o valor dos monumentos – termo entendido em seu sentido etimológico e mais amplo que o usual, de objetos de rememoração – e sim aquele que o contempla. E essa percepção será condicionada pelas características do momento histórico em que se dá essa percepção. Ora, se para o Iluminismo o valor histórico do monumento é definido pelas referências produzidas pela ciência histórica, no período posterior o que fica é a sensação da passagem do tempo, que Riegl identifica como valor de ancianidade, independentemente de seu valor comprovado (pela pesquisa de fontes históricas) de testemunho da ocorrência de um fato marcante ou da existência de uma personagem ilustre no passado. O culto romântico das ruínas seria uma manifestação dessa forma de percepção e, como decorrência, qualquer vestígio do passado pode ser valorizado enquanto monumento. Essa interpretação de Riegl foi confirmada com a ampliação, na atualidade, da noção de patrimônio cultural.

Ora, para Riegl, essa atribuição de valor aos monumentos é decorrência de um processo de democratização do que chamamos de preservação e que se estende também à natureza. Diz ele:

> "Essa impressão não implica absolutamente numa abordagem científica, e não parece tributária de uma cultura histórica; ela apenas põe em jogo a sensibilidade e a afetividade, e pretende não se dirigir

32 Cf. HUYSSEN, Andréas. *Seduzidos pela memória. Arquitetura, Monumentos, Mídia.* 2. ed. Rio de Janeiro: Aeroplano/MAM-RJ, 2000, pp. 9-40.

33 RIEGL, Alois. *Le culte moderne des monuments. Son essence et sa genèse.* Paris: Seuil, 1984.

> apenas às pessoas cultas, às quais diz respeito a conservação histórica dos monumentos, mas também às massas, a todos os indivíduos, sem distinção de nível cultural."[34]

Um dos aspectos mais interessantes do pensamento de Riegl, do nosso ponto de vista, é o reconhecimento de que nenhum desses valores pode deixar de levar em conta o valor de uso de um bem, o que pode significar, como ocorre com freqüência atualmente, a conversão de uma ruína em, por exemplo, produto turístico. Nesse caso, e graças aos recursos tecnológicos de reprodução de que se dispõe atualmente, é possível ao historiador reconstituir virtualmente uma edificação, preservando ao mesmo tempo a sua condição física de ruína, como atestado da passagem do tempo.

Mas qual poderia ser, na verdade, o papel da História – e particularmente do historiador – na promoção dos bens culturais? Como observa a historiadora do SPHAN, Márcia Chuva, a suposição de que o valor de testemunho, de um bem cultural, enquanto documento de uma "verdade" que a pesquisa histórica comprovaria, teria a capacidade de nos por em comunicação direta com o passado para sabermos "exatamente como tudo aconteceu",[35] está completamente superada. O historiador precisaria reconhecer que o discurso que produz é apenas uma versão, que convive com outras, produzidas inclusive por autores supostamente menos qualificados, mas com legitimidade própria, como, por exemplo, membros das comunidades onde se situam os bens culturais que são objeto de inventários. Segundo a historiadora,

> "O historiador deve ser capaz de traduzir, de fazer uma leitura que represente essa realidade de uma forma abrangente e integrada, con-

34 Ibid, p. 46.

35 CHUVA, Márcia. "A História como instrumento na identificação dos bens culturais." In: MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz Resende (Orgs.). *Inventários de conhecimento.* Rio de Janeiro: IPHAN, 1998, p. 42.

> siderando a maior amplitude de olhares/aspectos, que seus instrumentos metodológicos de apreensão do real e seus conceitos, mais do que seus preconceitos (é preciso estar sempre atento a eles) permitam, sempre tendo em mente a questão das diferentes temporalidades."[36]

Entretanto, a questão formulada anteriormente permanece em aberto: como lidar com a informação histórica no trato do bem cultural, na sua apresentação ao público? Não vamos nos aventurar a propor uma resposta, mas, pelo contrário, vamos apresentar um ponto de vista bastante polêmico e, por isso mesmo, instigante sobre o papel da História na promoção dos bens culturais em nossos dias.

Esse é um ponto de vista abordado, entre outros, pelo crítico alemão Hans Ulrich Gumbrecht, que estuda a teoria da recepção dos textos literários – e, por extensão, dos bens culturais. Para Gumbrecht, é preciso aceitar inicialmente que "já está na hora, pelo menos para os historiadores profissionais, de enfrentar seriamente uma situação na qual a tese de que 'se pode aprender com a História' perdeu seu valor de persuasão".[37]

Gumbrecht considera que o grande apelo dos bens culturais herdados do passado é a possibilidade que nos proporcionam de satisfazer o desejo do ser humano de "falar com os mortos", numa tentativa de superar o limite da morte.[38] Ao estímulo da imaginação, Gumbrecht associa a sensação de que o bem cultural propicia uma "experiência direta do passado", na medida em que seria possível "tocar, cheirar e provar estes mundos através dos objetos que os constituíram".[39]

As reflexões de Gumbrecht vêm ao encontro da percepção de Riegl, inclusive no sentido de uma democratização do acesso das massas aos

---

36 Ibid, p. 43.

37 GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Em 1926: vivendo no limite do tempo.* São Paulo: Record, 1999, p. 461.

38 IDEM. *Take a step back – and move away from death!* Palestra encaminhada ao XV seminário da ANPOLL, GT História da Literatura. Porto Alegre, agosto de 2002, p. 15.

39 Ibid.

bens culturais antigos, mas sua ênfase na sensibilidade vai muito além, ao propor a aceitação de um "um longamente subestimado (e mesmo reprimido) aspecto sensual da experiência histórica".[40]

Na verdade, Gumbrecht[41] quer chamar a atenção para a percepção estética singular – aqui novamente tomamos a palavra ("estética") no seu sentido etimológico – que os vestígios materiais do passado, assim como uma peça musical ou dramática, podem proporcionar mesmo ao público que não detém informações sobre sua origem nem sobre seu lugar na história.

> "Não devemos admitir, por outro lado, que o que nos encoraja – a nós, leitores profissionais – a por entre parênteses nossas capacidades de historização é a freqüente observação de que um certo texto ou uma certa obra de arte do passado são capazes de fascinar mesmo aqueles leitores e observadores que seriam incapazes de reintegrar esses bens – reintegrar Shakespeare e Mozart – em seus contextos históricos originais?"[42]

Devemos lembrar que propostas como a de Gumbrecht vão de encontro à nossa tradição no trato dos bens culturais, e, em especial, daqueles protegidos pelo poder público, a que se atribui a qualidade de "excepcionais" por seu valor histórico e/ou artístico, e, sobretudo, por sua relevância como testemunhos da formação da nação.[43]

Como observa o antropólogo José Reginaldo Gonçalves em um estudo comparativo do tratamento dado a duas cidades-patrimônio – Williamsburg (EUA) e Ouro Preto (MG) –[44] as diferenças decorrem

---

40 IDEM. *Em 1926: vivendo no limite do tempo.* op.cit., p. 467.

41 Ibid; IDEM. *Take a step back – and move away from death!* op. cit.

42 IDEM. *Take a step back – and move away from death!* op.cit., p. 11.

43 LONDRES, Cecilia. "Patrimônio e performance: uma relação interessante". In: TEIXEIRA, João Gabriel L. C. et alii (org). *Patrimônio imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização.* Brasília: ICS-UnB, 2004.

44 GONÇALVES, José Reginaldo. "Autenticidade e a idéia de "aura". In: *Antropologia dos objetos:* coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, 2007, pp. 118-132.

do modo como, em cada caso, são entendidas as noções de "autenticidade" e de "nação". Enquanto no primeiro caso se procurou reproduzir com todos os recursos disponíveis um determinado momento histórico, de forma que o visitante tivesse a sensação de ter sido transportado para o passado – o que foi conseguido às custas de uma, por muitos criticada, restauração "recriadora", à moda de Viollet-Le-Duc –,[45] em Ouro Preto, o respeito à "autenticidade" histórica, ao valor de documento atribuído às edificações coloniais, levou a uma postura muito cautelosa por parte dos agentes da preservação, na medida em que, segundo Gonçalves, enfatiza-se a "aura" projetada sobre esses bens, enquanto símbolos privilegiados de nossa "identidade nacional".

Para Gonçalves, essa comparação pode nos levar a "problematizar categorias como as de 'nação' que, supostamente, são 'expressas' pelos chamados patrimônios culturais".[46] A conseqüência dessa problematização, no nosso entender, teria efeitos não apenas no processo de atribuição de valor aos bens que integram os patrimônios culturais, como também na sua proteção e promoção, pois o grande desafio é o de democratizar o acesso ao patrimônio, sem comprometer os valores que justificam a preservação. O próprio papel da história pode ser repensado a partir de uma postura crítica quanto a categorias que tendemos a naturalizar. Diz Gonçalves sobre os patrimônios culturais:

> "Estes, na medida em que não consideramos como dadas sua 'autenticidade' ou 'inautenticidade', podem ser pensados como construções sem nenhum necessário fundamento último na 'história', na 'natureza', na 'sociedade' ou em quaisquer outras categorias reificadas com que confortavelmente buscamos justificar nossas crenças nacionalistas."[47]

---

45 Viollet-Le-Duc (1814-1879) foi um dos grandes teóricos da arquitetura e um dos precursores da preservação do patrimônio histórico.

46 GONÇALVES, José Reginaldo. op.cit., p. 132.

47 Ibid.

Todas essas considerações são trazidas para este texto com um objetivo bastante preciso: o de enfatizar a importância, para as políticas de patrimônio, da questão da formação de público, tema que vem sendo explicitado e enfrentado pelas artes cênicas, plásticas, musicais, enfim, as que precisam do espetáculo para sobreviver. Formação entendida aqui em dois sentidos: no de incrementar o número de pessoas que tenham acesso aos bens culturais que compõem o patrimônio brasileiro – universo que obviamente não se restringe aos bens tombados ou registrados, nem aos bens de importância "nacional", como, aliás, já observava Rodrigo Melo Franco de Andrade há quarenta anos –[48] e no de contribuir para a melhor qualidade de vida dos cidadãos, visando não apenas nem necessariamente à acumulação de conhecimentos, mas sobretudo a viabilizar experiências mais amplas e enriquecedoras no contato com esses bens.

Esse objetivo só poderá ser perseguido com um trabalho interdisciplinar, que envolva vários tipos de profissionais, reunidos em torno de um mesmo objetivo: o da promoção do patrimônio cultural, campo aberto para as mais variadas, estimulantes e proveitosas iniciativas. E, em se tratando dos historiadores, cujo horizonte se ampliou de tal maneira nas últimas décadas, para muito além das narrativas sobre a construção da nação, imaginamos que a interlocução com outros atores em torno de um patrimônio cada vez mais diversificado, confrontado com questões que transcendem a perspectiva estrita da cultura, como as do meio ambiente, dos direitos coletivos, da ética e de organização social, só poderá trazer bons frutos para os especialistas e para toda a sociedade.

48 ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e o SPHAN*. op.cit., pp. 70-73.

Praça XV de Novembro - visita técnica

Analucia Thompson[1]
Bettina Zellner Grieco[2]



1 **Analucia Thompson** é historiadora do IPHAN, mestre em antropologia social.
2 **Bettina Zellner Grieco** é arquiteta do IPHAN, mestre em arquitetura e urbanismo, especialista em história da arte e da arquitetura.

Praça XV de Novembro

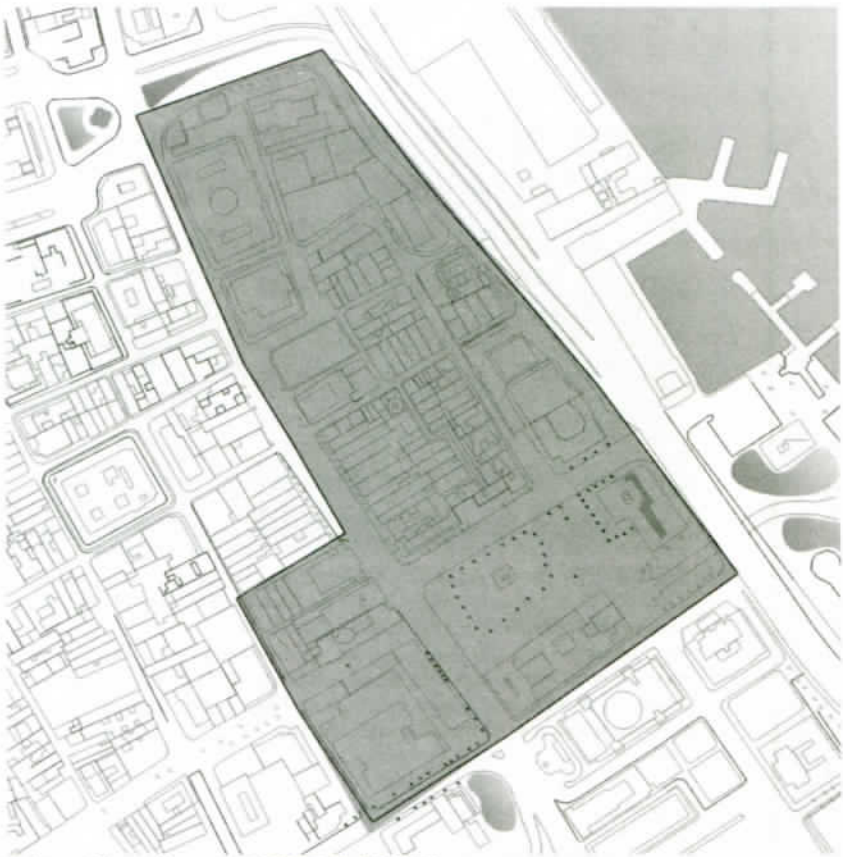


PROSPECTO da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro... (1775). In: FERREZ, Gilberto. Iconografia do Rio de Janeiro 1530-1890, 2000. Biblioteca Noronha Santos/ IPHAN - RJ.
Pode-se ver a Casa dos Governadores, tal como construída em 1743, pelo engenheiro militar Alpoim. Notam-se, ainda, as barraquinhas de venda do peixe e de hortaliças, à direita do Largo do Paço, alguns armazéns e trapiches, desenhados de forma bastante estilizada.



Praça XV de Novembro. [1907-1908?]. Reprodução. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro.

Facsímile do folder da visita guiada da I Oficina de Pesquisa.



Poligonal de tombamento. COPEDOC, RJ, 2006.

A atuação do IPHAN na região data de 1938, com a inscrição de duas casas no Arco do Teles e de imóveis com maior destaque histórico e arquitetônico, em especial aqueles do período colonial, como por exemplo o Chafariz do Mestre Valentim, as igrejas de Nossa Senhora do Carmo (Antiga Sé), da Ordem Terceira do Carmo, de Santa Cruz dos Militares, de Nossa Senhora da Lapa dos Mercadores, o Oratório de Nossa Senhora da Boa Esperança e o Paço Imperial.

O perímetro de tombamento do conjunto estende-se da Praça XV até a Praça Pio X, limitando-se com a Avenida Perimetral e a Rua Primeiro de Março. Foi definido um perímetro de entorno, que tem como pontos de referência as avenidas Erasmo Braga e Antonio Carlos, as ruas São José e da Quitanda, a fachada posterior da Candelária, a Praça Marechal Âncora, as ruas Jacob do Bandolim e Dom Manuel. Toda essa área conta com cerca de 150 edificações.



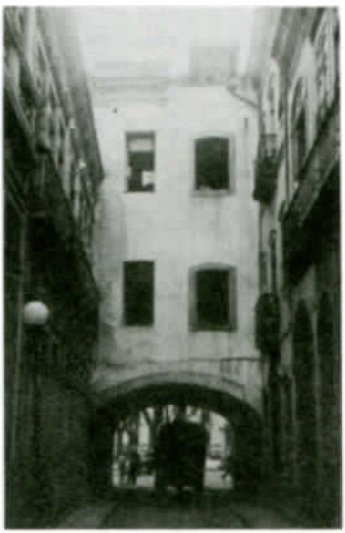
Pode-se ver, nesta fotografia de Georges Leuzinger de 1867, um dos lados da Praça do Carmo, com destaque, em primeiro plano, para o chafariz do Mestre Valentim, secundado pelo conjunto de prédios e o Arco do Teles, sobre a Travessa do Comércio; o Hotel de France, na esquina da Praça com a Rua Direita; a Igreja da Ordem Terceira do Carmo; a Capela Imperial e o passadiço sobre a rua do Cano (atual Sete de Setembro), que unia a igreja ao antigo Convento do Carmo que, desde 1838, servia de sede ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. (Reprodução. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro)



Chafariz na Praça XV de Novembro. Aquarela de Ender. [s.d.]. Reprodução. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro.



Acima: Travessa do Comércio, 15. 1991. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Processo de Tombamento 1213-T-86.



Ao lado: Praça XV de Novembro, 32-34. Arco do Teles: aspecto posterior, jan. 1948. Edgard Jacintho. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

Antigas denominações

Várzea de Nossa Senhora do Ó (1589-1619)
Praia do Carmo (1619), Largo do Carmo (1619)
Terreiro do Carmo (1619)
Terreiro da Polé (1639)
Largo do Palácio (1743-1870)
Largo do Paço (1743-1870)
Terreiro do Paço (1743-1870)
Praça D. Pedro II (1870-1890)
Praça XV de Novembro (1890 – atual)

Título do bem: Área Central da Praça XV de Novembro e imediações
Processo de tombamento: 1213-T-86
Data da inscrição: 14 de março de 1990 (LAEP, LH e LBA)

Pesquisa e texto:
Analucia Thompson
Bettina Grieco



Igreja de Nossa Senhora da Lapa dos Mercadores. [s.d.]. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

Carta da pesquisa histórica no IPHAN[1]

Documento Final da I Oficina de Pesquisa



1 Resultado das discussões dos grupos de trabalho da I Oficina de Pesquisa: a pesquisa histórica no IPHAN, a *Carta da Pesquisa Histórica no IPHAN* pretende estabelecer parâmetros para o aprimoramento da pesquisa histórica na Instituição.

A *I Oficina de pesquisa: a pesquisa histórica no IPHAN*, organizada pela Gerência de Pesquisa e Referência da Copedoc, realizou-se no Rio de Janeiro entre 26 e 30 de novembro de 2007. O encontro contou com a presença de técnicos, entre historiadores, historiadores da arte, cientistas sociais, arquivistas, museólogos, arquitetos, das diversas unidades do IPHAN – museus, superintendências regionais e unidades da área central, como o DEPAM, o DPI, a Cogeprom e a própria Copedoc –, além de historiadores e cientistas sociais convidados de diferentes instituições.

O encontro teve por objetivo refletir sobre a prática da pesquisa histórica na Instituição e consolidar o foco da área de pesquisa e referência da Copedoc na produção de uma memória institucional e da preservação, por meio de estudos sobre a gestão do patrimônio no Brasil. A participação de técnicos de outras áreas de formação possibilitou debates mais abrangentes também sobre as ações de pesquisa na Instituição, além de promover uma maior interação entre os pesquisadores da casa. Nesse sentido, foram organizados Grupos de Trabalho em que discutimos e defendemos os seguintes pontos, apresentados abaixo como resultado do encontro:

1) No que diz respeito à pesquisa histórica no IPHAN:

1.1) A pesquisa histórica no IPHAN deve caracterizar-se por uma abordagem processual, com uso de fontes e de referências historiográficas e metodológicas clássicas e atualizadas, sobre as mais diferentes temáticas; uma abordagem que, no campo do patrimônio, propicia a análise contextualizada de bens e práticas culturais e das ações institucionais, a partir de valores e sentidos próprios de seu tempo. A pesquisa histórica desse

modo possibilita também a compreensão dos processos pelos quais tais bens passaram ao longo do tempo até a construção do seu sentido, forma e valor contemporâneos. A pesquisa histórica também deve ser vista como uma ação de preservação em si mesma, na medida em que, ao levantar, problematizar, organizar e analisar as informações sobre determinado bem ou ação institucional, atribui significados, constrói memórias e, especialmente, produz uma documentação que configura novo suporte material da preservação desses valores culturais, sendo que é também uma ação de preservação da memória e dos significados desse bem ou da trajetória do próprio IPHAN. A pesquisa histórica não deve, portanto, limitar-se a subsidiar ações de proteção dos bens tombados, apresentada, muitas vezes como cronologias ou resumos informativos sobre determinado bem;

1.2) A realização da pesquisa histórica no âmbito do IPHAN requer uma especialização dos historiadores, pois estes estão vinculados a uma instância de proposição e execução de políticas públicas e à própria constituição do campo do patrimônio, multidisciplinar por excelência. Daí a proposição de se considerarem os historiadores do quadro do IPHAN que realizam pesquisa histórica como *historiadores do patrimônio,* ou seja, historiadores especializados na pesquisa histórica relativa ao campo de patrimônio e comprometidos com a construção e a gestão do patrimônio cultural brasileiro;

1.3) Entre as ações dos *historiadores do patrimônio,* deve constar a difusão do sentido, natureza e especificidade da pesquisa e das atividades do *historiador do patrimônio* no âmbito da Instituição, assim como a consolidação do espaço institucional da pesquisa histórica;

1.4) Pesquisadores ou empresas de pesquisa contratados devem seguir os parâmetros indicados para a realização da pesquisa histórica no IPHAN.

Nessa atividade, devem contar com orientação e participação permanente e ativa dos *historiadores do patrimônio,* de maneira a reforçar o IPHAN como espaço de pesquisa e produção de conhecimento e contribuir para a formação e especialização contínua de seus técnicos;

1.5) Também é necessário reforçar a participação dos *historiadores do patrimônio* na gestão dos acervos da Instituição;

1.6) É importante que haja maior envolvimento do *historiador do patrimônio* no planejamento, seleção, elaboração, gestão e acompanhamento dos projetos e ações nas unidades do IPHAN;

1.7) A participação dos *historiadores do patrimônio* em encontros internos promovidos pelo IPHAN deve ser reivindicada entre o corpo técnico e pelos dirigentes;

1.8) Com vistas a uma maior participação e ingerência do IPHAN nos espaços de discussão sobre o patrimônio, a participação dos *historiadores do patrimônio* em encontros promovidos por outras instituições, como ABA, ANPOCS, ANPUH, ANPUR, SAB, deve ser estimulada;

1.9) Da mesma forma, o diálogo do IPHAN com cursos de especialização e pós-graduação em patrimônio e áreas afins, por meio de encontros promovidos pela Instituição para o público externo, editais de pesquisa voltados para o público acadêmico, estímulo ao aperfeiçoamento acadêmico de seus técnicos, entre outros, deve ser reforçado, de modo a sublinhar o papel da instituição como referência nesse campo do conhecimento;

1.10) Faz-se necessário aprofundar a discussão sobre a utilização dos inventários, a partir principalmente de seu caráter metodológica e teorica-

mente múltiplo e multidisciplinar, como modelos de método de pesquisa e também de atuação da instituição, assim como reforçar a importância da colaboração do *historiador do patrimônio* nesses trabalhos.

2. Sobre a multidisciplinaridade e a integração de pesquisa e pesquisadores no IPHAN

2.1) A tradicional vinculação de certas formações científicas a determinadas linhas de pesquisa e ações de preservação, como arquitetos ao DEPAM, antropólogos ao DPI, historiadores à Copedoc, deve ser relativizada, de forma a promover e reforçar uma crescente multidisciplinaridade na pesquisa e nos campos de atuação do IPHAN;

2.2) Novas oficinas de pesquisa devem ser realizadas, de forma a estimular a discussão sobre a pesquisa no âmbito da Instituição, contribuir para a consolidação de seu espaço, promover a interação e contribuições entre os técnicos, assim como criar uma rede eficaz de troca de informações sobre as pesquisas em andamento no IPHAN;

2.3) O intercâmbio entre as Superintendências Regionais, área central e museus pode ser promovido por meio da aproximação de temas de pesquisa ou ações de preservação;

2.4) Faz-se necessário promover espaços de interseção entre as linhas de trabalho e ação em conjunto no interior da unidades, com profissionais de variadas áreas de formação;

2.5) O contato entre pesquisadores das unidades, museus e da área central pode ser estimulado por meio de Grupos de Trabalho, correspondência oficial ou grupo permanente de email.

3) No que tange aos acervos arquivísticos e bibliográficos do IPHAN:

3.1) Faz-se necessário debater, junto com os *historiadores do patrimônio* e outros técnicos da instituição, a questão dos níveis e formas de acessibilidade à documentação pública produzida pela instituição;

3.2) É essencial debater, também, a questão da qualidade do acesso a esta documentação e a valorização dos arquivos, isto é, sua reestruturação, reconhecimento e fortalecimento – o que passa, inclusive, por uma melhor definição do papel do arquivista na instituição;

3.3) A integração dos arquivos do IPHAN deve ser um dos objetivos dos técnicos e prioridade da instituição;

3.4) É fundamental estimular e viabilizar a pesquisa no Arquivo Central e nos arquivos das unidades para levantamento e intercâmbio de documentos referentes às regionais;

3.5) Semelhantemente, é importante que a pesquisa em arquivos públicos e privados externos à instituição seja estimulada e viabilizada, com vistas à ampliação e complementação dos acervos das unidades;

3.6) Faz-se essencial um extenso detalhamento do conteúdo dos arquivos, visando à publicidade destes e a um fiel diagnóstico que propicie ações de ampliação e complementação dos acervos;

3.7) Com vistas à microfilmagem e digitalização dos acervos do IPHAN, é interessante promover o contato com instituições especializadas em reprodução de documentos;

3.8) A divulgação ampla dos acervos protegido pelo IPHAN deve ser objetivo dos técnicos responsáveis por eles e da instituição como um todo, reforçando, assim, junto à sociedade, tanto o significado público dos documentos como o compromisso da Instituição com a cidadania.

4) Sobre a divulgação da pesquisa histórica:

4.1) Visando à divulgação da pesquisa histórica realizada no âmbito da instituição, é interessante que se forme um grupo de trabalho com *historiadores do patrimônio* e demais técnicos da Casa, junto à Cogeprom, para o estabelecimento de regras objetivas e procedimentos institucionalizados para a apresentação de trabalhos para concorrência nos espaços editoriais do IPHAN, como a *Revista do Patrimônio,* a *Revista Eletrônica,* dentro outros;

4.2) Deve-se investigar a possibilidade de criação de uma publicação eletrônica ou em papel para divulgação da pesquisa histórica do Patrimônio, caso as publicações já existentes não possam fazê-lo;

4.3) A criação de um Conselho Editorial para as publicações do IPHAN deve ser estimulada.

5) No que diz respeito à Gerência de Pesquisa e Referência da Copedoc:

5.1) Ficou evidente, entre os participantes da oficina, a importância do fortalecimento da Gerência de Pesquisa e Referência, com vistas a fortalecer também o espaço da pesquisa nas unidades e na área central do IPHAN;

5.2) O contato entre a Gerência de Pesquisa e os pesquisadores das diversas unidades deve ser reforçado por meio da articulação de pesquisas dentro da linha geral de atuação proposta pela Copedoc, de Memória Institucional e da Preservação, na qual se enquadram diferentes projetos em andamento, como o de Memória Oral; o Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural; o de revisão do Guia de Bens Tombados; o projeto-piloto Rotas da Alforria de inventário integrado, entre outros.

6) Sobre o aprimoramento técnico das condições de trabalho dos pesquisadores:

6.1) É importante estimular o aperfeiçoamento de infra-estrutura para pesquisa de campo e em arquivo externos, através da disponibilização de meios e recursos para deslocamento, reprodução de documentos, aquisição de material permanente para realização de pesquisas e entrevistas (p. ex., gravadores), assim como reforçar a noção de que a ausência do pesquisador de seu local de trabalho para pesquisa de campo e em arquivos também faz parte de suas atividades de rotina;

6.2) Faz-se necessário novo concurso ampliar o quadro de historiadores do IPHAN.

Sem mais, subscrevemo-nos,
Palácio Gustavo Capanema, 30 de novembro de 2007.

Adler Homero Fonseca de Castro – *Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM) no Rio de Janeiro*
Alessandra Spitz Guedes Alcoforado Lourenço – *Sub-regional do IPHAN em Roraima*
Ana Stela de Negreiros Oliveira – *Escritório Técnico I do IPHAN no Piauí*
Analucia Thompson – *Coordenação-geral de Pesquisa, Documentação e Referência (Copedoc) no Rio de Janeiro*

André Bazzanella – *Superintendência do IPHAN no Amazonas*
Bartolomeu Homem d'El-Rei Pinto – *Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro*
Beatriz Landau – *Copedoc no Rio de Janeiro*
Celma de Souza Pinto – *DEPAM no Distrito Federal*
Claudia Feierabend Baeta Leal – *Copedoc no Rio de Janeiro*
Cláudio Quoos Conte – *Sub-regional do IPHAN no Mato Grosso*
Evandro Domingues – *Superintendência do IPHAN em Alagoas*
Flávia Brito do Nascimento – *Superintendência do IPHAN em São Paulo*
Giorge Patrick Bessoni e Silva – *Superintendência do IPHAN no Distrito Federal*
Hilário Figueiredo Pereira Filho – *Superintendência do IPHAN em Sergipe*
Ítala Byanca Morais da Silva – *Superintendência do IPHAN no Pará*
Ivana Medeiros Pacheco Cavalcante – *Superintendência do IPHAN em Goiás*
Ivanirce Gomes Wolf – *Superintendência do IPHAN na Bahia*
Juliana Sorgine – *Copedoc no Rio de Janeiro*
Juliano Martins Doberstein – *Superintendência do IPHAN no Paraná*
Karla Adriana de Aquino – *Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro*
Kleber de Souza Mateus – *Copedoc no Distrito Federal*
Luciano dos Santos Teixeira – *Copedoc no Rio de Janeiro*
Maíra Torres Corrêa – *Superintendência do IPHAN no Mato Grosso do Sul*
Márcia Chuva – *Copedoc no Rio de Janeiro*
Marcos Monteiro Rabelo – *Superintendência do IPHAN em Santa Catarina*
Maria Helena Versiani – *Museu da República/RJ*
Maria Tarcila Ferreira Guedes – *Copedoc no Distrito Federal*
Mônia Silvestrin – *Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI)/Distrito Federal*
Mônica Castro de Oliveira – *Sub-regional do IPHAN em Rondônia*
Paula Silveira de Paoli – *Superintendência do IPHAN na Bahia*
Pedro Henrique Belchior Rodrigues – *Museu Villa-Lobos/Rio de Janeiro*
Ricardo Augusto Pereira – *Superintendência do IPHAN no Piauí*
Silvia Oliveira Campos de Pinho – *Museu da República/Rio de Janeiro*

Índice ilustrado das imagens

Pág. 13 - Prospecto da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro... (1775). In: FERREZ, Gilberto. *Iconografia do Rio de Janeiro 1530-1890*, 2000. Biblioteca Noronha Santos/ IPHAN - RJ.



Págs. 27 e 45 - Praça do Carmo (1867). Foto: Georges Leuzinger. Reprodução. Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro.



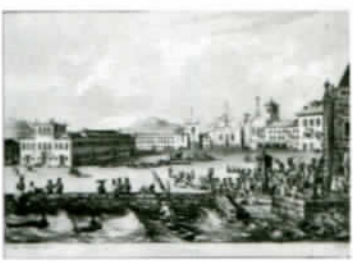
Pág. 71 - Travessa do Comércio, 15. 1991. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Processo de Tombamento 1213-T-86.



Págs. 89 e 105 - Praça XV de Novembro. [1907-1908?]. Reprodução. Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro.



Págs. 129 e 135 - Largo do Paço. Litografia de F. Salathé, publicada no Álbum de J. Steinmann. *Souvenir de Rio de Janeiro*, Bâle, Suiça, 1835. Acervo Biblioteca Nacional.



Volume publicado



PATRIMÔNIO: PRÁTICAS E REFLEXÕES 1

EDIÇÕES DO PROGRAMA
DE ESPECIALIZAÇÃO EM PATRIMÔNIO - 2007

Impresso em novembro de 2008,
por Imprinta Express Gráfica e Editora Ltda.
para a Coordenação-Geral de Pesquisa,
Documentação e Referência, IPHAN.

guardadas no Arquivo Central do IPHAN, Seção Rio de Janeiro, e a Carta da Pesquisa Histórica no IPHAN, aprovada na plenária final da I Oficina. A Carta sistematiza os temas tratados durante o encontro e apresenta propostas atinentes à prática da pesquisa no âmbito da instituição, à divulgação do conhecimento produzido nesse contexto e à organização e acesso de seus arquivos.

Sem dúvida, a contribuição dos pesquisadores e palestrantes reunidos no Rio de Janeiro, em novembro de 2007, vem trazer novos elementos para uma reflexão sobre o papel da pesquisa histórica nas práticas de preservação e na construção de narrativas no campo do patrimônio cultural no Brasil.

Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência do IPHAN



Plenária final da I Oficina de Pesquisa: a pesquisa histórica no IPHAN – Paço Imperial – 30 de novembro de 2007

Autores dos artigos deste volume:

Adler Homero Fonseca
Analucia Thimpson
Betina Grieco
Maria Cecília Londres Fonseca
Henrique Espada Lima
Leila Bianchi Aguiar
Márcia Regina Romeiro Chuva
Maria Letícia Corrêa

IPHAN
Ministério da Cultura
BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL